



**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento  
Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento**

**O CONCEITO DE INCONTROLABILIDADE NA PESQUISA EXPERIMENTAL E  
NA TERAPIA COMPORTAMENTAL DA DEPRESSÃO**

Darlene Cardoso Ferreira

Belém – PA  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Universidade Federal do Pará**  
**Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento**  
**Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento**

**O CONCEITO DE INCONTROLABILIDADE NA PESQUISA EXPERIMENTAL E  
NA TERAPIA COMPORTAMENTAL DA DEPRESSÃO**

Darlene Cardoso Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Emmanuel Zagury Tourinho.

Belém – PA

2010

A elaboração deste trabalho foi financiada pela  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do  
Pará (FAPESPA), por meio de bolsa de mestrado.

*À Darcy Lobo Cardoso,  
como se agradecesse,  
pedisse perdão  
e sentisse saudade.  
Em uma única  
palavra.*

“Estranha relação é a que temos com as palavras. Aprendemos de pequenos umas quantas, ao longo da existência vamos recolhendo outras que vêm até nós pela instrução, pela conversação, pelo trato com os livros, e, no entanto, em comparação, são pouquíssimas aquelas sobre cujas significações, acepções e sentidos não teríamos nenhuma dúvida se algum dia nos perguntássemos seriamente se as temos. Assim afirmamos e negamos, assim convencemos e somos convencidos, assim argumentamos, deduzimos e concluímos, discorrendo impávidos à superfície de conceitos sobre os quais só temos idéias muito vagas...”

-- José Saramago, O Homem Duplicado.

## AGRADECIMENTOS

A Emmanuel Tourinho, pela oportunidade de aprender como sua aluna e orientanda, pelo exemplo de como se pode alcançar a excelência sem arrogância e com respeito aos diferentes ramos de conhecimento, as ciências estariam melhor encaminhadas se esta postura fosse assumida com maior frequência.

A Marcus Bentes, por demonstrar, acuradamente, que controle aversivo funciona (na disciplina do mestrado), e que reforçamento positivo funciona melhor ainda (nos feedbacks e orientações). Obrigada pelas valiosas contribuições na banca de qualificação, pela disponibilidade em ajudar e – *last but not least* – pelas HQ's.

Ao Grupo de Controle Aversivo, sobretudo Débora Nunes – um presente ganhar parceira de trabalho tão competente e amiga –, Bernardo Rodrigues e André Cosmo – pelas discussões insuportáveis, infrutíferas e estranhamente divertidas sobre quadrinhos.

Boa parte dos parágrafos a seguir sintetizam agradecimentos de uma vida inteira.

À Darcylene Cardoso, minha mãe (“Quero tua risada mais gostosa, esse teu jeito de achar que a vida pode ser maravilhosa...”), por enormes força e compreensão, desde sempre. Porque jamais me sentiria sozinha ou não amada em um mundo onde você estivesse.

Ao meu pai, Judson Ferreira (“I wish I was the pedal break that you depended on, I wish I was the verb ‘to trust’ and never let you down”), por me ter escolhido como filha, por ter escolhido ser, para mim, o melhor pai que se pode ter.

À (tia) Simone Cardoso, por muitíssimo além do que eu poderia enumerar. Mas se algo precisa ser dito, fico com a tarde em que você leu para mim a história de Eros e Psique. Eu tinha oito anos, e comecei a gostar de mitologias ali.

A Antônio Vilhena, meu avô, com quem aprendi a ter (a boa e a má) obsessão por livros, e em cuja imensa estante (ou eu que era pequena) pude ir de Monteiro Lobato a

Dostoievsky.

À Laís Valéria, a quem confessaria meus piores pecados, e que, tenho certeza, me ajudaria até a esconder um corpo, se eu precisasse.

À Ariadne Cardoso, sem cujo adorável fio de existência ainda estaria perdida em um labirinto de mazelas de filha única, obrigada por me amar mesmo eu não sendo exatamente a irmã que você merecia ter.

Vocês, família, são a minha “constante”.

A Alan Noronha, que encontrei bem a tempo de ser cuidadosamente guiada por referências que me acompanhariam dali em diante e me definiriam enquanto indivíduo. Uma sorte inimaginável você ter querido fazer parte da minha vida.

Aos amigos antigos, Carolina Alves e Marcelo Brasil, pelo acalento de saber que um pedaço da minha história está bem guardada e por, depois de tanto tempo, vocês ainda se encaixarem nela. Tenho muito orgulho do que se tornaram.

A Diego Araújo, pelas essenciais, esbaforidas e neuróticas conversas, pela habilidade única de desanuviar meu humor tomando para si minhas dores, irritações e blasfêmias. E, claro, a companhia mais apropriada para estréias de “O Senhor dos Anéis”.

A Giovanni Taytelbaum, a melhor pessoa com quem se compartilhar, concomitantemente, melancolia, acidez e delicadeza.

A Paul(inh)o Dillon, por me deixar entrar, pela disposição em construir, em apenas meses de convivência, um laço que pretendo manter atado pela vida toda. Queria que as noites de ventilador na cara e manhãs de suco de laranja tivessem durado mais.

À Letícia Lira, que disfarça de forma muito peculiar suas incontestáveis simpatia e amizade em reclamações e narrações.

À Amanda Raña, por me fazer sentir em casa quando a migrante era ela. Por bancar o Calvin junto comigo ou assumir, com maestria, o papel de Haroldo, se meus monstros



embaixo da cama ameaçassem sair de lá.

À Suellen Nobre, por mostrar que as pessoas às vezes são amigas por motivos aleatórios e, nem por isso, menos valorosos. Nosso “clubinho selete” não poderia ter feito escolha mais acertada.

À Rosa Helena dos Santos – que tem o dom de construir portos seguros em tempestades – e Évene Malheiros – sob cujo delicado invólucro de bailarina esconde-se a força de uma sacerdotisa de Avalon –, por não desistirem de mim.

À Liany Tadaiesky (“amazing woman”), a pessoa mais confiável para estar por perto quando se tem o primeiro porre ou o primeiro encontro ou uma noite dos infernos.

A Luciano Fussieger, por ter sorrido tão lindo ao abrir aquela porta. Por enviar o livro certo, no momento certo. Pelo salto (de 4.000 km) no escuro. Por ter vindo ver como seria a vida com nós dois, por ser maravilhosa esta vida. Pela austeridade, compreensão e inteligência absolutamente encantadoras. Por me convencer de que Kundera tinha razão. “O amor pode nascer de uma simples metáfora”.

## SUMÁRIO

<b>Lista de Figuras</b>	ix
<b>Lista de Tabelas</b>	x
<b>Lista de Quadros</b>	xi
<b>Resumo</b>	xii
<b>Abstract</b>	xiii
<b>Apresentação</b>	1
<b>Introdução</b>	2
<b>Método</b>	26
1. Definição do Problema	26
2. Especificação das Fontes Relevantes	27
3. Seleção de Fontes	28
4. Levantamento de Informações	45
5. Tratamento de Informações	55
<b>Capítulo I. Variabilidade de Fenômenos Investigados, de Resultados Produzidos e de Definições Oferecidas</b>	56
<b>Capítulo II. Efeitos Diferenciais da Incontrolabilidade Frente a Estímulos Aversivos e Apetitivos</b>	64
<b>Capítulo III. Enfoques Transversais das Variáveis Relevantes: Instaladoras x Mantenedoras, Históricas x Atuais, Exclusivas x Sobrepostas a outros Fenômenos</b>	77
3.1. Variáveis Instaladoras da Depressão	77
3.2. Variáveis Mantenedoras da Depressão	82
3.3. Variáveis Históricas x Variáveis Atuais	87
3.4. Variáveis Exclusivas x Variáveis Sobrepostas a Outros Fenômenos	89

<b>Capítulo IV. Incontrolabilidade em Humanos: Suposições Numerosas, Evidências Empíricas Escassas e Contingências Verbais</b>	97
<b>Capítulo V. Tratamento da Depressão: Pontos de Contato e de Distanciamento frente à Investigação Empírica</b>	108
<b>Considerações Finais</b>	122
<b>Referências</b>	132

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figuras</b>	<b>Página</b>
1. Distribuição Acumulada de Artigos por Ano de Publicação.	40
2. Média de artigos por ano nos periódicos estrangeiros de Análise do Comportamento JABA, JEAB, The Behavior Analyst, The Behavior Analyst Today.	43
3. Distribuição de Artigos Selecionados por Periódico.	44
4. Distribuição de Autoria e/ou Co-autoria dos Pesquisadores com mais de um Artigo Selecionado.	45
5. Distribuição de Transcrições entre Categorias de Registro.	46
6. Distribuição de Ocorrências da Categoria 1- Caracterização Comportamental da Incontrolabilidade.	47
7. Distribuição de Ocorrências da Categoria 2- Relação entre Incontrolabilidade e Sinalização Pré-Aversiva.	48
8. Distribuição de Ocorrências da Categoria 3- Incontrolabilidade em Humanos e Não-humanos.	49
9. Distribuição de Ocorrências da Categoria 4- Incontrolabilidade, Estímulos Aversivos e Estímulos Reforçadores.	49
10. Distribuição de Ocorrências da Categorias 5- Incontrolabilidade, Ansiedade e Depressão.	50
11. Distribuição de Ocorrências da Categorias 6-Variáveis Antecedentes à Ocorrência da Depressão.	51
12. Distribuição de Ocorrências da Categoria 7- Padrão Comportamental Característico da Depressão.	52
13. Distribuição de Ocorrências da Categoria 8- Variáveis Mantenedoras da Depressão.	52
14. Distribuição de Ocorrências da Categoria 9 - Intervenção comportamental para a depressão.	53
15. Frequência de cada Categoria de Registro por Texto Selecionado.	54

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela</b>		<b>Página</b>
1.	Número de artigos localizados por periódico, por palavras-chave.	30
2.	Distribuição de Artigos localizados, excluídos e selecionados, por periódico.	31

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro</b>	<b>Página</b>
1. Lista de artigos selecionados.	33

## RESUMO

Ferreira, D. C. (2010). *O conceito de incontrolabilidade na pesquisa experimental e na terapia comportamental da depressão*. Dissertação de Mestrado. Belém: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará.

A Análise do Comportamento oferece diversas explicações para o fenômeno denominado depressão, uma das quais envolve a referência ao modelo do desamparo aprendido. O desamparo aprendido é definido como a dificuldade de aprendizagem resultante da exposição a estímulos aversivos incontroláveis. Como produtos desta exposição, surgiriam padrões comportamentais comuns àqueles observados em indivíduos depressivos, a exemplo de inatividade. Em razão do paralelo entre os efeitos da experiência com incontrolabilidade sobre o repertório comportamental em humanos e não-humanos, o desamparo aprendido tem sido apontado como um modelo animal de depressão. Frequentemente, menções à experiência com incontrolabilidade são encontradas na literatura em associação com o desamparo aprendido, cuja ocorrência é estritamente vinculada àquela condição. A incontrolabilidade também parece relevante para a instalação de respostas identificadas com a depressão. No presente trabalho, descrevem-se as definições de incontrolabilidade referidas por publicações da área comportamental experimental e clínica, discutindo-se a pertinência deste conceito em explicações funcionais da depressão na Análise do Comportamento, bem como suas possíveis contribuições para um modelo de intervenção clínica da depressão à luz desta abordagem. A relação entre incontrolabilidade e depressão é tratada a partir de cinco categorias de análise: 1) Variabilidade de fenômenos investigados, de resultados produzidos e de definições oferecidas; 2) Efeitos diferenciais da incontrolabilidade frente a estímulos aversivos e apetitivos; 3) Enfoques transversais das variáveis relevantes: instaladoras x mantenedoras, históricas x atuais, exclusivas x sobrepostas a outros fenômenos; 4) Incontrolabilidade em Humanos: suposições numerosas, evidências empíricas escassas e Contingências Verbais; 5) Tratamento da depressão: pontos de contato e de distanciamento frente à investigação empírica. Diferentes usos do conceito de incontrolabilidade são assinalados, indicando-se como a mesma topografia verbal é emitida por diversos autores sob controle de eventos distintos. Variáveis relevantes para a generalidade do desamparo aprendido – enquanto modelo experimental e equivalente animal da depressão – são discutidas, justificando-se a necessidade de maior investigação de aspectos como: correspondência entre o conceito de incontrolabilidade e a condição experimentalmente estabelecida no laboratório; efeitos de diferentes tipos de estimulação incontrolável; produção de desamparo aprendido em humanos e participação de processos verbais; diferentes efeitos da sinalização pré-aversiva de estímulos incontroláveis. Assinala-se que, em geral, o tratamento analítico-comportamental da depressão é constituído por procedimentos com foco sobre a aprendizagem de que responder controla o ambiente e pode disponibilizar reforçadores. É examinado o papel da incontrolabilidade na instalação da depressão, constatando-se, por fim, que se apresenta como condição suficiente, porém não necessária para a ocorrência e/ou manutenção do fenômeno.

**Palavra-chave:** incontrolabilidade, depressão, Análise do Comportamento.

## ABSTRACT

Ferreira, D. C. (2010). *The concept of uncontrollability in experimental research and behavioral therapy of depression*. Master's Degree Dissertation. Belém: Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará.

Behavior Analysis offers many explanations for the phenomenon called depression, one of which refers to the model of learned helplessness. Learned helplessness is defined as a learning disability which results from exposure to uncontrollable aversive stimuli. As one of the products of this exposure, there would be the acquisition of behavioral patterns common to those observed in depressed individuals, like inactivity. Because of the parallel among the effects of the experience of uncontrollability on the behavioral repertoire in humans and non-humans, learned helplessness has been suggested as an animal model of depression. In the literature references to the uncontrollability experience are often found in association with learned helplessness, whose occurrence is strictly linked to that condition. Uncontrollability also seems relevant to the installation of responses identified with depression. In this paper, the definitions of uncontrollability reported by publications in the field of clinical and experimental behavior psychology were described discussing the relevance of this concept in functional explanations of depression in Behavior Analysis and its possible contribution to a model of clinical depression in the light of this approach. The relationship between uncontrollability and depression is treated from five analysis categories: 1) Variability of investigated phenomena, results and definitions offered; 2) Differential effects of uncontrollability in the face of aversive and appetitive stimuli; 3) Cross-sectional approaches of the relevant variables: installers x maintainers, historical x current, exclusive x superimposed on other phenomena; 4) Uncontrollability in humans: numerous assumptions, scarce empirical evidence and verbal contingencies; 5) Treatment of depression: points of contact and distance in face of empirical investigation. The different uses of the concept of uncontrollability are distinguished, indicating how the same verbal topography issued by various authors is controlled by different events. Relevant variables to the generality of learned helplessness as the experimental model and animal equivalent of depression are discussed, justifying the need for more research into aspects such as the correspondence between the concept of uncontrollability and the experimentally established condition in the laboratory, the effects of different types of uncontrollable stimulation, the production of learned helplessness in humans and involvement of verbal processes and the different effects of pre-aversive signaling of uncontrollable stimuli. It is noted that, in general, the behavior-analytic treatment of depression consists of procedures which focus on teaching that responding controls the environment and can provide reinforcements. Also, the role of uncontrollability in the installation of depression is analyzed, concluding, ultimately, that it is a sufficient, yet not necessary condition for the occurrence and/or maintenance of the phenomenon.

**Keywords:** uncontrollability, depression, Behavior Analysis.



## APRESENTAÇÃO

Para a Análise do Comportamento, a depressão deve ser entendida enquanto padrões de resposta adquiridos e mantidos sob determinadas contingências. Tal argumento permite considerar-se a modificação do repertório comportamental admitido como constitutivo da depressão. Isto a partir de alterações no ambiente e, principalmente, da aquisição de novos repertórios, por meio dos quais são estabelecidas relações distintas daquelas que responderiam pelo padrão comportamental associado à depressão.

Neste trabalho, abordam-se as relações entre incontrolabilidade e depressão. Descrevem-se as definições de incontrolabilidade referidas por publicações da área comportamental experimental e clínica, buscando discutir e delimitar a pertinência deste conceito em explicações funcionais da depressão, bem como suas possíveis contribuições para um modelo de intervenção clínica da depressão baseado na Análise do Comportamento.

Na Introdução, o percurso seguido inclui quatro pontos centrais: Análise do Comportamento e eventos privados; depressão na Análise do Comportamento; incontrolabilidade e desamparo aprendido; incontrolabilidade e ansiedade. Primeiramente, abordam-se as elaborações analítico-comportamentais para tratar de componentes ligados à temática da subjetividade – os chamados eventos privados – dada a relação de proximidade conferida a estes com respeito à depressão. Expõem-se, então, algumas explicações e formas de tratamento da depressão à luz da Análise do Comportamento. O modelo do desamparo aprendido, que se pretende um análogo experimental da depressão e cuja ocorrência é estritamente vinculada a uma condição de incontrolabilidade, é apresentado a seguir. Por fim, a participação da incontrolabilidade na ocorrência de um fenômeno distinto da depressão, a ansiedade, é abordado. A seção de método especifica o processo de busca, seleção e exame do material de análise e de registro de dados. Na parte final do trabalho, encontra-se a análise, organizada em cinco capítulos.

A depressão tem sido abordada por ramos diversos do conhecimento, remontando à Antiguidade as primeiras menções ao que poderia ser identificado como fenômeno da depressão (Pessotti, 2001). No âmbito psiquiátrico, sintomas como humor deprimido, perda do prazer e interesse, alterações no sono, alterações no apetite, agitação ou retardo psicomotor, pensamentos recorrentes sobre morte e ideação suicida são apontados como alguns dos componentes do quadro depressivo (DSM-IV-TR, 2002).

A idéia da depressão como fenômeno psicológico traz, frequentemente, uma série de atributos relativos à experiência particular do indivíduo “consigo mesmo”, à parte dos outros. O que o leigo reconhece como depressão é usualmente vinculado a uma personalidade imutável, a uma “essência”, o indivíduo “é” deprimido.

A Análise do Comportamento, baseada na filosofia do Behaviorismo Radical, desenvolvida por Skinner (1904-1990), oferece uma compreensão do fenômeno que focaliza as relações estabelecidas entre organismo e ambiente, buscando identificar os efeitos destas relações sobre o repertório comportamental do organismo. Fester, Culbertson e Perrot-Boren (1979) ressaltam a utilidade da abordagem analítico-comportamental no sentido de esclarecer, tornando comunicável e objetivo, o conhecimento acerca do comportamento humano, seja ele investigado experimental ou clinicamente.

Partindo da noção de que todo comportamento deve ser explicado em termos da relação entre organismo e ambiente, a Análise Comportamental busca as relações funcionais entre os eventos, investigando as contingências de reforçamento responsáveis pela diferenciação e manutenção dos repertórios comportamentais.

Skinner desenvolve um modo para explicar o comportamento humano a partir de três níveis de determinação: filogênese, ontogênese e cultura, compondo o denominado “modelo de seleção pelas conseqüências” (Skinner, 1981). No nível filogenético, durante a evolução da espécie, algumas respostas e características anátomo-fisiológicas foram selecionadas em

função de seu valor de sobrevivência. A sensibilidade dos organismos às conseqüências de suas respostas e a sensibilidade diferenciada a certos eventos ambientais também foram selecionadas filogeneticamente. Na ontogênese – relativa à história idiossincrática de cada indivíduo com o meio – processos de condicionamento, imitação, modelação e modelagem são responsáveis pela aquisição de novos repertórios, favorecendo a adaptação ao ambiente atual do indivíduo. Finalmente, a cultura torna possível a aquisição de novos comportamentos, sem que os indivíduos precisem ser diretamente expostos às contingências originalmente responsáveis pela produção destas respostas.

O modelo skinneriano abrange, também, fenômenos comportamentais como sentimentos, emoções e pensamentos, aos quais é frequentemente atribuída a natureza “mental”. A definição dos fenômenos psicológicos como fenômenos mentais tem se sustentado em explicações que remontam às origens da Psicologia (Skinner, 1974). A abordagem behaviorista radical rompe com esta noção, ao defender que certos eventos, como “pensar” ou “sentir”, são distintos de outros eventos comportamentais, publicamente observáveis, somente no tocante à sua *acessibilidade*, devendo também ser entendidos como comportamentos. A estes fenômenos caberia a denominação de eventos privados, definidos como estímulos e respostas cuja acessibilidade direta é restrita ao indivíduo a que se referem (Skinner, 1974).

Em sociedades ocidentais modernas – leia-se também em boa parte da psicologia –, a depressão é constantemente tratada como um fenômeno subjetivo, que diz respeito à experiência particular do indivíduo. Explicações para sua ocorrência são buscadas na relação do homem “consigo mesmo”, em detrimento das relações estabelecidas com os outros. Pensamentos e sentimentos específicos são postos em foco assumindo ora o papel de causa da depressão ora o de padrão comportamental característico desta. A noção de eventos privados é, portanto, imprescindível ao discutir-se a depressão na medida em que caracteriza uma

elaboração analítico-comportamental de Skinner para tratar de questões relativas à subjetividade<sup>1</sup>. Tourinho (2007) ressalta que a frequente associação entre termos psicológicos e a questão da privacidade decorre do fato de aqueles constituírem respostas verbais sob controle de fenômenos dos quais participam respostas encobertas ou estímulos privados.

O conceito de eventos privados foi pela primeira vez apresentado por Skinner no artigo *The Operational Analysis of Psychological Terms* (Skinner, 1945), em que argumenta a possibilidade (e necessidade) de o behaviorismo radical dar conta de temas relacionados à subjetividade – pensamentos, emoções e cognições – sem apelo a ocorrências internas dos organismos. Ao empregar o conceito de eventos privados, Skinner (1945, 1953/1965, 1974) frequentemente faz referência a estímulos privados e respostas encobertas de um indivíduo, aos quais somente este teria acesso direto.

Portanto, "pensar" diferiria de "correr" somente quanto ao fato de o primeiro poder ser observado, diretamente, apenas pelo organismo que se comporta, enquanto o segundo é passível de observação pública. Conforme esta noção, eventos como "sentir" e "pensar", devem ser considerados relações comportamentais das quais participam eventos privados, e não fenômenos mentais – eventos cuja origem seria determinada por uma entidade imaterial e, concomitantemente, interna à cada indivíduo, conhecida como mente.

Ao se compreender pensamentos, emoções e sentimentos como comportamentos, é possível considerar as variáveis ambientais envolvidas na aquisição destas respostas, bem como atentar às contingências de reforçamento em vigor responsáveis por sua manutenção ou alteração (Skinner, 1945, 1953/1965, 1974).

A inacessibilidade de alguns eventos comportamentais à comunidade não lhes confere qualquer estrutura ou natureza especial nem lhes assegura o papel de causa de respostas

---

<sup>1</sup> Tourinho (2006) emprega o conceito de subjetividade para designar os modos específicos como emoções, sentimentos e pensamentos são experimentados por indivíduos em sociedades ocidentais modernas.

publicamente observáveis (Skinner, 1953/1965). Tourinho (1999) acrescenta que enquanto estímulos e respostas, os eventos privados devem ser vistos como constitutivos de relações, ressaltando que nenhuma condição privada é, por si só, um estímulo. Esta característica os distingue de condições corporais de um indivíduo (eventos fisiológicos). Tourinho (1997a) afirma ainda que “o privado enquanto fenômeno psicológico tem uma existência determinada e limitada pelas práticas sociais com as quais interagimos” (p. 180).

Dessa forma, contingências sociais constroem uma realidade diferenciada para os indivíduos, cujo repertório comportamental é moldado por elas. A aquisição e a manutenção de respostas auto-discriminativas ocorrem, portanto, a partir da exposição do sujeito a estas contingências (Skinner, 1945, 1953/1965, 1974).

Tourinho (1997a) aponta que condições corporais serão experimentadas como saudade, depressão, angústia, por exemplo, somente quando da interação com uma comunidade verbal, pois deste modo o indivíduo aprende a se comportar discriminativamente diante de alterações orgânicas até então indiferenciadas. Neste sentido, apenas quando o mundo privado de uma pessoa torna-se importante para outros, é que adquire importância para ela mesma (Skinner, 1974).

Skinner (1974) esclarece que não nos sentimos “tensos” no sentido literal de estar sendo distendidos, ou “deprimidos” literalmente no sentido de vergados sob um peso. Podemos ter adquirido esses conceitos em circunstâncias em que nenhuma relação possuíam com comportamentos ou sentimentos. Não obstante, a “apreensão” (metafórica ou literal) destes e de quaisquer outros termos deu-se por meio da exposição às práticas de uma comunidade verbal.

Contingências socialmente dispostas por uma comunidade verbal constroem uma realidade diferenciada para os membros que a compõem, moldando seus modos de reação. Lam, Marra e Salzinger (2005) demonstraram que o reforçamento social, verbal e não-verbal,

apresenta-se como um mecanismo pelo qual os ambientes culturais modelam a experiência e expressão de eventos como a depressão. Contudo, os autores chamam atenção para acentuadas diferenças encontradas entre indivíduos, sugerindo a relevância e participação da história de reforçamento individual nestes processos (Lam, Marra & Salzinger, 2005).

Trabalhos de orientação analítico-comportamental, relativos à depressão, (eg.: Dougher & Hackbert, 1994; Fester, 1973; Fester, Culberston & Perrot-Boren, 1979) têm contribuído para a identificação de contingências relacionadas ao surgimento e manutenção das respostas identificadas como depressivas. Estes estudos relacionam conceitos da análise do comportamento, estabelecidos empiricamente, à ocorrência da depressão.

Fester (1973) defende que a extinção constitui um dos principais processos envolvidos na emissão de respostas identificadas como depressivas. A extinção ocorreria a partir de modificações no ambiente do indivíduo, como a perda de um ente querido ou uma separação conjugal, por exemplo. Essas alterações tornariam menos acessíveis, ou inacessíveis, reforçadores anteriormente disponíveis. Pessoas com amplos repertórios comportamentais encontrariam outras fontes de reforçamento para suprir as perdas, já indivíduos “depressivos” apresentariam maiores dificuldades em encontrar atividades reforçadoras alternativas. O reforçamento negativo de respostas identificadas com a depressão (respostas de fuga e esquiva) também é apontado como relevante no quadro depressivo (Fester, 1973).

O trabalho de Dougher e Hackbert (1994) aborda o papel de funções consequenciais (baixa densidade de reforçamento, extinção, punição e reforço de comportamento de angústia), funções respondentes, funções estabelecedoras e processos verbais como relevantes para uma explicação analítico-comportamental da depressão.

Em relação à baixa densidade de reforçamento, a alta frequência de eventos comportamentais como redução ou falta de engajamento em atividades, alto índice de reclamações, choro e irritabilidade é associada à depressão. Fester (1973) atribuiu a taxa

reduzida de respostas à relativa escassez de reforço. Lewinsohn (1969, 1971, 1973) por outro lado, defende a hipótese de que não a densidade do reforço, mas a taxa de reforço positivo contingente à resposta (RCPR – abreviação do inglês *response-contingent positive reinforcement*) seja crucial, ocorrendo depressão quando o reforço para não responder for maior que para responder. Indivíduos depressivos comumente apresentam deficiências no repertório comportamental e suas respostas são pouco reforçadas socialmente. Esse reforço social insuficiente é apontado como um dos fatores responsáveis pela depressão. (Dougher & Hackbert, 1994).

Além disso, relatos de clientes depressivos em tratamento psicoterápico comumente mencionam ambientes sociais não-responsivos, indicando que a redução crônica no nível de emissão de respostas pode ser decorrente também da extinção (Dougher & Hackbert, 1994), como já sugerido por Fester (1973).

Dougher e Hackbert (1994) relatam que histórias de punição prolongada e sem a possibilidade de fuga são descritas por clientes com depressão crônica. Ressaltam também que os efeitos na redução da frequência de respostas são ainda mais acentuados quando indivíduos que relatam ter vivido esse tipo de evento emitem respostas de defesa e são novamente expostos à punição.

O reforçamento de respostas identificadas como sofrimento caracteriza a última função consequencial referida por Dougher e Hackbert (1994). Respostas descritas como de ansiedade, lamentação e choro podem reduzir a estimulação aversiva e até serem positivamente reforçadas por meio de atenção ou simpatia sociais. Paradoxalmente, são também percebidas pelas pessoas como aversivas, provocando fuga e esquiva e agravando o quadro depressivo (Dougher & Hackbert, 1994).

Ao abordar funções respondentes, Dougher e Hackbert (1994) afirmam que a escassez de reforçamento, extinção ou punição funcionariam como estímulo incondicionado, o qual

eliciaria uma série de respondentes identificados como tristeza, frustração e cólera. Estes respondentes são assim considerados em virtude das reações emocionais observadas em animais não-humanos experimentalmente punidos ou colocados sob esquema de extinção<sup>2</sup>. Por meio de associações com a estimulação aversiva produzida por reforço insuficiente, estímulos discriminativos importantes, além de quaisquer estímulos associados à punição ou à indisponibilidade do reforço, poderiam adquirir o valor de eliciadores respondentes condicionados.

Os autores esclarecem ainda que a perda da efetividade reforçadora e as mudanças na motivação sugerem o envolvimento de operações estabeledoras (OE). Segundo Michael (1982), as OEs caracterizam qualquer mudança no ambiente que altere a efetividade de um evento como reforçador. Também aumentam a probabilidade de ocorrência de respostas conseqüenciadas positivamente no passado e elevam a efetividade evocativa de estímulos discriminativos associados a reforços estabeledos (Michael, 1982). Assim, eventos que produzem baixas taxas de resposta e comportamentos característicos da depressão podem ser entendidos como resultantes de operações estabeledoras ou supressoras, reduzindo o valor reforçador de certas conseqüências (Dougher & Hackbert, 1994).

Determinantes do comportamento verbal que caracteriza os indivíduos depressivos e sua influência sobre outros comportamentos também têm sido apontados como relevantes no estudo analítico-comportamental da depressão. O que acontece para expressões como “estou doente” evocarem um repertório inteiro de comportamentos e eliciarem certos respondentes? Respostas a tal indagação, de acordo com Dougher e Hackbert (1994), são encontradas em estudos recentes que tratam da equivalência de estímulos e, especialmente, da transferência de função por meio de classes de estímulos equivalentes. Estes trabalhos sugerem que estímulos verbais adquirem função psicológica em decorrência de sua participação na relação de

---

<sup>2</sup> Quais as dimensões topográficas comuns encontradas em diferentes animais e se estas respostas emocionais possuem, de fato, função equivalente, são questões a serem consideradas.



equivalência com eventos que “representam” (Dougher & Hackbert, 1994).

O papel de influências culturais também é apontado no estudo da depressão (Dougher & Hackbert, 1994; Pessotti, 2001). Qualquer cultura, tácita ou explicitamente, difunde entre seus membros códigos de conduta considerados apropriados. Em uma sociedade ocidental moderna que prega padrões de consumo, bem estar, estilos de vida cada vez mais ideais e livres de conflitos, as comparações entre os modelos propagados e a realidade dos indivíduos tornam-se constantemente desfavoráveis (Dougher & Hackbert, 1994).

Além disto, a ênfase socialmente atribuída a um mundo privado – construído ao longo de elaborados processos de individualização e civilização (Elias, 1994), no qual processos mentais exclusivos a cada indivíduo teriam lugar – favorece uma concepção internalista segundo a qual instâncias misteriosas e inacessíveis constituiriam os agentes controladores do comportamento. Isto explica facilmente porque indivíduos depressivos, refletindo as práticas de toda uma comunidade, atribuem seus conflitos a processos psicológicos internos subjacentes (Dougher & Hackbert, 1994).

No âmbito psicoterápico, diversos estudos de orientação analítico-comportamental têm sido realizados com foco na elaboração de técnicas para o tratamento da depressão (eg.: Hopko, Lejuez, Le Page, Hopko & McNeil, 2003; Kohlenberg, Bolling, Kanter & Parker, 2002; Lejuez, Hopko & Hopko, 2001).

De acordo com a Psicoterapia Analítico-Funcional (FAP) de Kohlenberg e Tsai (2001), comportamentos clinicamente relevantes do cliente podem ser observados e modificados no contexto terapêutico. A FAP, cuja ênfase recai na relação terapêutica, fornece um conjunto de procedimentos psicoterápicos, embasados na análise funcional skinneriana de fenômenos clínicos complexos diretamente relacionados à depressão, a exemplo de emoções e memórias (Kanter, Callaghan, Landes, Busch & Brown, 2004).

O “Tratamento de Ativação Comportamental para Depressão” (BATD – abreviação do

inglês *Behavioral Activation Treatment for Depression*) abordado por Lejuez e cols. (2001), por sua vez, enfatiza a identificação de comportamentos-alvo, a construção de escalas gradativas contendo disposições hierárquicas dos repertórios comportamentais a serem adquiridos, além do incentivo ao engajamento de familiares e amigos no processo terapêutico.

Em âmbito empírico, modelos animais vêm sendo desenvolvidos na tentativa de reproduzirem-se, experimentalmente, fenômenos com características comparáveis às observadas em contexto real, com humanos. Em alguns deles, verificam-se efeitos comportamentais similares aos apresentados por indivíduos considerados depressivos, como parece ser o caso do modelo animal de estresse pós-traumático (e.g: Foa, Zinbarg & Rothbaum, 1992). Outros, como o estresse crônico moderado (e.g: Gronli, 2006; Willner, 1997) e o desamparo aprendido (Seligman, 1975/1992) pretendem caracterizar um modelo animal de depressão. No presente trabalho, abordar-se-á o modelo do desamparo aprendido, em decorrência da ampla investigação direcionada a este modelo e à abrangência atribuída ao mesmo desde sua proposição original (Hunziker, 2003).

O fenômeno conhecido como desamparo aprendido foi produzido pela primeira vez, acidentalmente, em um experimento realizado por Overmaier e Leaf (1965) na investigação da teoria de dois fatores, segundo a qual a esquiva decorreria de dois processos de aprendizagem, um respondente – resultante do pareamento do estímulo aversivo com um estímulo antecedente inicialmente neutro – e um operante – a esquiva seria reforçada pelo término do estímulo aversivo condicionado.

O procedimento manipulava a ordem de aquisição dos condicionamentos respondente e operante a fim de verificar os efeitos sobre a ocorrência de esquiva em cães. Choques e estímulos sonoros eram apresentados em diferentes ordens, ora pareados, ora não pareados, havendo ou não relação com a resposta de esquiva. Ao longo das diversas manipulações, os autores observaram que cães expostos a choques antecidos por som, durante o

condicionamento pavloviano (em que nenhuma resposta dos sujeitos alterava a condição experimental) não apresentaram respostas de esquiva quando expostos a uma nova contingência, em que uma resposta de esquiva selecionada interromperia o som e evitaria choque. Overmier e Leaf (1965) indicaram que a exposição a choques incontrolláveis poderia alterar a aprendizagem operante de respostas novas negativamente reforçadas.

Posteriormente, Overmier e Seligman (1967) conduziram experimentos em que cães eram expostos ao condicionamento clássico de sons seguidos de choques moderadamente dolorosos, sem causar lesões. Os choques eram inescapáveis, a liberação (ou suspensão) dos choques era determinada pelo experimentador. Após este condicionamento, os cães eram postos em uma caixa de esquiva (*shuttle box*): uma câmara de dois lados, com uma barreira. Neste arranjo, se o sujeito pulasse sobre o obstáculo de um lado para o outro, interromperia o choque. A resposta de pular também evitaria o choque caso ocorresse antes de este estímulo aversivo começar. O objetivo do experimento era ensinar os cães a evitarem choques para testar os efeitos do condicionamento clássico no comportamento de esquiva.

Os resultados foram surpreendentes: cães experimentalmente ingênuos corriam freneticamente quando o primeiro choque era apresentado, até ultrapassarem a barreira e escaparem do choque. Quando o choque era emitido pela segunda vez, o sujeito atravessava a barreira mais rapidamente. Em poucas sessões, os sujeitos aprenderam de maneira eficiente a fugir do estímulo aversivo, e logo passaram a se esquivar completamente dos choques. Seligman (1975/1992) relata que sujeitos expostos a choques inevitáveis apresentaram um padrão bastante distinto, sua primeira resposta ao choque foi similar à dos cães ingênuos: correr freneticamente por cerca de 30 segundos. Em seguida, contudo, pararam de se mover, deitaram e continuaram gemendo. Na sessão seguinte, apresentaram padrão semelhante, inicialmente latiam e, em alguns segundos, pareciam desistir e recebiam o choque

passivamente. A exposição a choques elétricos incontroláveis mostrou-se determinante para a aprendizagem posterior de respostas negativamente reforçadas (Overmier & Seligman, 1967).

Seligman e Maier (1967) separaram experimentalmente os efeitos do choque dos efeitos da incontrolabilidade alocando cães em três grupos, dois expostos a choques elétricos, enquanto o outro grupo era exposto ao mesmo ambiente experimental, sem estimulação aversiva. Dos dois primeiros grupos, apenas um possuía controle sobre os choques liberados, podendo interrompê-los com a resposta de focinhar um ponto da câmara. A resposta de fuga deste grupo também interromperia o estímulo aversivo apresentado aos sujeitos do segundo, cujas respostas não tinham qualquer consequência específica. Assim, embora aos dois grupos fosse fornecida uma experiência similar com estimulação aversiva, o arranjo utilizado possibilitava uma história oposta com relação à experiência de controle (Hunziker, 2001b).

Quando todos os cães foram expostos a uma nova contingência de reforçamento, foi observada a aprendizagem da resposta de fuga tanto pelo grupo não exposto à estimulação aversiva quanto pelo que fora, mas exercera controle sobre os choques. O grupo exposto à estimulação aversiva incontrolável, por outro lado, praticamente não emitiu respostas de fuga, apresentando dificuldades em aprender a resposta requerida pela nova contingência. Este tipo de delineamento, realizado originalmente por Seligman e Maier (1967), foi denominado “modelo triádico” e tem sido, desde então, o mais adotado nos estudos sobre desamparo.

Hipóteses foram levantadas para explicar o fenômeno do desamparo aprendido, a nível comportamental, por meio de relações associativas, e a nível neuroquímico, enfatizando processos subcomportamentais. Com relação às hipóteses neuroquímicas, foi proposto que a exposição a choques incontroláveis causaria uma *depleção de neurotransmissores* (noradrenalina e dopamina), o que, por sua vez, provocaria a baixa atividade motora e consequente déficit de aprendizagem de respostas de fuga de alta atividade motora (Glazer & Weiss, 1976a, 1976b). Outra vertente de análise com foco em processos neuroquímicos é

levantada por Jackson, Maier e Coon (1979), que apontam um aumento na liberação de endorfinas, causado pela exposição a choques incontroláveis, como responsável por uma redução na sensibilidade dos sujeitos à estimulação aversiva. Segundo os autores, esta alteração diminuiria a função de reforço negativo do choque experimentado pelo sujeito, dificultando a aprendizagem.

Hunziker (2003) assinala que considerar a gama de explicações baseada em processos neuroquímicos não requer a exclusão de hipóteses associativas. Na medida em que cada vertente focaliza diferentes conjuntos de variáveis, ambas podem ser entendidas como complementares, com maior ênfase sobre uma ou outra, dependendo do recorte de análise.

No que tange às hipóteses associativas, verificam-se duas linhas de interpretação: a hipótese da *inatividade aprendida* e a hipótese do *desamparo aprendido*. Segundo a hipótese da *inatividade aprendida*, o déficit na aprendizagem de uma nova resposta operante não resultaria diretamente da exposição a choques incontroláveis, mas de relações acidentalmente<sup>3</sup> estabelecidas que selecionariam um padrão comportamental de baixa atividade motora. O conseqüente aumento na frequência de respostas envolvendo baixa atividade motora, tornaria menos provável a ocorrência de respostas de fuga mais ativas (como saltar, por exemplo), produzindo o déficit de aprendizagem.

Duas possibilidades foram levantadas para justificar a *inatividade aprendida*. Para Bracewell e Black (1974), a alta atividade corporal eliciada pelos primeiros de choques coincidiria com a permanência destes, do que decorreria uma “punição acidental” das respostas de alta atividade motora. Já nos trabalhos de Glazer e Weiss (1976a, 1976b), o foco recai sobre o processo de *reforçamento negativo da inatividade*. Segundo os autores, a

---

<sup>3</sup> Catania (1999) refere-se a “relações acidentais” como opostas às relações de contingência (explícita ou implicitamente programadas). Deste modo, em relações acidentais haveria contigüidade – justaposição de eventos no espaço ou no tempo sem envolver causalidade – mas não contingência, que diz respeito à relação de dependência entre eventos, à probabilidade de um evento ser produzido ou alterado por outro, podendo ou não haver proximidade temporal entre eles.

redução dos movimentos corporais após alguns segundos de choque coincidiria com o término do mesmo, ocorrendo reforçamento negativo acidental das respostas de menor atividade motora. Em conjunto ou isoladamente, estas relações acidentais seriam responsáveis por um padrão comportamental mais “passivo”. Aqui, a experiência prévia com estimulação aversiva incontrolável não constitui o principal fator para a ocorrência do desamparo.

Já a hipótese do *desamparo aprendido* – homônima ao efeito que pretende explicar – defende que o desamparo aprendido resultaria da experiência prévia com incontrolabilidade. A aprendizagem de que respostas emitidas e estímulos apresentados seriam independentes interferiria na aprendizagem posterior diante de uma contingência de reforçamento, em que responder produziria conseqüências (Maier & Seligman, 1976). Esta hipótese estaria relacionada à interação entre três fatores: um ambiente no qual algum resultado importante está fora de controle, a resposta de desistência, e, por último, o fator cognitivo: a crença de que nenhuma ação voluntária pode controlar esse resultado (Maier & Seligman, 1976; Seligman 1975/1992).

A hipótese do desamparo aprendido vai além da análise das relações funcionais objetivamente estabelecidas no contexto experimental e aponta como críticos processos cognitivos/mentais, inferidos a partir dos dados (Hunziker, 2005). De acordo com Seligman (1975/1992), a variável independente crítica para a ocorrência do desamparo não consiste na incontrolabilidade estabelecida experimentalmente, mas na expectativa desenvolvida pelo indivíduo de que ele não é capaz de exercer controle sobre o ambiente. Essa expectativa atuaria em níveis distintos, provocando um conjunto de efeitos que comporiam o desamparo como uma síndrome e não um simples comportamento (Hunziker, 2005).

Hunziker (2005) esclarece que haveria, na hipótese do desamparo aprendido, dois níveis de apresentação: o nível descritivo, relativo aos dados experimentais obtidos; e o nível interpretativo, baseado em processos mentais, inferidos a partir dos dados experimentais. O

nível descritivo é bem estabelecido cientificamente, de modo a permitir previsão e controle dos comportamentos estudados.

Além dessa discordância teórica, Hunziker (2005) ressalta que o caráter explicativo atribuído à suposta expectativa gera uma circularidade de análise, cientificamente inapropriada. Assim, a dificuldade de aprendizagem é o dado que indica a expectativa, e esta última é apontada como causa da dificuldade de aprendizagem. Afirma-se, então, que o indivíduo apresentou desamparo por haver criado a expectativa de não exercer controle sobre o meio, tendo criado essa expectativa porque apresentou desamparo. Levis (1976) comenta:

Apesar da consistência interna oferecida [pela teoria do desamparo aprendido], considerando-se as inter-relações de seus construtos teóricos postulados, uma variedade de questões remanescentes imediatamente se apresenta. Como se determina, independentemente do resultado obtido, quando e se uma dada manipulação de procedimento foi registrada cognitivamente? Uma vez registrada, quais as regras e critérios de medida para determinar se uma “expectativa” terá ou não se desenvolvido, se irá ou não se generalizar para tentativas futuras? Que parâmetros são responsáveis por facilitar o processo de generalização?...O que são exatamente expectativas, como são identificadas? (p. 55)

Não obstante, à luz da análise do comportamento, a hipótese do desamparo aprendido oferece contribuições ao considerar o comportamento sensível à condição de incontabilidade. Kanter, Cautilli e Baruch (2005) indicam que os repertórios comportamentais básicos envolvidos no desamparo aprendido demonstrados em animais e humanos podem ser tomados como um modelo para algumas formas de depressão sem fazer uso de hipóteses acerca de eventos cognitivos causais.

Sob uma perspectiva behaviorista radical, a eliminação do caráter mentalista presente na proposta do desamparo aprendido pode favorecer sua utilização como instrumento de

análise dos resultados experimentais, tomando-se por variável independente a incontrollabilidade dos choques – passível de uma definição operacional – sem depender de julgamentos subjetivos do experimentador; enquanto a variável dependente consistiria na emissão de resposta de fuga em função do reforçamento negativo (Hunziker, 2005).

Outra contribuição relevante, apontada por Hunziker (2001b), reside na demonstração experimental da interferência da história de reforçamento na adaptação comportamental à contingência vigente. Isto indica a existência de uma relação específica, envolvendo a impossibilidade de controle sobre certos aspectos do ambiente como crítica para a compreensão de comportamentos desajustados, inclusive os identificados como depressivos.

O desamparo aprendido tem sido definido na análise do comportamento como a dificuldade de aprendizagem apresentada por indivíduos expostos a experiências prévias com estímulos aversivos incontrolláveis (Hunziker, 2005). De acordo com Seligman (1975/1992), indivíduos ou animais estariam em desamparo com respeito a um evento quando este ocorresse independentemente de suas respostas voluntárias, o que poderia ocorrer tanto diante da exposição a eventos incontrolláveis tanto aversivos quanto apetitivos.

Estudos realizados por Hunziker (1997, 2001a, 2001b, 2003, 2007) caracterizam uma tentativa de lidar com o desamparo aprendido a partir de uma perspectiva analítico-comportamental. Para a análise do comportamento, no lugar de um fator de caráter cognitivo, haveria o enfraquecimento das respostas do sujeito devido à falta de reforçamento ou punição, produzindo a extinção desses comportamentos. Como produtos destas contingências, surgiriam sintomas comumente verificados em indivíduos depressivos, como inatividade e desânimo.

A utilização do modelo triádico em estudos com desamparo permite afirmar que o comportamento pouco adaptativo às novas contingências em vigor deve-se à experiência anterior do indivíduo, na qual houve a impossibilidade de controle de eventos aversivos no



ambiente (Hunziker, 2001b). Por controle, cabe esclarecer, consideram-se “relações probabilísticas de ocorrência de um evento em função de outros que o antecederam” (Hunziker, 2003, p. 2).

Diz-se que um organismo possui controle acerca de determinado estímulo (S) quando alguma resposta (R) sua modifica/altera a probabilidade de ocorrência deste evento. Para haver controle é necessário que esta probabilidade seja diferente da probabilidade de a mudança ambiental ser observada na ausência da referida resposta (nR), sendo esta condição assim representada:  $p(S/R) \neq p(S/nR)$  (Maier & Seligman, 1976). Por exemplo, se, ao focinhar, um rato interrompe jatos de ar quente, e se a apresentação dos jatos permanece na ausência desta resposta, verificam-se probabilidades distintas de ocorrência/modificação de um evento (jato de ar quente) na presença e na ausência de outro evento (focinhar).

Se, por outro lado, a ocorrência da resposta de focinhar – e de de outras respostas – não alterasse a apresentação do jato de ar quente, verificar-se-ia uma condição de incontrolabilidade, na qual não haveria relação de contingência entre eventos, pois as probabilidades de ocorrência de um evento posterior seriam iguais na presença e na ausência de um evento antecedente – a ausência de contingência não implicaria, contudo, a não-aprendizagem (Hunziker, 2008). Maier e Seligman (1976) representaram esta condição de incontrolabilidade da seguinte forma:  $p(S/R) = p(S/nR)$ .

A replicação de estudos com desamparo aprendido utilizando diversas espécies de animais tem demonstrado que o efeito observado pode tornar os organismos menos ativos em relação ao seu meio (Seligman, 1975/1992). Sujeitos expostos a eventos aversivos incontroláveis demonstram passividade em níveis significativos, considerados responsáveis pelo acentuado comprometimento de sua adaptação e sobrevivência, em decorrência do aprendizado – de acordo com a hipótese do desamparo aprendido – de que não existe relação entre as respostas emitidas e os eventos do ambiente (Hunziker, 2001a).

Segundo Hunziker (2001a), o estudo objetivo da depressão parte da análise da frequência de comportamentos que geram determinados tipos de conseqüências. O repertório de indivíduos deprimidos é reconhecido por uma baixa frequência de respostas, sobretudo das que gerariam reforçadores. Esta frequência reduzida de respostas pode ser produto tanto da ausência de reforçadores, quanto da insensibilidade – ou redução da sensibilidade – do organismo aos reforçadores disponíveis no meio. De qualquer forma, indica Hunziker (2001a), o reforçamento, ou a falta deste, permanece como ponto central da análise.

No que diz respeito a fatores biológicos, é reconhecida a ocorrência de circunstâncias nas quais alterações anátomo-fisiológicas passam a restringir o estabelecimento de novas relações comportamentais, na medida em que alteram a sensibilidade/reatividade dos indivíduos a propriedades relevantes de seu ambiente (Tourinho, Teixeira & Maciel, 2000). No caso da depressão, o olhar sobre os mecanismos relacionados à fisiologia é fundamental para promover a sensibilidade do organismo a determinadas contingências (Cavalcante & Tourinho, 2001), porém não elimina a necessidade de estudos voltados às relações comportamento-ambiente.

De acordo com a hipótese do desamparo aprendido, circunstâncias podem ensinar o indivíduo que, a partir de modificações no ambiente, antigos reforços estão indisponíveis de maneira generalizada. Como conseqüência, a frequência de respostas apresentadas diante de novas situações seria reduzida ou nula antes mesmo de experimentar a extinção. Hunziker (2001a) esclarece que a redução generalizada do repertório comportamental pode decorrer de diversas relações associativas, especialmente envolvendo eventos extremamente aversivos e incontroláveis.

Deste modo, se a experiência com eventos aversivos é tão significativa a ponto de o indivíduo aprender que não possui controle sobre o meio, acabará atuando menos sobre seu ambiente, e suas respostas serão pouco reforçadas (Hunziker 2001a).

O comportamento pouco adaptativo às novas contingências em vigor deve-se à experiência anterior do indivíduo, na qual não houve controle sobre eventos aversivos. Assim, se existe sensibilidade para variações no contínuo de controlabilidade (nas diferentes contingências operantes), deve haver também, para a condição de incontrolabilidade (Hunziker, 2005; Maier & Seligman, 1976).

Seligman (1992) aponta a influência do *curso do tempo*, segundo o qual indivíduos em desamparo poderiam apresentar remissão de sintomas caso fossem expostos à estimulação aversiva incontrolável somente durante um curto período, havendo persistência do fenômeno quando da experiência com sessões prolongadas e múltiplas. Na prática, entretanto, resultados obtidos por Hunziker e Santos (2007) demonstraram que animais expostos a uma única sessão, com choques de 10s, mantiveram altas latências (não-aprendizagem) da resposta de fuga por um período de até 28 dias após as sessões com estimulação aversiva incontrolável, sem qualquer reexposição ao aparato experimental (Hunziker & Santos, 2007).

De acordo com Seligman (1992), resultados experimentais mostram que quando um organismo vivencia um trauma sobre o qual não possui controle algum, a frequência de suas respostas é enfraquecida face a eventos aversivos posteriores, impedindo a adaptação a novas contingências reforçadoras. No caso da depressão, isto pode ser evidenciado por meio de alterações drásticas e incontroláveis no ambiente dos indivíduos, conferindo-lhe um caráter de imprevisibilidade (Coelho, 2006).

Além disso, mesmo quando responde e a resposta é seguida por estímulos com função reforçadora, este organismo apresenta problemas em aprender que aquela resposta produziu uma consequência reforçadora. Hunziker (2001a) aponta que humanos e não-humanos, quando expostos a eventos aversivos incontroláveis, deixam de apresentar sensibilidade aos reforçadores mesmo em situações nas quais as respostas são seguidas por consequências que as mantiveram, no passado.

Variações experimentais efetuadas no modelo triádico permitiram considerar-se a possibilidade de prevenção e tratamento do desamparo aprendido (Hunziker, 2005). Seligman e Maier (1967) submeteram um grupo de cães a uma primeira sessão com choques controláveis (resposta de fuga/esquiva possível), após o que foram expostos a choques incontroláveis. Quando submetidos a uma nova contingência de reforçamento negativo, estes sujeitos aprenderam a resposta requerida pelo teste. Os autores chamaram este efeito de “imunização” (Seligman & Maier, 1967), sugerindo que a exposição prévia à estimulação aversiva controlável teria imunizado os cães contra a aprendizagem posterior de incontrolabilidade, quando da apresentação de choques incontroláveis. Estes dados, junto aos de estudos posteriores (e.g.: Williams & Maier, 1977; Yano & Hunziker, 2000), sugerem a história de reforçamento como uma variável crítica na prevenção contra o desamparo (Hunzinker, 2005).

No tocante à possibilidade de reversão do fenômeno, Seligman e Maier (1967) reexuseram cães que haviam apresentado desamparo à contingência de fuga, forçando-os fisicamente a emitirem a resposta de esquiva e obterem a conseqüência negativamente reforçadora. Ao final de seguidas sessões de resposta de fuga forçada, os cães passaram a fugir espontaneamente dos choques. No trabalho de Erbetta (2004), houve redução do efeito de desamparo, após a experiência com estimulação aversiva incontrolável, em sujeitos submetidos ao controle por estímulos apetitivos. O efeito de reversão foi evidenciado por menores latências apresentadas em teste de fuga posterior.

Segundo Seligman (1975/1992), a teoria do desamparo aprendido sugere que a perda de controle – e não a perda de reforçadores – seria responsável pela depressão. Para ele, somente a ocorrência de eventos reforçadores, portanto, não constituiria em si um ponto contra a depressão, e sim a experiência de controle, isto é, de que as respostas emitidas modificam o ambiente e produzem conseqüências. Entretanto, resultados contraditórios foram

obtidos em estudos com estímulos apetitivos incontroláveis (Calef & cols., 1984; Capelari & Hunziker, 2005; Oakes, Rosenblum & Fox, 1982; Rosselini, 1978), não se confirmando, de maneira consistente, a ocorrência de desamparo em situações outras que não a exposição a estímulos incontroláveis aversivos.

Apesar de o modelo não abarcar todos os tipos de fenômenos caracterizados como depressão – a exemplo daqueles em que há alta taxa de respostas ativas (Seligman, 1975/1992) – os estudos sobre desamparo aprendido têm gerado formulações importantes relativas a um modelo animal de depressão. Isto se justifica tanto por similaridades entre as respostas (“sintomas”) apresentadas por não-humanos, em contingências artificialmente produzidas em laboratório, e o comportamento característico de pacientes identificados como depressivos (ex.: inatividade com relação ao meio), quanto pelo papel de eventos aversivos incontroláveis no aparecimento destas respostas (Hunziker, 2005). Pesquisas sobre reversão e imunização, por sua vez, podem oferecer dados relevantes para o avanço da prevenção e tratamento da depressão em humanos.

A despeito dos resultados promissores obtidos desde o trabalho inicial de Overmaier e Leaf (1965), a utilização irrestrita do desamparo aprendido como um modelo animal da depressão deve ser evitada, e associações deste modelo com a depressão, consideradas com bastante cautela (Hunziker, 2005). Quaisquer comparações entre laboratório e clínica devem estar rigorosamente fundamentadas por conhecimento empírico (Hunziker, 2005). Sobretudo, definições estabelecidas tanto na depressão quanto no desamparo aprendido devem ter como base as relações funcionais envolvidas, e não simplesmente a topografia das respostas (Fester, 1979 & cols.; Hunziker, 2005).

Embora a experiência de incontrolabilidade – crucial para a aprendizagem de que agir sobre o meio não traz conseqüências – pareça ser discutida na literatura apenas quando associada ao modelo do desamparo aprendido, pode-se verificar sua relevância em outros

modelos explicativos, tanto da depressão quanto de outros fenômenos, como no caso da ansiedade.

No tocante à depressão, por exemplo, processos de extinção mencionados como importantes para a ocorrência de respostas caracterizadas como depressivas (Dougher & Hackbert, 1994; Fester, 1973), podem envolver, por definição, eventos aversivos incontroláveis. Segundo Catania (1999), o termo extinção se aplica de modo mais apropriado, no reforço negativo (fuga e esquiva), “à suspensão das conseqüências do responder, de modo que os estímulos aversivos ocorrem, mas as respostas já não os adiam ou previnem” (p. 405), isto é, nenhuma resposta do organismo tem efeito sobre a estimulação aversiva à qual é exposto.

Menções à incontrolabilidade são encontradas em estudos dentro da temática da ansiedade. Skinner (1953/1965) caracteriza a ansiedade como uma resposta emocional produzida pela apresentação de um estímulo que antecede um estímulo aversivo, sendo o primeiro denominado estímulo pré-aversivo.

Conforme Queiroz e Guilhardi (2001), a ansiedade constituiria um estado corporal resultante de contingências em que um estímulo sinaliza a apresentação de um estímulo aversivo, não havendo resposta de fuga/esquiva possível. Esta definição é oriunda do trabalho de Estes e Skinner (1961) sobre supressão condicionada, que caracteriza ansiedade como um estado emocional produzido a partir da ocorrência de um estímulo atual no passado seguido por um estímulo com função aversiva.

Três fatores seriam essenciais no paradigma da ansiedade: 1) a presença de um estímulo sinalizador com função pré-aversiva 2) a impossibilidade de emitir-se qualquer resposta para interromper ou impedir a ocorrência do estímulo aversivo e 3) a apresentação inevitável de um estímulo com função aversiva (Queiroz & Guilhardi, 2001).

A definição utilizada por Queiroz e Guilhardi (2001) está em acordo com a

conceituação de Skinner (1953/1965). Adiciona, porém, a ausência de respostas de fuga/esquiva possíveis como parte das contingências aversivas responsáveis pela ansiedade, sugerindo uma falta de controle do sujeito sobre a estimulação aversiva inevitável. De fato, alguns estudos (Barbosa, 2004; Forsyth & Eifert, 1996; Zvolensky, Lejuez & Eifert, 1998) indicam uma relação inversamente proporcional entre a possibilidade de controle exercido sobre os estímulos com função aversiva e a intensidade das respostas de ansiedade apresentadas.

No âmbito clínico, é sugerida a criação de estratégias para auxiliar o cliente a identificar formas de controle sobre determinadas situações ansiogênicas (Barbosa, 2004; Salzer & Berenbaum, 1994). Assim, a experiência de incontrolabilidade também participaria da aquisição e manutenção de respostas ligadas a outro fenômeno, distinto da depressão.

Podem-se estabelecer paralelos entre os fenômenos da ansiedade e da depressão. Primeiramente, a instalação e manutenção tanto de respostas “ansiosas” quanto de respostas “depressivas” parecem estar relacionadas a contingências aversivas. Segundo, a exposição a eventos aversivos incontroláveis é associada tanto à depressão (especialmente no modelo de desamparo aprendido) quanto à ansiedade. Todavia, o estímulo pré-aversivo confere, na ansiedade, um caráter de previsibilidade<sup>4</sup> à apresentação do estímulo aversivo, não havendo, na proposição original do modelo de desamparo aprendido, esta sinalização prévia.

Os modelos explicativos da depressão até aqui configurados oferecem diversas argumentações em prol de uma abordagem do evento, condizente com a análise do comportamento. Embora os conceitos empregados não aparentem ser necessariamente excludentes, observa-se certa carência de uma conceituação estruturada sobre o fenômeno,

---

<sup>4</sup> Neste contexto, “previsibilidade” pode ser definida em termos da probabilidade de início ou término de um estímulo dada a presença ou ausência de outro estímulo específico (Hunziker, 1982). Um choque *imprevisível*, por exemplo, seria aquele cuja probabilidade de ocorrência é a mesma, independentemente dos eventos que o precedam; já em um choque *incontrolável*, não haveria qualquer relação de dependência entre as respostas do organismo e a apresentação ou término deste estímulo (Foa, Zinbarg, & Rothbaum, 1992).

que dialogue com os diversos resultados obtidos pelos pesquisadores analítico-comportamentais atuando nesta área e com as práticas utilizadas na terapia analítico-comportamental da depressão.

As definições utilizadas por autores distintos parecem estar sob controle de uma ampla gama de variáveis correlacionadas à depressão, entre as quais seria necessário determinar aquelas relacionadas à instalação do repertório comportamental deprimido, e as que poderiam responder pela manutenção deste. Cumpre ainda considerar a possibilidade de que as diferentes hipóteses e conceituações analítico-comportamentais sobre a depressão estejam enfatizando aspectos diferentes de um mesmo fenômeno.

Particularmente, questões relevantes se apresentam quando da tentativa de uma demarcação mais sistemática do papel da incontrolabilidade para a ocorrência da depressão. Nesse sentido, apenas a condição de incontrolabilidade constituiria variável suficiente para a aquisição de repertórios comportamentais associados à depressão? Estaria a incontrolabilidade sempre presente na instalação do fenômeno?

A partir das diversas argumentações elaboradas, seria possível falar em um modelo comportamental único para a depressão ou o que se observa é um fenômeno complexo formado por processos comportamentais distintos, controlados por diferentes variáveis?

Outros questionamentos podem ainda ser levantados: ao se associar a incontrolabilidade aos fenômenos de ansiedade e depressão, está-se fazendo uso do mesmo conceito ou diferentes autores utilizam o conceito sob controle de eventos diferentes? É apontada na literatura alguma relação importante entre a presença do estímulo pré-aversivo, na ansiedade, e a condição de incontrolabilidade experienciada pelo sujeito? Os eventos comportamentais, relacionados à depressão, resultantes da experiência de incontrolabilidade, são restritos a eventos aversivos?

A elucidação de alguns dos aspectos referidos poderá sugerir uma revisão da noção de



falta de reforçadores enquanto causa da depressão, refletindo, conseqüentemente, nos procedimentos utilizados na clínica para tratamento da mesma. A ênfase poderá recair na falta de controle sobre os reforçadores, havendo maior necessidade de elaborarem-se procedimentos para expor o indivíduo a contingências nas quais se torne evidente a noção de que responder produz conseqüências e modifica o ambiente. Isto significa estabelecer a aprendizagem de que a emissão de respostas está relacionada à produção de reforçadores como uma das principais metas a serem atingidas. Mas talvez signifique que tal aprendizagem precisa voltar-se para o controle sobre a estimulação aversiva.

O presente trabalho pretende, pois, investigar a definição da incontrolabilidade na literatura relacionada à pesquisa experimental e à terapia comportamental da depressão, caracterizando os usos deste conceito, discutindo suas potenciais contribuições para um modelo de tratamento clínico da depressão respaldado na análise do comportamento e integrado a outras explicações funcionais de base analítico-comportamental da depressão.

Trata-se, portanto, de: a) caracterizar os usos do conceito de incontrolabilidade nas literaturas experimental da análise do comportamento e clínica da terapia comportamental; b) demarcar sua pertinência para uma análise comportamental da depressão; e c) circunscrever seu lugar em um sistema abrangente de análise e intervenção clínica analítico-comportamental frente à depressão.

## MÉTODO

Este trabalho se insere em um conjunto de estudos conceituais que abordam eventos privados. À luz dos princípios da Análise do Comportamento, os trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa investigam os conceitos e aplicações dentro do tema, havendo-se desenvolvido uma metodologia própria para estudos conceituais em análise do comportamento (Coêlho, 2006; Tourinho 2006a; Vasconcelos Neto, 2007).

Enquanto um trabalho conceitual, a tomada de decisões metodológicas se dá a partir dos objetivos de identificar e analisar a utilização de determinados conceitos, neste caso, os conceitos de incontrolabilidade e de depressão, em um universo de produção literária, tendo-se restringido este universo à produção científica experimental e em terapia analítico-comportamental da depressão. Apresentam-se, a seguir, as etapas inicialmente delimitadas para o presente estudo, quais sejam: a definição do problema de pesquisa; a especificação das fontes relevantes; a seleção de fontes; o levantamento de informações; e, o tratamento das informações coletadas. Resultados de algumas etapas são apresentados junto às descrições.

### *1. Definição do Problema*

Dada a relevância atribuída à incontrolabilidade por alguns estudos que investigam a depressão dentro de um sistema explicativo analítico-comportamental, o presente trabalho pretendeu examinar e comparar os usos dos conceitos de incontrolabilidade e de depressão na literatura de investigação experimental do comportamento e na literatura clínica analítico-comportamental, visando a uma demarcação do possível lugar do conceito de incontrolabilidade em um modelo analítico-comportamental abrangente de interpretação e intervenção clínica frente à depressão. Isto foi realizado por meio de análises dos usos do conceito, utilizando-se categorias, definidas a partir da fundamentação teórica previamente selecionada.

## 2. *Especificação das Fontes Relevantes*

As informações requeridas pelos objetivos deste trabalho são provenientes de duas literaturas com ênfases distintas, a primeira envolvendo estudos do comportamento no âmbito experimental e a outra direcionada à investigação clínica analítico-comportamental. Para isto, foi realizado um levantamento de publicações brasileiras e estrangeiras, especializadas ou não em Análise do Comportamento. Selecionaram-se artigos abordando a incontrollabilidade relacionada à depressão tanto no âmbito clínico quanto experimental. Trabalhos que tratassem o tema da depressão sob um enfoque analítico-comportamental, mesmo sem focalizar a questão da incontrollabilidade, também foram selecionados para efeitos de análise. Alguns periódicos, não específicos da análise do comportamento, também foram incluídos na busca, em razão de apresentarem um conjunto de estudos pertinentes aos critérios estabelecidos para seleção<sup>5</sup>.

Foi consultado o portal de periódicos CAPES, as páginas eletrônicas de alguns periódicos internacionais específicos, e a biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), a qual abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. No portal de periódicos CAPES foram consultadas edições dos periódicos: *American Behavioral Scientist*, *Applied Behavioral Science Review*, *Behavior Modification*, *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews*, *Behavior and Social Issues*, *Behaviour Research and Therapy*, *Behavioural Processes*, *Clinical Case Studies*, *International Journal of Behavioral Development*, *Journal of Behaviour: Therapy and Experimental Psychiatry* e *Journal of Experimental Psychology (JEP)*.

---

<sup>5</sup> Embora o modelo do desamparo aprendido não tenha surgido à luz da teoria de Skinner, e seja originalmente baseado em explicações de caráter cognitivo, no presente trabalho procuramos salientar uma interpretação analítico-comportamental do fenômeno. Neste sentido, estudos que considerassem a participação de componentes cognitivos na ocorrência do desamparo foram selecionados desde que apresentassem, nos procedimentos empregados, medidas comportamentais verificáveis de investigação do efeito.

A consulta a periódicos internacionais de Análise do Comportamento ocorreu também nas publicações eletrônicas dos seguintes periódicos: *Journal of Applied Behavior Analysis (JABA)*, *Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB)*, *The Behavior Analyst* e *The Behavior Analyst Today*.

Na biblioteca eletrônica SciELO foram acessadas as seguintes revistas: *Psicologia em Estudo*, *Psicologia Reflexão e Crítica*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa* e *Estudos de Psicologia*. Ainda para contemplar a produção nacional, foram consultados artigos na *Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC)* e na *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC)*.

Outras fontes, identificadas a partir de um contato prévio com a literatura sobre depressão também foram consultadas. Após a leitura do material bibliográfico selecionado, foram transcritos trechos considerados relevantes, congruentes com os objetivos propostos.

### **3. Seleção de Fontes**

O levantamento dos artigos foi efetuado a partir da presença de palavras-chave em títulos, resumos ou em ambos. Foram utilizadas na busca as palavras-chave “incontrolabilidade” (*uncontrollability*), “depressão” (*depression*) combinada à “análise do comportamento” (*behavior analysis*) e “depressão” combinada a “desamparo aprendido” (*learned helplessness*) – após algumas buscas, verificou-se que esta última combinação omitia trabalhos importantes no tema do desamparo aprendido, de modo que se optou por utilizar somente “desamparo aprendido” (*learned helplessness*).

Todos os periódicos-alvo possuíam sistema eletrônico de busca pela internet, alguns disponibilizavam modo de busca restrito (por resumo, palavra-chave e título, por exemplo), outros permitiam apenas um modo geral de busca por todos os campos, concomitantemente. Em periódicos sem sistema de busca por palavras-chave, a seleção ocorreu a partir da leitura

dos títulos e resumos disponíveis em páginas da Internet (caso do periódico *The Behavior Analyst Today*).

Ao longo do levantamento bibliográfico, algumas decisões metodológicas foram necessárias para refinar a busca de artigos e otimizar a seleção das fontes, de forma que se efetuaram variações no processo de busca inicialmente delineado. Uma descrição destas decisões é apresentada a seguir.

Os periódicos *American Behavioral Scientist*, *Behavior Modification*, *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews*, *Behavior and Social Issues*, *Clinical Case Studies* e *International Journal of Behavioral Development* apresentaram 0 ocorrências para a busca restrita (por título e resumo) com todas as palavras-chave. Em decorrência deste resultado, realizou-se uma nova tentativa nos referidos periódicos, utilizando-se o modo geral de busca em todos os campos. Como apresentara ocorrências importantes, esta última busca foi considerada válida, anulando-se a anterior. Ademais, o levantamento em todos os campos foi o único modo de busca disponibilizado pelos periódicos *Applied Behavioral Science Review* e *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*.

Durante a busca nos periódicos *JABA*, *JEAB*, *The Behavior Analyst*, *The Behavior Analyst Today* e *REBAC*, não se utilizou a combinação “depressão” (*depression*) e “análise do comportamento” (*behavior analysis*). Esta medida foi tomada em razão do elevado número de ocorrências apresentadas para as duas palavras-chave, pois o sistema de buscas selecionou artigos que continham somente uma delas, em vez de ambas (no periódico *JABA*, por exemplo, foram mais de 2.000 ocorrências). Como as cinco publicações são especializadas na área da análise do comportamento, considerou-se válido o emprego individual da palavra-chave “depressão” (*depression*). A mesma alteração foi efetuada também nos periódicos: *Psicologia em Estudo*, *Psicologia Reflexão e Crítica*, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *Estudos de Psicologia (Campinas)*, *Estudos de Psicologia (Natal)* e *Revista Brasileira de Terapia*

*Comportamental e Cognitiva (RBTCC)*, mas por razões distintas. Nestas publicações, houve 0 ocorrências para a combinação “depressão” e “análise do comportamento”, tendo a busca individual com o primeiro termo apresentado resultados pertinentes.

O levantamento descrito deu origem à 1.315 registros, os quais foram submetidos a uma análise preliminar. A Tabela 1 apresenta estes resultados.

Tabela 1: Número de artigos localizados por periódico, por palavras-chave.

<b>Periódicos</b>	<b>Incontrolabilidade</b>	<b>Depressão/Análise do Comportamento</b>	<b>Desamparo Aprendido</b>	<b>Total</b>
<i>American Behavior Scientist</i>	1	3	5	<b>9</b>
<i>Applied Behavioral Science Review</i>	0	0	0	<b>0</b>
<i>Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews</i>	1	1	4	<b>6</b>
<i>Behavior and Social Issues</i>	0	83	0	<b>83</b>
<i>Behavior Modification</i>	4	70	13	<b>87</b>
<i>Behavioural Processes</i>	4	107	16	<b>127</b>
<i>Behaviour Research and Therapy</i>	17	31	13	<b>61</b>
<i>Clinical Case Studies</i>	1	8	4	<b>13</b>
<i>Estudos de Psicologia</i>	0	23	1	<b>24</b>
<i>International Journal of Behavioral Development</i>	3	1	24	<b>28</b>
<i>Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry</i>	21	95	35	<b>151</b>
<i>JABA</i>	0	6	213	<b>219</b>
<i>JEAB</i>	0	12	387	<b>399</b>
<i>JEP</i>	3	27	28	<b>58</b>
<i>Psicologia em Estudo</i>	1	5	1	<b>7</b>
<i>Psicologia Reflexão e Crítica</i>	1	12	0	<b>13</b>
<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	1	7	3	<b>11</b>
<i>REBAC</i>	0	0	0	<b>0</b>
<i>RBTCC</i>	0	5	0	<b>5</b>
<i>The Behavior Analyst</i>	0	5	7	<b>12</b>

<i>The Behavior Analyst Today</i>	0	2	0	2
<b>Total</b>	<b>58</b>	<b>503</b>	<b>754</b>	<b>1315</b>

Do total de 1.315 ocorrências, 17 repetiram-se para diferentes palavras-chave ou para a mesma palavra-chave, sendo excluídas. Além disto, um trabalho foi excluído por caracterizar a versão traduzida de um artigo que constara anteriormente em um periódico internacional, tendo este sido selecionado. Para circunscrever o produto restante de 1.297 trabalhos a artigos que abordassem o tema de interesse do presente estudo, foram adotados alguns critérios de exclusão, delimitando-se um recorte para a pesquisa. Excluíram-se: editoriais; memoriais; resenhas; artigos que apresentassem somente citações das palavras-chave sem que constituíssem o tema principal abordado; trabalhos com ênfase neurológica e/ou psicofarmacológica; trabalhos de abordagens distintas da analítico-comportamental que não apresentassem medidas verificáveis de investigação experimental, além de estudos relacionados ao emprego de inventários e/ou escalas e medidas da depressão. A exclusão dos artigos ocorreu após leitura de resumos ou de trabalhos completos (no caso de artigos cuja leitura apenas dos resumos mostrou-se insuficiente para definir a seleção ou exclusão). Na Tabela 2 encontram-se os resultados desta etapa de exclusão.

Tabela 2: Distribuição de Artigos localizados, excluídos e selecionados, por periódico.

<b>Periódicos</b>	<b>Artigos Localizados</b>	<b>Artigos Excluídos</b>	<b>Artigos Selecionados</b>
<i>American Behavior Scientist</i>	9	9	0
<i>Applied Behavioral Science Review</i>	0	0	0
<i>Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews</i>	6	6	0
<i>Behavior and Social Issues</i>	83	83	0
<i>Behavior Modification</i>	87	83	4
<i>Behavioural Processes</i>	127	127	0
<i>Behaviour Research and Therapy</i>	61	54	7
<i>Clinical Case Studies</i>	13	11	2
<i>Estudos de Psicologia</i>	24	23	1

<i>International Journal of Behavioral Development</i>	28	28	0
<i>Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry</i>	151	145	6
<i>JABA</i>	219	218	1
<i>JEAB</i>	399	399	0
<i>JEP</i>	58	49	9
<i>Psicologia em Estudo</i>	7	7	0
<i>Psicologia Reflexão e Crítica</i>	13	12	1
<i>Psicologia: Teoria e Pesquisa</i>	11	8	3
<i>REBAC</i>	0	0	0
<i>RBTC</i>	5	5	0
<i>The Behavior Analyst</i>	12	9	3
<i>The Behavior Analyst Today</i>	2	0	2
<b>Total</b>	<b>1315</b>	<b>1276</b>	<b>39</b>

Dos artigos localizados com as palavras-chave, mais de 97% atendeu a algum dos critérios de exclusão, havendo a seleção do restante, pouco menos de 3%. Aos 39 artigos selecionados por levantamento sistemático foram acrescentados 16, identificados a partir de um contato prévio com a literatura e não localizados por meio da busca descrita, totalizando 55 artigos. Ainda, uma busca posterior foi feita a partir das referências destes trabalhos. Após a leitura de cada artigo, verificaram-se, nas correspondentes referências, artigos que, por título, estivessem relacionados ao tema de interesse do presente estudo. Assim, 40 artigos foram encontrados a partir das referências dos 55 trabalhos já selecionados. Aos 40 textos foram aplicados os critérios de exclusão previamente mencionados, resultando em um total de 21 excluídos e 19 artigos selecionados. Um total de 74 textos, portanto, compôs o material de análise.

Os textos foram numerados conforme a sequência cronológica e de autoria em que foram publicados, obedecendo-se às normas de referências da APA, 5ª edição (American Psychological Association, 2001). A ordenação dos 74 trabalhos é apresentada a seguir no Quadro 1.



Quadro 1: Lista de artigos selecionados.

Ordem de Publicação	Referência
1	Lazarus, A. A. (1968). Learning theory and the treatment of depression. <i>Behaviour Research and Therapy</i> , 6(1), 83-89.
2	Lewinsohn, P. M. & Atwood, G. E. (1969). Depression: A clinical-research approach. <i>Psychotherapy: Theory, Research &amp; Practice</i> , 6(3), 166-171.
3	Lewinsohn, P. M. & Shaffer, M. (1971). Use of home observations as an integral part of the treatment of depression: Preliminary report and case studies. <i>Journal of Consulting and Clinical Psychology</i> , 37(1), 87-94.
4	Lewinsohn, P. M. & Libet, J. (1972). Pleasant events, activity schedules, and depressions. <i>Journal of Abnormal Psychology</i> . 79(3), 291-295.
5	Reisinger, J. J. (1972). The treatment of “anxiety-depression” via positive reinforcement and response cost. <i>Journal of Applied Behavior Analysis</i> , 5, 125-130.
6	Wanderer, W. Z. (1972). Existential depression treated by desensitization of phobia: strategy and transcript, <i>Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry</i> . 3, 111-116.
7	Ferster, C. B. (1973). A functional analysis of depression. <i>American Psychologist</i> , 28, 857-870.
8	Hersen, M., Eisler R. M., Alford, G. S. & Agras, W. S. (1973). Effects of token economy on neurotic depression: An experimental analysis, <i>Behavior Therapy</i> , 4, 392-397.
9	Lewinsohn, P. M. & Graf, M. (1973). Pleasant activities and depression. <i>Journal of Consulting and Clinical Psychology</i> , 41(2), 261–268.
10	Maier, S. F., Albin, R. W. & Testa, T. J. (1973). Failure to learn to escape in rats previously exposed to inescapable shock depends on nature of escape response. <i>Journal of Comparative and Physiological Psychology</i> , 85(3), 581-592.
11	McLean, P. D., Ogston, K. & Grauer, L. (1973). A behavioral approach to the treatment of depression. <i>Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry</i> , 4(4). 323-330.
12	Shipley, C. R. & Fazio, A. F. (1973). Pilot study of a treatment for

- 
- psychological depression. *Journal of Abnormal Psychology*. 82(2), 372-376.
- 13 Hiroto, D. S. (1974). Locus of control and learned helplessness. *Journal of Experimental Psychology*. 102(2), 187-193.
- 14 MacPhillamy, D. J. & Lewinsohn, P. M. (1974). Depression as a function of levels of desired and obtained pleasure. *Journal of Abnormal Psychology*, 83(6), 651-657.
- 15 Hiroto, D. S. & Seligman, M. E. P. (1975). Generality of learned helplessness in man. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31(2), 311-327.
- 16 Benson, J. S. & Kennelly, K. J. (1976). Learned helplessness: The result of uncontrollable reinforcements or uncontrollable aversive stimuli? *Journal of Personality and Social Psychology*, 34(1), 138-145.
- 17 Levis, D. J. (1976). Learned helplessness: A reply and an alternative S-R interpretation. *Journal of Experimental Psychology: General*, 105(1), 47-65.
- 18 Maier, S. F. & Seligman, M. E. P. (1976). Learned helplessness: Theory and evidence. *Journal of Experimental Psychology: General*, 105(1), 3-46.
- 19 Blaney, P. H. (1977). Contemporary theories of depression: Critique and comparison. *Journal of Abnormal Psychology*. 86(3), 203-223.
- 20 Abramson, L. Y., Seligman, M. E. P. & Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*. 87(1), 49-74
- 21 Lewinsohn, P. M. & Amenson, C. S. (1978). Some relations between pleasant and unpleasant mood-related events and depression. *Journal of Abnormal Psychology*, 87(6), 644-654.
- 22 Nation, J. R. & Massad, P. (1978). Persistence training: A partial reinforcement procedure for reversing learned helplessness and depression. *Journal of Experimental Psychology: General*. 107(4). 436-451.
- 23 O'Brien, J. S. (1978). The behavioral treatment of acute reactive depression involving psychotic manifestations. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 9(3), 259-264.
- 24 Prindaville, P. & Stein, N. (1978). Predictability, controllability, and inoculation against learned helplessness. *Behaviour Research and Therapy*, 16(4). 263-271.
- 25 Rossellini, R. A. (1978). Inescapable shock interferes with acquisition of an
-

- 
- appetitive operant. *Animal Learning and Behavior*, 6(2), 155-159.
- 26 Winefield, A. H. & Tiggemann, M. (1978). The effects of uncontrollable unpredictable events on anagram solving. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 30, 717-724.
- 27 Alloy, L. B. & Bersh, P. J. (1979). Partial control and learned helplessness in rats: Control over shock intensity prevents interference with subsequent escape. *Animal Learning and Behavior*, 7(2), 157-164.
- 28 Beatty, W. W. & Maki, W. S. (1979). Acquisition of instrumental responding following non-contingent reinforcement: failure to observe "learned laziness" in rats. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 13(4), 268-271.
- 29 Mclean, P. D. & Hakstian, A. R. (1979). Clinical depression: Comparative efficacy of outpatient treatments, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. 47(5), 818-836.
- 30 Miller, I. W. & Norman, W. H. (1979). Learned helplessness in humans. *Psychological Bulletin*. 86(1), 93-118.
- 31 Turner, R. W., Ward, M. F. & Turner, D. J. (1979). Behavioral treatment for depression: An evaluation of therapeutic components. *Journal of Clinical Psychology*, 35(1), 166-175.
- 32 Wolpe, J. (1979). The experimental model and treatment of neurotic depression. *Behaviour Research and Therapy*, 17(6). 555-565.
- 33 Zeiss, A. M., Lewinsohn, P. M. & Muñoz, R. F. (1979). Nonspecific improvement effects in depression using interpersonal skills training, pleasant activity schedules, or cognitive training. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47(3), 427-439.
- 34 Azrin, N. H. & Besalel, V. A. (1981). An operant reinforcement method of treating depression. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 12(2), 145-151.
- 35 Caspy, T. & Lubow, R. E. (1981). Generality of US pre-exposure effects: transfer from food to shock or shock to food with and without the same response requirements. *Animal Learning and Behavior*, 9(4), 524-532.
- 36 Rossellini, R. A. & DeCola, J. P. (1981). Inescapable shock interferes with the acquisition of a low-activity response in a appetitive context. *Animal Learning and Behavior*, 9(4). 487-490.
-

- 
- 37 Hunziker, M. H. L. (1982). Considerações metodológicas sobre o estudo da incontrolabilidade. *Psicologia* 8(3), 61-77.
- 38 Oakes, W. F., Rosenblum, J. L. & Fox, P. E. (1982). "Manna from heaven": The effect of noncontingent appetitive reinforcers on learning in rats *Bulletin of the Psychonomic Society*, 19(2), 123-126.
- 39 Rush, D. K., Mineka, S. & Suomi, S. J. (1983). Therapy for helpless monkeys. *Behaviour Research and Therapy*, 21(3). 297-301.
- 40 Calef, R. S., Metz, R. A., Atkinson, T. L., Pellerzi, R. C., Taylor, K. S. & Geller, E. S. (1984). Acquisition of running in straight alley following experience with response-independent food. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 22(11). 67-69.
- 41 Volpicelli, J. R., Ulm, R. R. & Altendor, A. (1984). Feedback during exposure to inescapable shocks and subsequent shock-escape performance. *Learning and Motivation*, 15, 279-286.
- 42 Barber, J. G. & Winefield, A. H. (1986). Learned helplessness as conditioned inattention to the target stimulus. *Journal of Experimental Psychology: General*. 115(3). 236-246.
- 43 Bersh, P. J., Whitehouse, W. G., Blustein, J. E. & Alloy, L. B. (1986). Interaction of Pavlovian conditioning with a zero operant contingency: Chronic exposure to signaled inescapable shock maintains learned helplessness effects. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*. 12(3). 277-290.
- 44 Nezu, A. M. (1986). Efficacy of social problem solving therapy approach for unipolar depression. *Journal of consulting and Clinical Psychology*, 54(2). 196-202.
- 45 Rossellini, R., Warren, D. & DeCola, J. P. (1987). Predictability and controllability: Differential effects upon contextual fear. *Learning and motivation*, 18, 392-420.
- 46 Jackson, R. L., & Minor, T. R. (1988). Effects of signaling inescapable shock on subsequent escape learning: Implications for theories of coping and "learned helplessness". *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 14(4), 390-400.
-

- 
- 47 Job, R. F. S. (1988). Interference and facilitation produced by noncontingent reinforcement in appetitive situation. *Animal Learning and Behavior*, 16(4), 451-460.
- 48 Maier, S. F. & Warren, D. A. (1988). Controllability and safety signals exert dissimilar proactive effects on nociception and escape performance. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*. 14(1). 18-25.
- 49 Job, R. F. S. (1989). A test of proposed mechanism underlying the interference effect produced by non-contingent food presentations. *Learning and Motivation*, 20, 153-177.
- 50 Warren, D. A., Rosellini, R. A. & Maier, S. F. (1989). Fear, stimulus feedback, and stressor controllability. *The Psychology of Learning and Motivation*, 24, 167-205.
- 51 Minor, T. R., Trauner, M. A., Lee, C. & Dess, N. K. (1990). Modeling signal features of escape response: Effects of cessation conditioning in "learned helplessness" paradigm. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*. 16(2). 123-136.
- 52 McLean, P. & Taylor, S. (1992). Severity of unipolar depression and choice of treatment. *Behaviour Research and Therapy*, 30(5). 443-451.
- 53 Dougher, M. J. & Hackbert, L. (1994). A behavior-analytic account of depression and a case report using acceptance-based procedures. *The Behavior Analyst*, 17(2), 321-334.
- 54 Salzer, M. S. & Berenbaum, H. (1994). Somatic sensations, anxiety, and control in panic disorder. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 25(1). 75-80.
- 55 Ferrándiz, P. & Vincent, F. (1997). The conditioned attention theory and bifactorial theory on the learned helplessness syndrome in appetitive contexts. *International Journal of Psychology*, 32(6), 399-408.
- 56 Hunziker, M. H. L. (1997). Um olhar crítico sobre o estudo do desamparo aprendido. *Estudos de Psicologia*, 14(3), 17-26.
- 57 Jacobson, N. & Gortner, E. (2000). Can depression be de-medicalized in the 21st century: Scientific revolutions, counter-revolutions and the magnetic field of normal science. *Behavior Research and Therapy*, 38, 103-117.
-

- 
- 58 Hunziker, M. H. L. (2001a). O desamparo aprendido e a análise funcional da depressão. Em: Zamignani, D. R. (org.). Sobre comportamento e cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos (vol. 3, pp. 143-151) Santo André: ESETec.
- 59 Lejuez, C. W., Hopko, D. R., & Hopko, S. D. (2001). A brief behavioral activation treatment for depression: Treatment manual. *Behavior Modification*, 25, 255-286.
- 60 Eifert, G. H. & Heffner, M. (2003). The effects of acceptance versus control contexts on avoidance of panic-related symptoms. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 34(3-4). 293-312.
- 61 Hopkinson, J. & Neuringer, A. (2003). Modifying Behavioral Variability in Moderately Depressed Students. *Behavior Modification*, 27, 251 - 264.
- 62 Hopko, D. R., Lejuez, C. W., Le Page, J. P., Hopko, S. D., & McNeil, D. W. (2003). A brief behavioral activation treatment for depression: A randomized trial within an inpatient psychiatric hospital. *Behavior modification*, 27, 458-469.
- 63 Hopko, D. R., Lejuez, C. W. & Hopko, S. D. (2004). Behavioral activation as an Intervention for Coexistent Depressive and Anxiety Symptoms. *Clinical Case Studies*, 3, 37-48.
- 64 Kanter, J. W., Callaghan, G. M., Landes, S. J, Busch, A. M., & Brown, K. R. (2004). Behavior Analytic Conceptualization and Treatment of Depression: Traditional Models and Recent Advances. *The Behavior Analyst Today*, 3, 255-273.
- 65 Capelari, A. & Hunziker, M. H. L. (2005). Aprendizagem de Fuga após Estímulos Apetitivos Incontroláveis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(1). 99-107.
- 66 Hunziker, M. H. L. (2005). O desamparo aprendido revisitado: estudos com animais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 131-139.
- 67 Kanter, J. W., Cautilli, J., Busch, A. M. & Baruch, D. E. (2005). Toward a comprehensive functional analysis of depressive behavior: Five environmental Factors and a possible sixth and seventh. *The Behavior Analyst Today*, 6(1). 65-81.
-

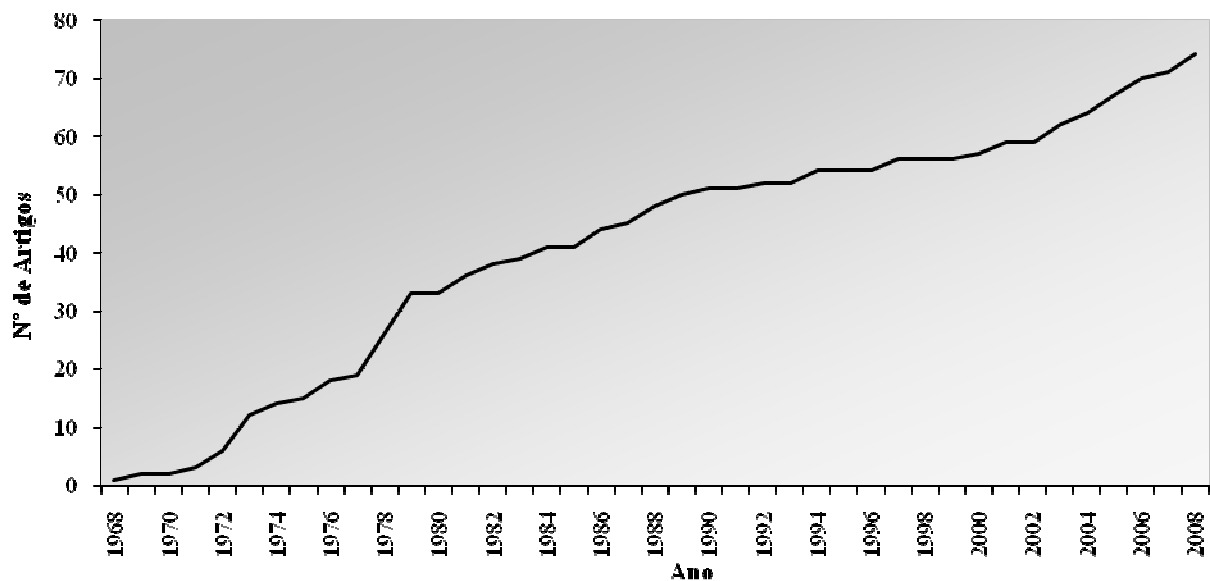
- 
- 68 Hunziker, M. H. L., Yamada, M. T., Manfré, F. N. & Azevedo, E. F. (2006). Variabilidade e repetição operantes aprendidas após estímulos aversivos incontroláveis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(3). 347-354.
- 69 Kanter, J. W., Baruch, D. E. & Gaynor, S. T. (2006). Acceptance and Commitment Therapy and Behavioral Activation for the Treatment of Depression: Description and Comparison. *The Behavior Analyst*, 29(2), 161-185.
- 70 Kashdan, T. B., Barrios, V., Forsyth, J. P. & Steger, M. F. (2006). Experiential avoidance as a generalized psychological vulnerability: Comparisons with coping and emotion regulation strategies. *Behaviour Research and Therapy*, 44, 1301–1320.
- 71 Ruggiero, K. J., Morris, T. L., Hopko, D. R. & Lejuez, C. W. (2007). Application of behavioral activation treatment for depression to an adolescent with a history of child maltreatment. *Clinical Case Studies*, 6(1). 64-78.
- 72 Coêlho, N. L. & Tourinho, E. Z. (2008). O Conceito de Ansiedade na Análise do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 171-178.
- 73 Leventhal, A. M. (2008). Sadness, Depression, and Avoidance Behavior. *Behavior Modification*, 32(6). 759-779.
- 74 Kanter, J. W., Busch, A. M., Weeks, C. E. & Landes, S. J. (2008). The nature of clinical depression: Symptoms, syndromes, and behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 31(1), 1-21.
- 

Conforme o Quadro 1, o trabalho de Lazarus (1968 [1]<sup>6</sup>) apresenta o ano de publicação mais antigo, tendo os artigos de Coêlho e Tourinho (2008 [72]), Leventhal (2008 [73]) e Kanter, Busch, Weeks e Landes (2008 [74]) datado de mais recente ano de publicação. Os quatro trabalhos aproximam-se da área clínica e – com exceção de Coêlho e Tourinho (2008 [72]), que tratam do conceito de ansiedade na Análise do Comportamento – trazem a depressão como tema. A distribuição dos trabalhos selecionados, por ano de publicação, é apresentada em curva acumulada na Figura 1.

---

<sup>6</sup> Os 74 artigos selecionados serão referidos por seu ano de publicação e, entre colchetes, o número de registro na primeira coluna do Quadro 1.

**Figura 1. Distribuição Acumulada de Artigos por Ano de Publicação.**



Na Figura 1, verifica-se que os artigos aparecem de forma pouco concentrada, ao longo do período entre o texto mais antigo e o mais atual selecionados. Os pontos em que a curva permanece estável – isto é, nenhuma publicação daquele ano foi selecionada – distribuem-se por todo o intervalo. Comparativamente, porém, encontra-se uma maior concentração de textos selecionados entre 1978 e 1982 (média de 3,8 artigos por ano), ocorrendo a queda mais expressiva entre 1998 e 2002 (média 0,6 artigos por ano), com novo crescimento a partir de 2003 até 2008 (média aproximada de 2,6 artigos por ano). Além disso, vários pontos de aceleração podem ser observados. O primeiro ocorreu em 1972, com a publicação de dois trabalhos voltados à intervenção clínica para depressão (Lewinsohn & Libet, 1972 [4]; Wanderer, 1972 [6]) e outro com foco sobre o tratamento da depressão acompanhada de ansiedade (Reisinger, 1972 [5]). O segundo, bastante expressivo, data de 1973, quando surge o artigo de Fester (1973 [7]) pela *American Psychologist*, discutindo a depressão a partir de conceitos analítico-comportamentais. Também em 1973, são publicados outros cinco estudos, quatro dos quais relativos ao tratamento clínico da depressão (Hersen,



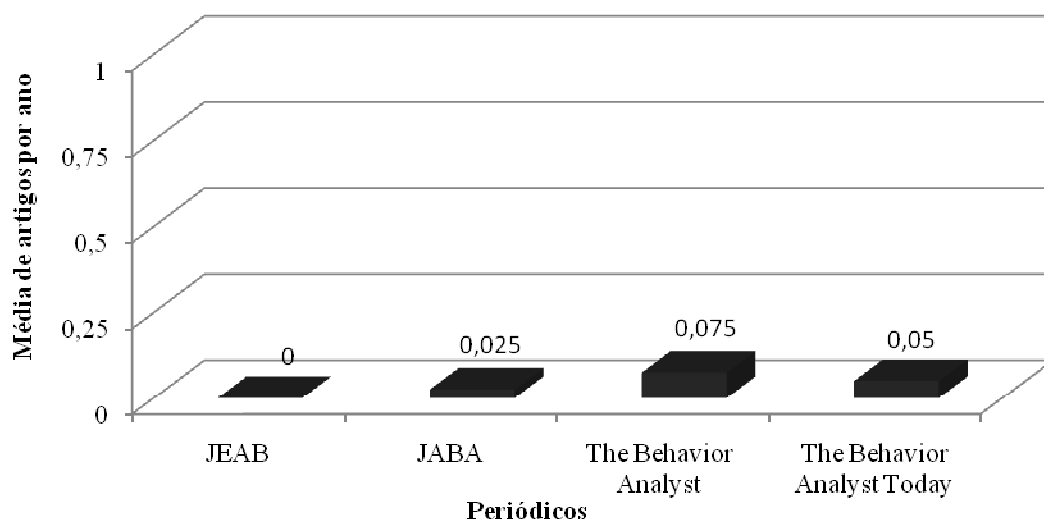
Eisler, Alford, & Agras, 1973 [8]; Lewinsohn & Graf, 1973 [9]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; Shipley & Fazio, 1973 [12]) e um experimental, abordando o modelo do desamparo aprendido (Maier, Albin & Testa, 1973 [10]). O ponto de aceleração seguinte se dá em 1976, com uma crescente produção na área do desamparo. Neste ano, o experimento de Benson e Kennelly (1976 [16]) investiga as relações entre o desamparo aprendido e estímulos com função aversiva e função reforçadora; já o trabalho de Maier e Seligman (1976 [18]), publicado no *JEP*, caracteriza um apanhado teórico e experimental da área do desamparo, recebendo réplica, no mesmo ano (e mesma edição), de Levis (1976 [17]). Data de 1978 uma das duas maiores concentrações de artigos selecionados, com a publicação de sete trabalhos, cinco deles experimentais e direcionados à investigação do fenômeno do desamparo (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Nation & Massad, 1978 [22]; Prindaville & Stein, 1978 [24]; Rossellini, 1978 [25]; Winefield & Tiggemann, 1978 [26]) e dois abordando a depressão em âmbito clínico (Lewinsohn & Amenson, 1978 [21]; O'Brien, 1978 [23]). A outra aceleração mais expressiva aparece no ano seguinte, em 1979, com sete trabalhos: três experimentos na área do desamparo aprendido (Alloy, & Bersh, 1979 [27]; Beatty, & Maki, 1979 [28]; Miller & Norman, 1979 [30]), e quatro estudos com foco em procedimentos utilizados no tratamento da depressão (McLean & Hakstian, 1979 [29]; Turner, Ward & Turner, 1979 [31]; Wolpe, 1979 [32]; Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]). Em 1981, a publicação de três artigos responde pela aceleração. Dois deles trazem experimentos realizados por Caspy e Lubow (1981 [35]) e Rossellini e DeCola (1981 [36]), aquele testa a generalidade do desamparo aprendido utilizando estímulos com funções distintas e diferentes respostas, enquanto o segundo investiga a ocorrência do efeito em contexto apetitivo após experiência com estimulação aversiva incontrolável. No terceiro trabalho publicado em 1981, Azrin e Besalel (1981 [34]) apontam o reforçamento operante como medida de intervenção eficaz na terapia da depressão, com base em experimento realizado. Em 1986, há uma nova

aceleração com três experimentos: dois ligados ao estudo do desamparo (Barber & Winefield, 1986 [42]; Bersh, Whitehouse, Blustein & Alloy 1986 [43]) e um ao tratamento da depressão (Nezu, 1986 [44]). O próximo ponto de aceleração data de dois anos depois, em 1988, quando dois trabalhos abordam o papel da relação controlabilidade-previsibilidade no desamparo aprendido (Jackson & Minor, 1988 [46]; Maier & Warren, 1988 [48]) e um terceiro avalia a ocorrência deste efeito comportamental após a exposição à estimulação apetitiva incontrolável (Job, 1988 [47]). A aceleração seguinte se dá em 2003, com três estudos experimentais: dois voltados ao tratamento da depressão (Hopkinson & Neuringer, 2003 [61]; Hopko, Lejuez, Le Page, Hopko & McNeil, 2003 [62]) e outro à intervenção em contexto de esquiva de sintomas associados à “síndrome do pânico” (Eifert & Heffner, 2003 [60]). O próximo ponto de aceleração é observado em 2005, com três artigos. O trabalho de Capelari e Hunziker (2005 [65]) testa a ocorrência do desamparo aprendido após experiência com estímulo apetitivo incontrolável; já o artigo de Hunziker (2005 [66]) faz uma revisão da teoria e produção experimental relativa ao desamparo; o terceiro trabalho (Kanter, Cautilli, Busch & Baruch, 2005 [67]) discute aspectos concernentes à depressão a partir de uma perspectiva analítico-comportamental. Em 2006, causam a aceleração duas pesquisas experimentais (Hunziker, Yamada, Manfré & Azevedo, 2006 [68]; Kashdan, Barrios, Forsyth & Steger, 2006 [70]) e uma discussão comparativa acerca de terapias comportamentais da depressão. Três estudos teóricos levam à última aceleração, em 2008 (Coêlho & Tourinho [72]; Kanter & cols., 2008 [73]; Leventhal, 2008 [74]).

Vários dos periódicos pesquisados continham publicações fora do escopo da análise do comportamento. Sua consulta se justifica na medida em que incluíam também trabalhos de enfoque analítico-comportamental, tendo o processo de seleção se concentrado nestes. Para ilustrar uma medida de trabalhos selecionados em periódicos estrangeiros específicos da análise do comportamento em relação ao intervalo de tempo, a Figura 2 sintetiza os dados

referentes aos trabalhos selecionados no *JABA*, *JEAB*, *Behavior Analyst* e *The Behavior Analyst Today*. Em geral, evidenciam-se médias pouco expressivas. Nenhum periódico alcançou uma média de um artigo por ano, tendo o periódico *The Behavior Analyst* apresentado a maior média (0,075). O periódico *The Behavior Analyst Today* obteve a segunda maior média (0,05), seguido do *JABA* (média de 0,025). Nenhum artigo do periódico *JEAB* foi selecionado<sup>7</sup>.

**Figura 2. Média de artigos por ano nos periódicos estrangeiros de Análise do Comportamento JABA, JEAB, The Behavior Analyst, The Behavior Analyst Today.**



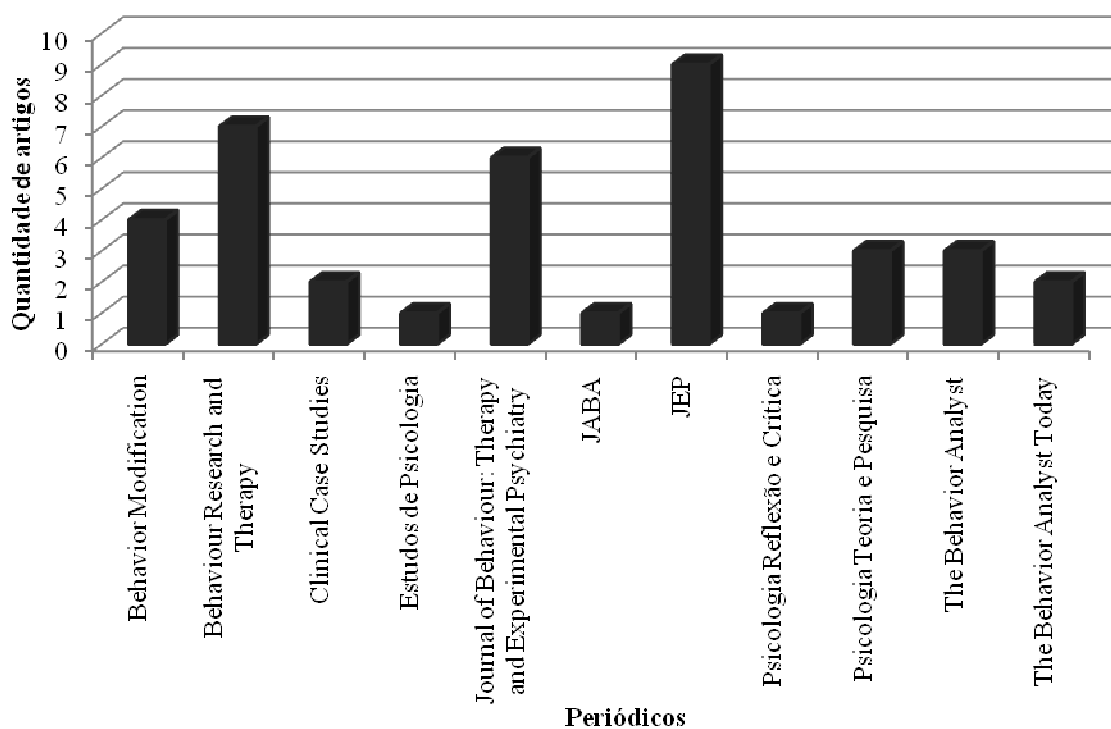
Na Figura 3, verifica-se a distribuição de artigos selecionados por periódico consultado<sup>8</sup>. Observa-se que os periódicos internacionais concentram o maior número de

<sup>7</sup> A base teórica cognitivista, presente na explicação original do desamparo aprendido (tema da grande maioria dos trabalhos selecionados abordando o conceito de incontrolabilidade), pode estar relacionada a este resultado. Segundo Hunziker (2005), a ausência de publicações investigando o desamparo aprendido, em periódicos especializados e mais rigorosos da análise do comportamento, é reflexo do afastamento de pesquisadores analistas do comportamento em relação à área. Vale ainda ressaltar que os trabalhos selecionados nos periódicos *JABA*, *The Behavior Analyst* e *The Behavior Analyst Today* tratam da depressão em âmbito clínico.

<sup>8</sup> Embora tenham sido pesquisados, os periódicos *American Behavior Scientist*, *Applied Behavioral Science Review*, *Behavioral and Cognitive Neuroscience Reviews*, *Behavioral and Social Issues*, *Behavioural Processes*, *International Journal of Behavioral Development*, *JEAB*, *Psicologia em Estudo*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* e *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* estão ausentes nesta figura porque nenhuma de suas publicações foi selecionada.

trabalhos (67 dos 74 artigos selecionados). Além disto, o número mais expressivo de publicações selecionadas foi encontrado no periódico *JEP* (9 artigos), voltado à área experimental de investigação. A nível nacional, o periódico *Psicologia: Teoria e Pesquisa* apresentou maior quantidade de artigos selecionados para análise (3 artigos).

**Figura 03. Distribuição de Artigos Selecionados por Periódico.**

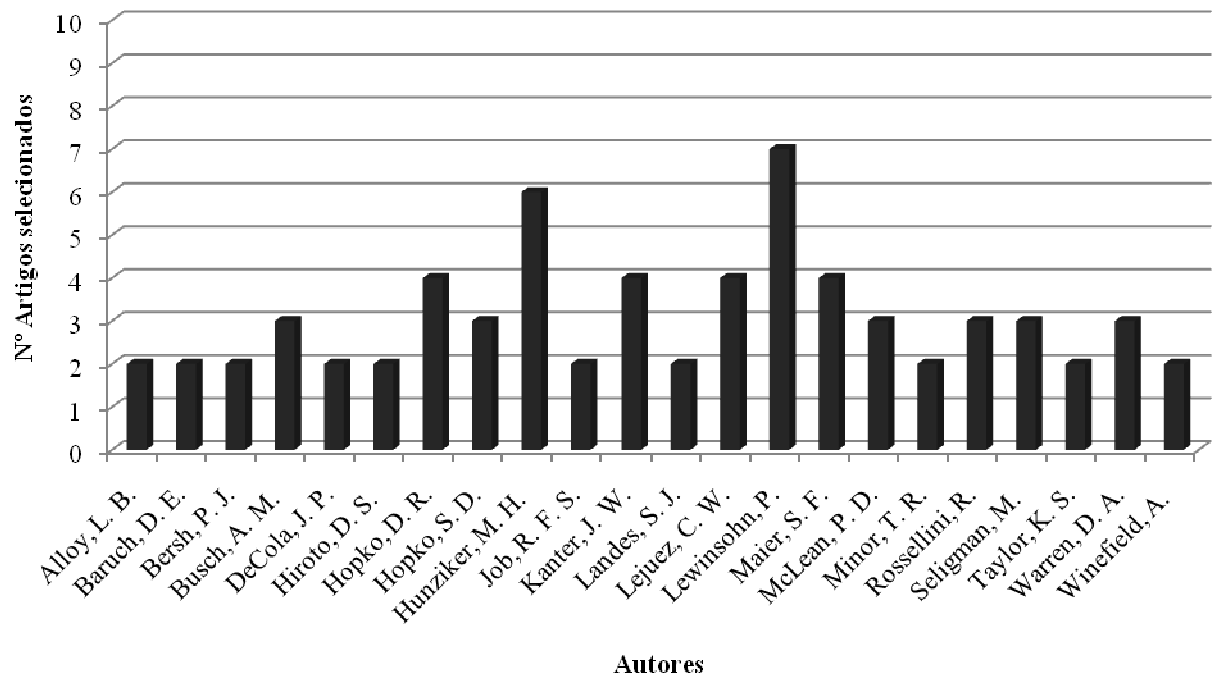


A Figura 4 apresenta os autores ou co-autores de mais de um artigo selecionado. Em um intervalo de 40 anos de trabalhos pesquisados, um total de 22 pesquisadores assinam mais de um trabalho como autor ou co-autor (nas fontes especificadas e conforme os critérios estabelecidos no método), abordando temas relacionados à incontrolabilidade ou à depressão na análise do comportamento. Outros 101 pesquisadores tiveram somente uma autoria ou co-autoria. Os autores com maior número de publicações selecionadas são Peter M. Lewinsohn (*Oregon Research Institute*), com sete publicações, e Maria Helena Leite Hunziker (Universidade Estadual de São Paulo), com seis publicações.

Os 22 autores indicados na Figura 2 correspondem a, aproximadamente, 17,88% do

total de 123 autores dos artigos selecionados, e assinam 42 (cerca de 56,75%) dos 74 textos que compõem o material de análise.

**Figura 4. Distribuição de Autoria e/ou Co-autoria dos Pesquisadores com mais de um Artigo Selecionado.**



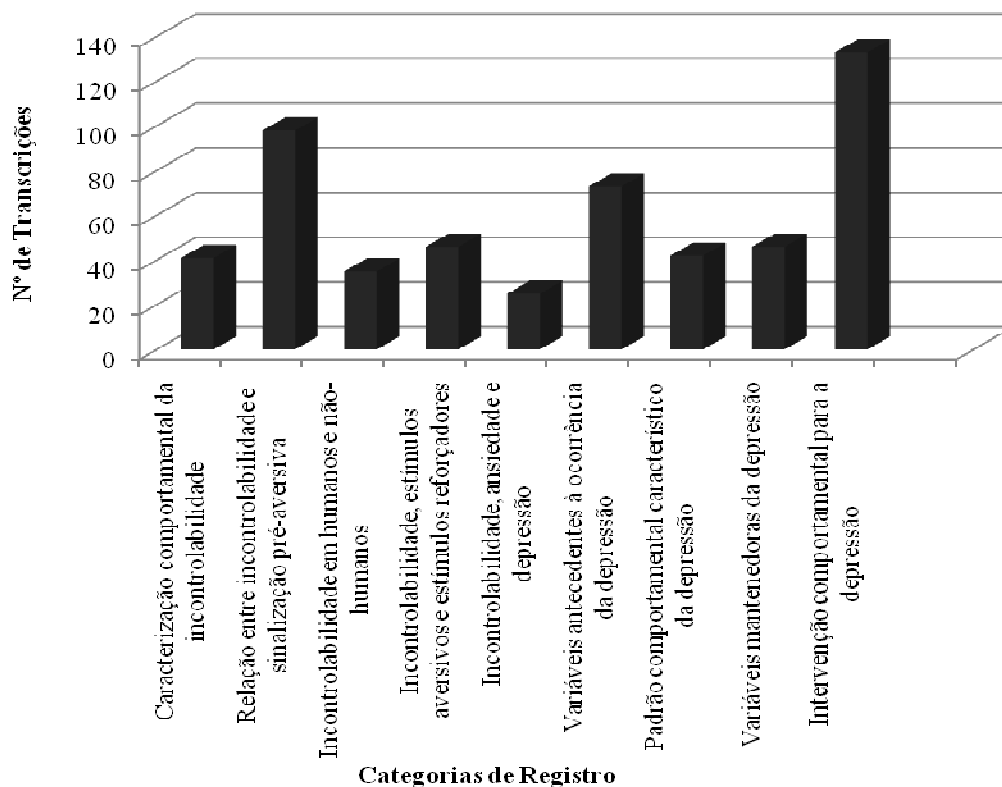
#### 4. Levantamento de Informações

Após a leitura, houve fichamento do material selecionado. Em seguida, foi construído um banco de dados, com transcrições de trechos relevantes para posterior utilização durante a análise. As informações foram selecionadas com base nas seguintes categorias de registro: 1) Caracterização comportamental da incontrolabilidade; 2) Relação entre incontrolabilidade e sinalização pré-aversiva; 3) Incontrolabilidade em humanos e não-humanos; 4) Incontrolabilidade, estímulos aversivos e estímulos reforçadores; 5) Incontrolabilidade, ansiedade e depressão; 6) Variáveis antecedentes à ocorrência da depressão; 7) Padrão comportamental característico da depressão; 8) Variáveis mantenedoras da depressão e 9)

Intervenção comportamental para a depressão. Uma lista de ocorrências de cada categoria por texto foi elaborada. Após isto, os trechos selecionados foram reunidos por categoria em um único arquivo, sendo cada trecho transcrito considerado uma ocorrência da categoria de registro correspondente.

Um total de 539 passagens foi transcrita e distribuída entre as categorias de registro. A distribuição dos trechos selecionados, por categoria, é apresentada na Figura 5.

**Figura 5. Distribuição de Transcrições entre Categorias de Registro.**

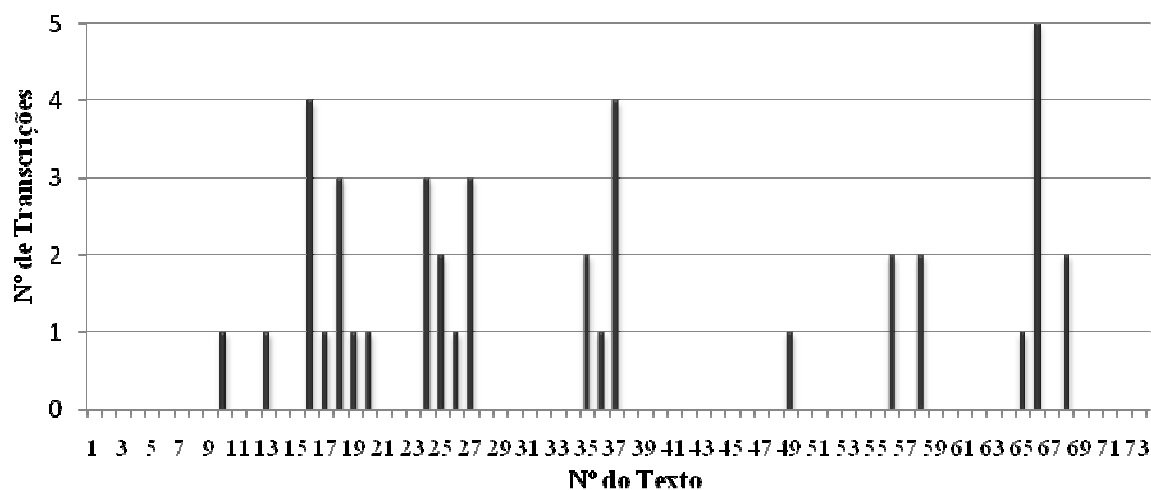


Observa-se que a categoria de registro Intervenção Comportamental para a Depressão (9) foi a mais freqüente, com 133 transcrições. A categoria Relação entre Incontrolabilidade e Sinalização Pré-Aversiva (2), segunda mais freqüente, apresentou noventa e oito ocorrências. A terceira categoria com maior registro de transcrições foi Variáveis Antecedentes à Ocorrência da Depressão (6), com setenta e três trechos. As categorias Incontrolabilidade, Estímulos Aversivos e Estímulos Reforçadores (4) e Variáveis Mantenedoras da Depressão

(8), obtiveram, cada uma, quarenta e seis registros. Em seguida, estão as categorias: Padrão Comportamental Característico da Depressão (7), com trinta e seis ocorrências; Caracterização Comportamental da Incontrolabilidade (1), com quarenta e um registros; Incontrolabilidade em Humanos e Não-humanos (3), com trinta e cinco transcrições e Incontrolabilidade, Ansiedade e Depressão (5), com trinta e uma ocorrências.

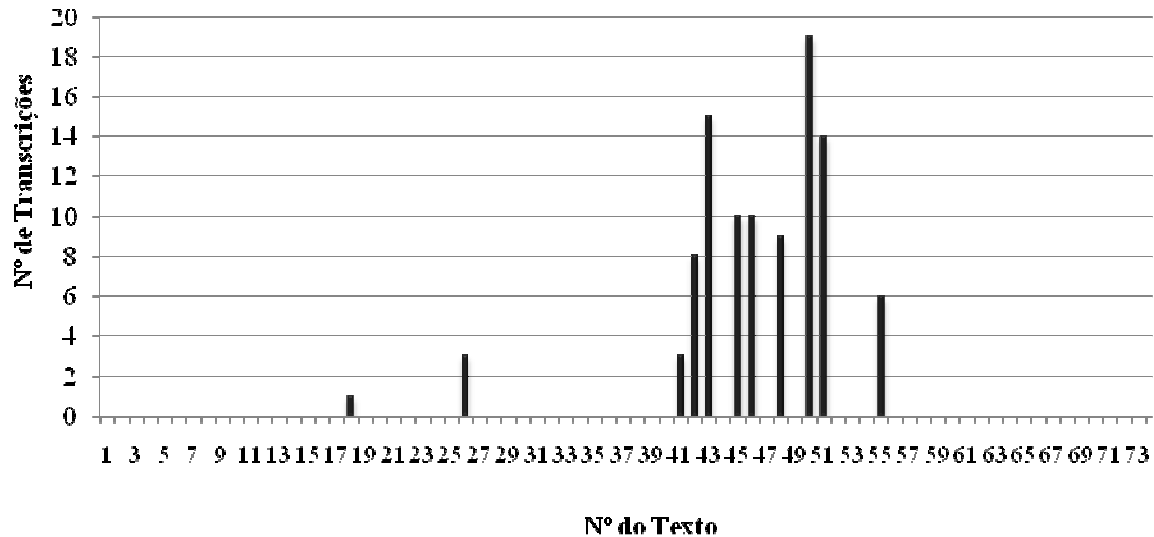
Nas oito figuras seguintes, apresentar-se-ão dados referentes à frequência de cada categoria de registro por texto.

**Figura 6. Distribuição de Ocorrências da Categoria 1 - Caracterização Comportamental da Incontrolabilidade.**



Na Figura 6 observa-se a distribuição da categoria de registro 1 (Caracterização Comportamental da Incontrolabilidade) por texto. Esta categoria inclui passagens relacionadas a qualquer tipo de definição relacionada ao conceito de incontrolabilidade apresentada pelos trabalhos. Os quarenta e um trechos registrados correspondem a, aproximadamente, 7,5% do total de transcrições, e estão distribuídos entre 20 (27%, aproximadamente) dos setenta e quatro artigos. O maior número de transcrições (5) é encontrado em Hunziker (2005 [66]), em que há um levantamento das pesquisas realizadas sobre desamparo aprendido, a discussão de aspectos controversos e de possibilidades de investigação acerca do tema.

**Figura 7. Distribuição de Ocorrências da Categoria 2 – Relação entre Incontrolabilidade e Sinalização Pré-Aversiva.**

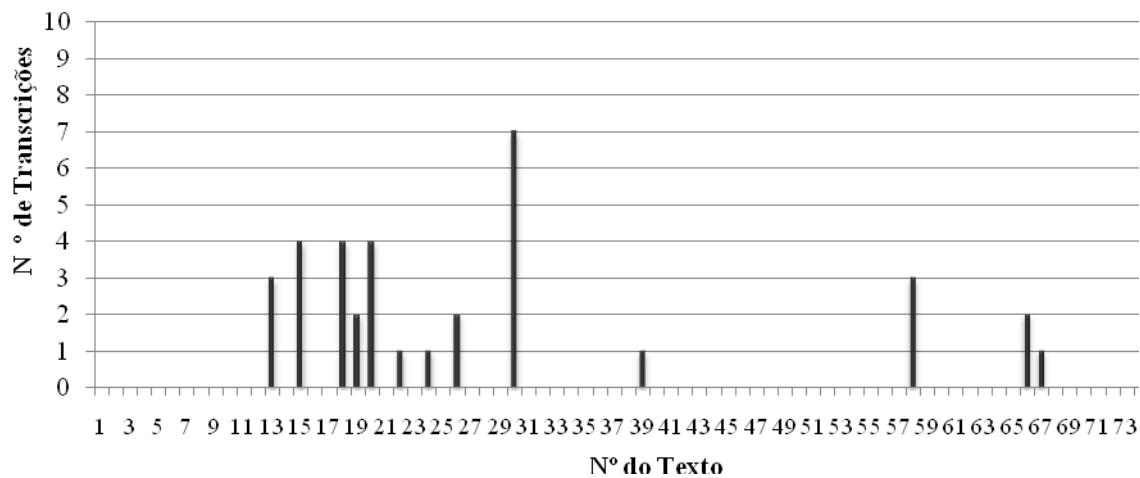


A Figura 7 apresenta a distribuição de ocorrências da categoria de registro 2 (Incontrolabilidade e Sinalização Pré-Aversiva), a segunda mais frequente (noventa e oito trechos), representando um percentual aproximado de 18,1% do total de transcrições. Esta categoria foi encontrada em onze (14,8%, aproximadamente) dos trabalhos examinados.

O maior número de registros (dezenove) aparece no texto de Warren, Rosellini e Maier (1989 [50]). O período entre 1984 e 1990 inclui noventa e quatro (aproximadamente 95,9%) dos registros, sugerindo uma concentração do debate “previsibilidade-incontrolabilidade” na segunda metade da década de 80 e início da década de 90. Fora deste intervalo, apenas outros 3 artigos (Maier & Seligman, 1976 [18]; Winefield & Tiggemann, 1978 [26] e Ferrándiz & Vincent, 1997 [55]), em períodos esparsos, fazem referência à categoria 2.

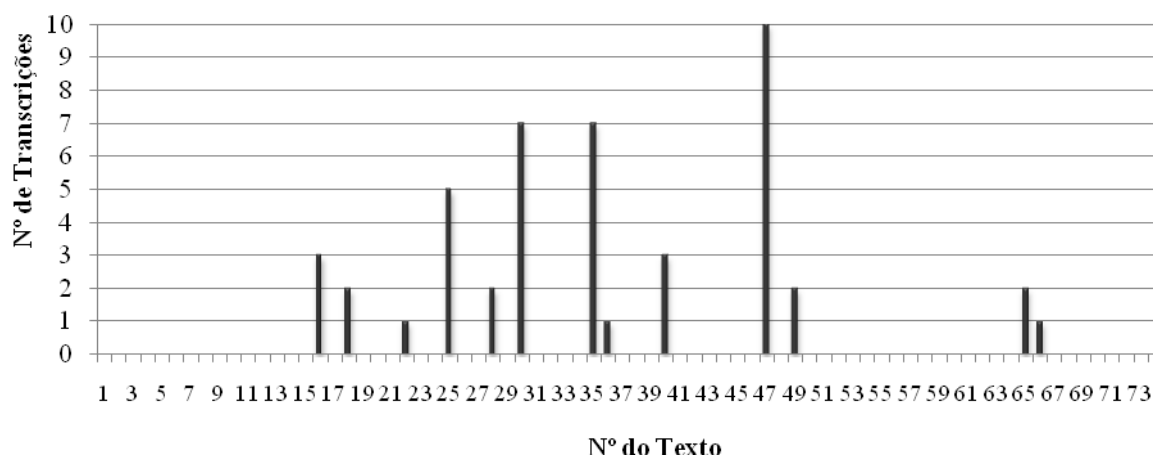


**Figura 8. Distribuição de Ocorrências da Categoria 3 - Incontrolabilidade em Humanos e Não-humanos.**



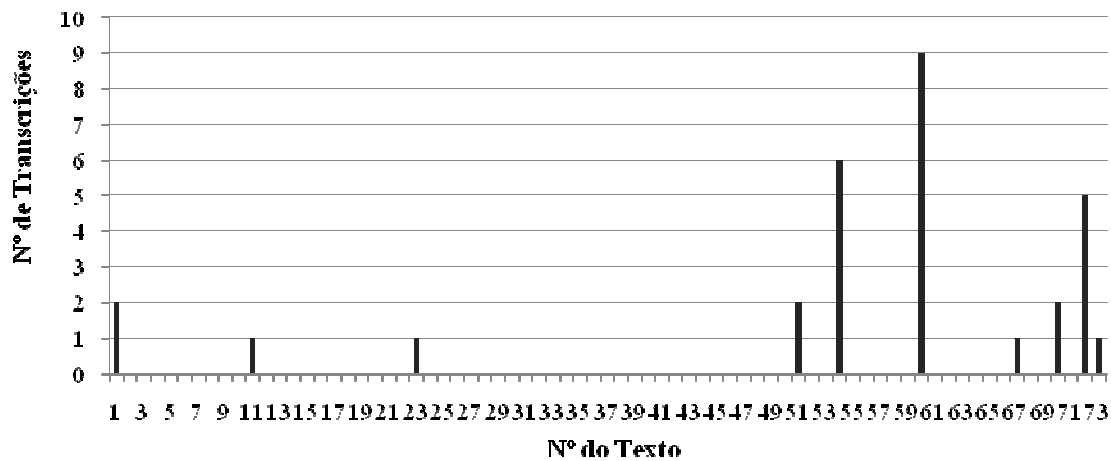
Na Figura 8 são encontradas as ocorrências da categoria de registro 3 (Incontrolabilidade em Humanos e Não-humanos) por texto. A categoria foi referida por treze (aproximadamente 17,5%) dos textos examinados. Houve mais alta frequência de transcrições (sete) no trabalho de Miller e Norman (1979 [30]). O intervalo entre 1974 e 1979 acumulou maior número de ocorrências (trinta, aproximadamente 85,7%), o que pode indicar, neste período, um foco nas discussões sobre a generalidade do desamparo aprendido entre espécies e acerca das possíveis relações entre o fenômeno experimentalmente produzido e o que se identifica como depressão humana.

**Figura 9. Distribuição de Ocorrências da Categoria 4 - Incontrolabilidade, Estímulos Aversivos e Estímulos Reforçadores.**



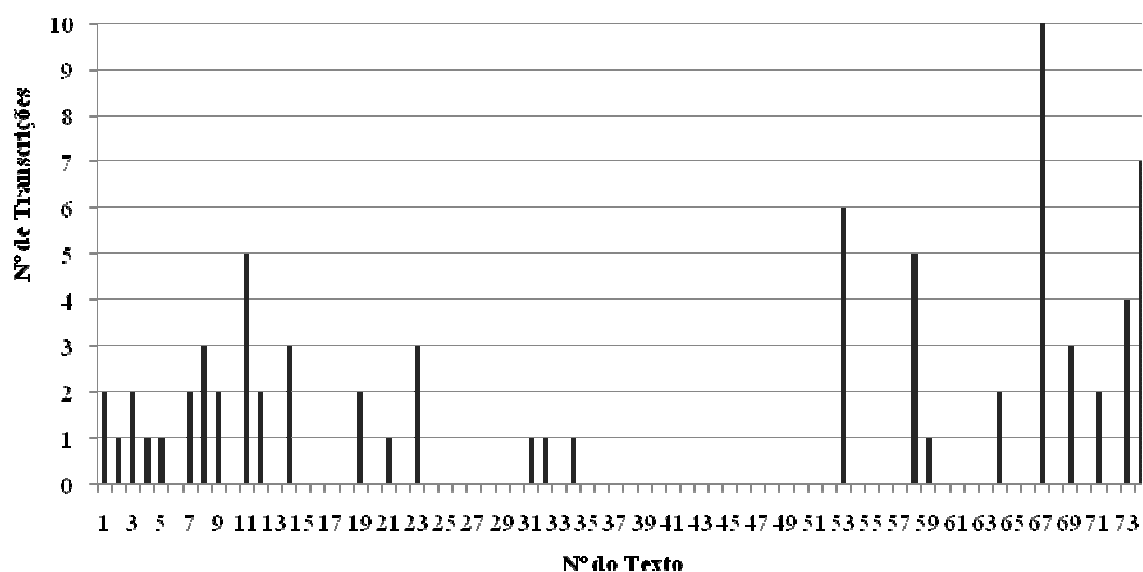
Na Figura 9 apresentam-se ocorrências da categoria de registro 4 (Incontrolabilidade, Estímulos Aversivos e Estímulos Reforçadores). Esta categoria inclui trechos que façam referência à incontrolabilidade concomitantemente à presença de estímulos aversivos e/ou reforçadores, bem como às implicações oriundas da presença de um ou outro estímulo em condições de incontrolabilidade. Do total de textos, treze (aproximadamente 17,5%) incluem a categoria. O maior número de registros (dez) foi encontrado no artigo de Job (1988 [47]).

**Figura 10. Distribuição de Ocorrências da Categorias 5 - Incontrolabilidade, Ansiedade e Depressão.**



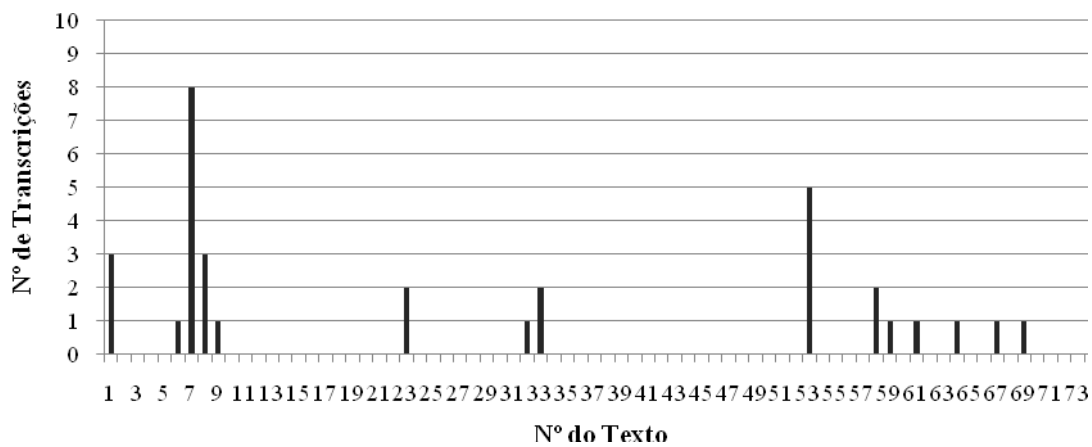
Na Figura 9 encontra-se a distribuição de ocorrências da categoria 5 (Incontrolabilidade, Ansiedade e Depressão) por texto. Esta categoria incluiu trechos abordando a participação da condição de incontrolabilidade na ocorrência dos fenômenos da ansiedade e/ou da depressão. Onze (14,8%, aproximadamente) estudos fazem menção à categoria, a menor em trechos selecionados (vinte e cinco). O maior número de transcrições (nove) foi localizado em um trabalho de Eifert e Heffner (2003 [60]). Enquanto os primeiros trechos são encontrados logo em 1968, observam-se vários intervalos sem ocorrências até o período de 2003 a 2008, que concentra 61% (dezenove) dos registros.

**Figura 11. Distribuição de Ocorrências da Categorias 6 - Variáveis Antecedentes à Ocorrência da Depressão.**



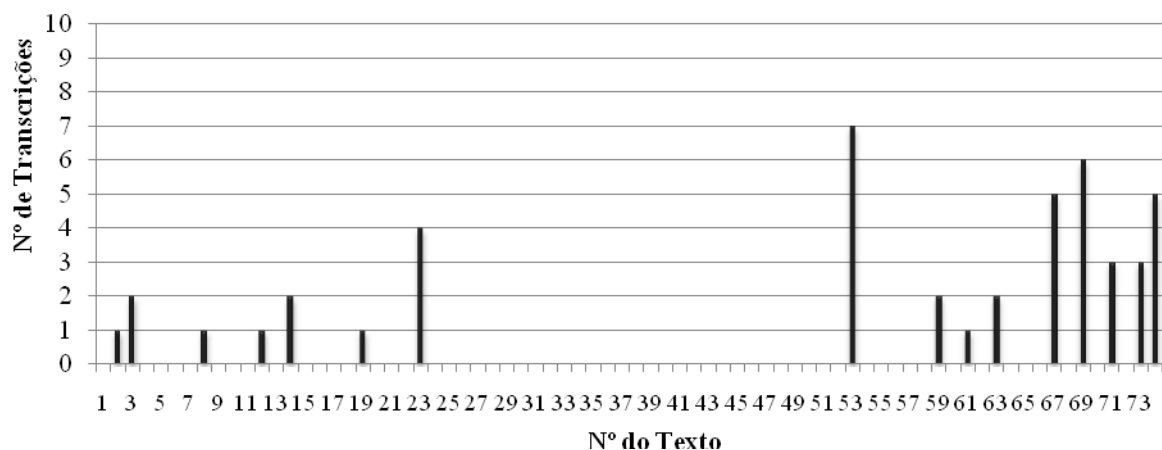
A Figura 11 ilustra a localização de ocorrências da categoria 6 (Variáveis antecedentes à ocorrência da depressão), encontrada em vinte e seis (35,1%, aproximadamente) dos textos. Os trechos representam 13,5% do total de registros coletados. No texto 67 houve o maior número de transcrições (dez). As primeiras ocorrências datam de 1968, distribuindo-se de forma pouco concentrada até 1980. Entre 1981 e 1993, há uma lacuna de textos com referências à categoria, finda somente em 1994, com a publicação do estudo de Dougher e Hackbert (1994 [53]). No período de 2001 a 2008 há uma concentração aproximada de 46,5% dos registros, com trinta e quatro ocorrências da categoria.

**Figura 12. Distribuição de Ocorrências da Categoria 7 - Padrão Comportamental Característico da Depressão.**



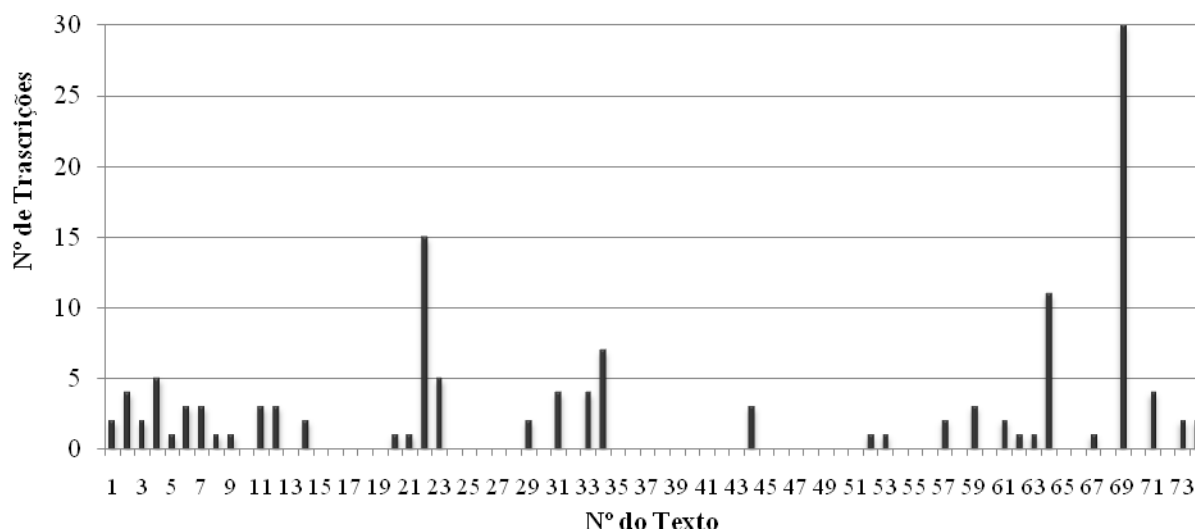
Na Figura 12, observam-se as ocorrências da categoria 7 (Padrão Comportamental Característico da Depressão). Dezesesseis textos (21,6%, aproximadamente) fazem referência à esta categoria, cujos trechos compõem cerca de 6,6% do total de transcrições. O artigo de Fester (1973 [7]) acumulou maior número de registros (oito). As primeiras menções aparecem no texto de Lazarus (1968 [1]). Por um longo período, entre 1980 e 1993, não foi localizada nenhuma ocorrência. Em 1994, surgem novos registros, observando-se uma lacuna a partir de 1997 até o ano de 2001, quando mais trechos são localizados e novas publicações, com menção à categoria, distribuem-se pelos sete anos subseqüentes.

**Figura 13- Distribuição de Ocorrências da Categoria 8 - Variáveis Mantenedoras da Depressão.**



A Figura 13 apresenta a frequência de registros da categoria 8 (Variáveis Mantenedoras da Depressão) por texto. As quarenta e seis ocorrências desta categoria correspondem à cerca de 8,5% do total de transcrições, distribuídas em dezesseis (21,6%) dos setenta e quatro textos examinados. A maior frequência (sete) foi encontrada no artigo de Dougher e Hackbert (1994 [53]). Desde as primeiras ocorrências em Lewinsohn e Atwood (1969 [2]), houve dois grandes intervalos nos quais não se obteve qualquer registro: o primeiro de quinze anos, entre 1979 e 1993; o segundo de seis anos, entre 1995 e 2000. Os registros seguintes distribuem-se entre textos datando entre o período de 2001, iniciando com o texto de Lejuez, Hopko e Hopko (2001 [59]), e 2008, com as últimas ocorrências localizadas no texto de Kanter e cols. (2008 [74]). Este último intervalo concentra mais da metade das ocorrências (58,5%).

**Figura 14 - Distribuição de Ocorrências da Categoria 9 - Intervenção comportamental para a depressão.**

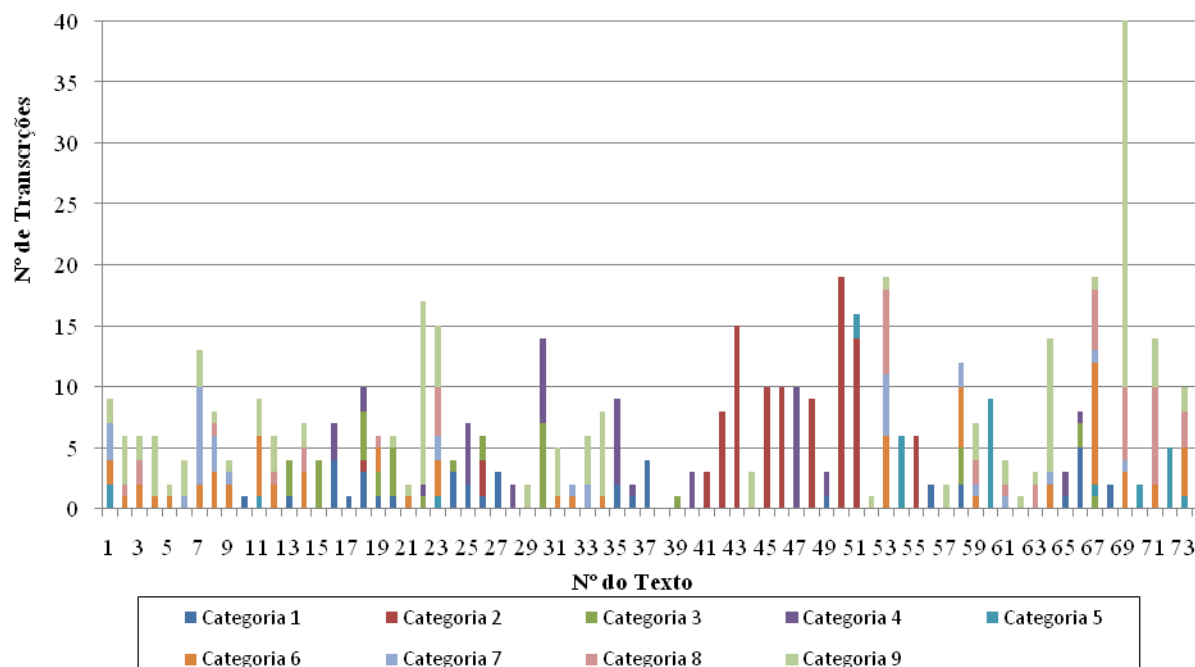


Por fim, verifica-se na Figura 14 o registro de ocorrências da categoria 9 (Intervenção Comportamental para a depressão). Esta categoria apresentou o maior número de ocorrências, com cento e trinta e três passagens transcritas, referidas por trinta e quatro (45,9%, aproximadamente) dos textos. Observa-se que o maior número de ocorrências (trinta) foi registrado no texto de Kanter, Baruch e Gaynor (2006 [69]). Após a publicação do artigo de

Nezu (1986 [44]), não foram encontradas menções à categoria até cinco anos mais tarde, com o trabalho de McLean e Taylor (1992 [52]). Outra lacuna ocorre entre 1994 e 2000, a partir de quando as ocorrências restantes distribuem-se sem um padrão de concentração específico.

A Figura 15, a seguir, indica a frequência de todas as categorias em cada texto examinado.

**Figura 15 – Frequência de cada Categoria de Registro por Texto Selecionado.**



Apenas no texto de Oakes, Rosenblum e Fox (1982 [38]) não foi encontrado nenhum trecho correspondente a qualquer categoria. O artigo faz uma breve descrição de resultados experimentais obtidos a partir da utilização de estímulos incontroláveis com função apetitiva, cujo objetivo era testar a ocorrência do efeito de desamparo. Conforme a Figura 15, a categoria 9 (Intervenção Comportamental para a Depressão) é a que aparece em maior número de textos (trinta e quatro). Excetuando-se a categoria 2 (Relação entre Incontrolabilidade e Sinalização Pré-Aversiva), cujas ocorrências concentram-se entre o período de 1984 e 1990, não parece possível estabelecer um padrão de concentração das demais categorias em período cronológico específico.

## ***5. Tratamento das Informações***

Finalizada a etapa de levantamento das informações, houve elaboração de categorias de análise a partir do conteúdo armazenado no banco de dados. Definiram-se estas categorias de análise após um estudo do arquivo com as transcrições. Elas representam uma síntese do modo como os registros foram tratados. As categorias analíticas são: Variabilidade de fenômenos investigados, de resultados produzidos e de definições oferecidas; Efeitos diferenciais da incontrolabilidade frente a estímulos aversivos e apetitivos; Enfoques transversais das variáveis relevantes: instaladoras x mantenedoras, históricas x atuais, exclusivas x sobrepostas a outros fenômenos; Incontrolabilidade em Humanos: suposições numerosas, evidências empíricas escassas e Contingências Verbais; Tratamento da depressão: pontos de contato e de distanciamento frente à investigação empírica. Os capítulos a seguir apresentados foram produzidos com base nas categorias elencadas.

## **CAPÍTULO I. VARIABILIDADE DE DEFINIÇÕES OFERECIDAS, DE FENÔMENOS INVESTIGADOS E DE RESULTADOS PRODUZIDOS**

Neste capítulo, apresentar-se-ão as definições de incontrolabilidade localizadas no material de análise. Procurar-se-á estabelecer comparações entre os conceitos oferecidos, relacionando-os aos eventos efetivamente investigados no contexto experimental a que se referem. Será discutido, ainda, em que medida os resultados obtidos em experimentos que utilizam uma condição considerada de incontrolabilidade permitem generalizações para situações mais amplas, especialmente no que concerne à depressão humana.

Menções à incontrolabilidade foram encontradas em pesquisas experimentais voltadas ao estudo do desamparo aprendido (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Alloy & Bersh, 1979 [27]; Benson & Kennelly, 1976 [16]; Capelari & Hunziker, 2005 [65]; Caspy & Lubow, 1981 [35]; Job, 1989 [49]; Hunziker, 1982 [37]; Hunziker, 1997 [56]; Hunziker, Yamada, Manfré & Azevedo, 2006 [68]; Levis, 1976 [17]; Maier, Albin & Testa, 1973 [10]; Hiroto, 1974 [13]; Maier, & Seligman, 1976 [18]; Prindaville & Stein, 1978 [24]; Rossellini, 1978 [25]; Rossellini & DeCola, 1981 [36]; Winefield & Tiggemann, 1978 [26]). Apenas em dois textos teóricos (Hunziker, 2001 [58]; 2005 [66]) localizaram-se referências ao conceito: um aborda possíveis relações entre o desamparo aprendido e a depressão (Hunziker, 2001 [58]); o outro (Hunziker, 2005 [66]) constitui uma revisão acerca do desamparo aprendido, passando por suas interpretações teóricas, por experimentos realizados e indicando possibilidades de investigação. Nenhum trabalho na área clínica, relativo à depressão na análise do comportamento, apresentou qualquer definição ou referência ao termo.

Embora não se afigurem sob uma mesma topografia, algumas definições são equivalentes quanto à função. A incontrolabilidade por vezes é definida como independência entre resposta e reforçamento (Levis, 1976 [17]; Maier, Albin & Testa, 1973 [10]) ou



consequência (Caspy & Lubow, 1981 [35]; Hunziker, 1997 [56]; Hunziker, 2001 [58]; Hunziker, 2005 [66]; Prindaville & Stein, 1978 [24]; Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Maier, & Seligman, 1976 [18] Winefield & Tiggemann, 1978 [26]), caracterizando o estímulo reforçador como incontrolável. Outros estudos relacionam o termo a uma situação de não-contingência, quando a relação R – S está ausente (Hunziker, 2005 [66]; Hunziker, Yamada, Manfré & Azevedo, 2006 [68]; Rossellini, 1978 [25]; Rossellini & DeCola, 1981 [36]).

Sob uma forma mais específica, a noção de incontrolabilidade aparece como condição na qual a probabilidade de reforçamento após a ocorrência de uma resposta é igual à probabilidade de reforçamento na ausência dessa resposta, sendo representada pela equação:  $p(S/R) = p(S/nR)$  (Job, 1989 [49]; Hunziker, 1982 [37]; Hunziker, 1997 [56]; Hunziker, 2005 [66]; Levis, 1976 [17]; Maier, & Seligman, 1976 [18]). Nos experimentos sobre desamparo aprendido, a condição de incontrolabilidade é caracterizada, em termos práticos, pelo fato de os sujeitos não exercerem controle sobre qualquer aspecto do estímulo reforçador (Alloy & Bersh, 1979 [27]).

As definições apresentadas podem ser concebidas como complementares, indo de uma classificação geral, ressaltando a independência entre resposta e consequência, a outra mais particular, apontando a inexistência de relação contingente entre estímulo e resposta, de maneira que a ocorrência ou não de uma resposta em nada altera a probabilidade de ocorrência de um estímulo que a sucede.

Nos estudos sobre desamparo aprendido, a utilização de estímulos incontroláveis produz um déficit de aprendizagem posterior, pois o sujeito aprende que não há relação entre suas respostas e os eventos do ambiente. Grande parte dos experimentos na área de controle aversivo e também do desamparo aprendido trabalha com choque elétrico<sup>9</sup> (Azrin & Holz,

---

<sup>9</sup> Experimentos na área de controle aversivo têm apontado o jato de ar quente (JAQ) como um estímulo eficaz na

1966/1975), apresentando-o como estímulo com função aversiva incontrolável (e.g.: Alloy & Bersh, 1979 [27]; Altenor, Volpicelli & Seligman, 1979 [41]; Anisman, deCatanzaro & Remington 1978; Balleine & Job, 1991; Jackson, Alexander & Maier, 1980; Lawry, Lupo, Overmier, Kochevar, Hollis & Anderson, 1978; Maier, Albin & Testa, 1973 [10]).

Há também estudos que utilizam estímulos incontroláveis com função apetitiva – usualmente comida ou água – na fase de tratamento ou de teste (e.g.: Capelari & Hunziker, 2005 [65]; Caspy & Lubow, 1981 [35]; Rossellini, 1978 [25]; Rossellini & DeCola, 1981 [36]) ou em ambas as fases (e.g.: Calef & cols., 1984 [40]; Job, 1988 [47]; Job, 1989 [49]; Oakes, Rosenblum & Fox, 1982 [38]), contudo, como será discutido em outro capítulo, os dados obtidos com este tipo de estímulo ainda são pouco conclusivos. Por hora, interessa-nos esclarecer como, efetivamente, é estabelecida a incontrolabilidade nestes experimentos, em que tal condição faz-se necessária para a produção do desamparo aprendido.

A configuração experimental das pesquisas sobre desamparo impede que respostas dos sujeitos do Grupo Acoplado (também denominado Incontrolável ou Não-Contingente) alterem de forma programada a estimulação incontrolável, apresentada, a intervalos de tempo, nas sessões de tratamento. A condição de incontrolabilidade é retirada na fase de teste, quando uma contingência de fuga/esquiva é estabelecida, e uma resposta<sup>10</sup> pré-selecionada interrompe o estímulo aversivo ou libera o estímulo apetitivo.

Relatos de ocorrência do efeito de desamparo aprendido demonstram a dificuldade de aprendizagem de uma resposta por sujeitos expostos à estimulação incontrolável, em comparação a sujeitos neutros ou com experiência de controlabilidade. Resultados produzidos a partir da utilização do choque como estímulo incontrolável aparecem com maior frequência

---

supressão e reforçamento negativo de certas respostas (Carvalho Neto & cols. 2005; Carvalho Neto, Maestri & Menezes, 2007). Recentemente, Maestri (2008, experimento 1) obteve desamparo aprendido com JAQ.

<sup>10</sup> As respostas mais frequentemente encontradas são correr (e.g.: Alloy & Bersh, 1979 [27]; Calef & cols., 1984 [40]; Maier, Albin & Testa, 1973 [10]), saltar (e.g.: Capelari & Hunziker, 2005 [65]; Hunziker & Santos, 2007; Rossellini, 1978 [25]; Yano & Hunziker, 2000), pressionar uma barra (e.g.: Beatty & Maki, 1979 [28]; Caspy & Lubow, 1981 [35]; Oakes, Rosenblum & Fox, 1982 [38]), e focinhar (e.g.: Job, 1989 [49]; Job, 1988 [47]; Rossellini & DeCola, 1981 [36]).

(e.g.: Jackson, Alexander & Maier, 1980; Hunziker & Santos, 2007; Maier, Albin & Testa, 1973 [10], experimentos 5 e 6; Overmier & Seligman, 1967, experimento 1; Yano & Hunziker, 2000), embora dados positivos obtidos com o emprego de estimulação apetitiva incontrolável também sejam encontrados na literatura (e.g.: Job, 1988 [47]; Oakes, Rosenblum & Fox, 1982 [38]).

O fenômeno produzido se dá em ambiente experimental específico, o déficit observado diz respeito à determinada resposta. Mais do que isso, no que concerne a estímulos aversivos incontroláveis, este déficit é produzido, na maioria das vezes, quando da exposição do organismo ao choque elétrico, um estímulo aversivo – conforme ressaltado por Catania (1998/1999) – com propriedades eliciadoras bastante peculiares.

Experimentos realizados com estímulos distintos e diferentes respostas nas sessões de tratamento e teste (e.g: Caspy & Lubow, 1981 [35]; Rossellini & DeCola, 1981 [36]; Rossellini, 1978 [25]; Maestri, 2008, experimento 2; Yano & Hunziker, 2000) demonstram a ocorrência de desamparo.

Estes dados, obtidos sob certas manipulações, poderiam ser relacionados a contingências reais e mais complexas? Em que medida o déficit de aprendizagem de determinada resposta em situação experimental específica permitiria a generalização para outros contextos? O conceito de incontrolabilidade, sintetizado pela equação  $p(S/R) = p(S/nR)$ , em que p indica probabilidade, S corresponde a um determinado estímulo, R constitui uma resposta específica e nR a ausência desta resposta, caracterizaria a condição experimental presente nos trabalhos mencionados?

Hunziker (1982 [37]) argumenta que nem todos os aspectos da referida definição são contemplados pelo delineamento das pesquisas sobre desamparo. Segundo a autora, além de não especificar a resposta em questão, este delineamento também não estabelece qualquer controle sobre a ocorrência de tal resposta. Deste modo, afirma Hunziker (1982 [37]), o

critério empregado para liberar ou interromper o choque (para sujeitos do grupo incontrolável), tem sido somente a passagem do tempo e não a ocorrência ou ausência de uma resposta específica. A autora esclarece:

Não se controlando R ou nR, também não se pode ter o controle de qual evento está antecedendo S, e com que probabilidade. Na medida em que o choque elicia algumas respostas incondicionadas, pode-se supor que S ocorra repetidas vezes após uma mesma resposta, possibilitando reforçamento ou punições acidentais, como defendido por alguns autores. Se isso realmente ocorrer, não se tem mais a condição de igualdade das probabilidades, ou seja, não é uma condição de incontrolabilidade... Além disso, essa relação de igualdade implica numa simetria entre R e nR quanto às suas probabilidades de ocorrência. Assim, se R corresponde à classe de respostas R1, e nR, por definição, à R2, R3...Rn, então seria necessário que  $p(R1) = p(R2 + R3 + \dots Rn)$ . Entretanto, nada indica que, para o organismo, é a média das probabilidades desse conjunto arbitrário o que conta em termos da experiência de igualdade entre as probabilidades de R e nR. E como o arranjo experimental da incontrolabilidade, da forma como tem sido estabelecido, além de não controlar a ocorrência de R permite que nR corresponda a uma grande variedade de respostas, é provável que estas tenham as mais diferentes probabilidades de ocorrência. Consequentemente, do ponto de vista do sujeito, S pode estar ocorrendo com diferentes probabilidades após diferentes respostas. Para que a igualdade fosse efetivamente estabelecida seria necessário que  $p(R1) = p(R2) = p(R3) = \dots p(Rn)$ , o que, aparentemente, só se conseguiria restringindo ao máximo a classe de resposta nR, de forma que ela comportasse apenas a antagônica a R. (Hunziker, 1982 [37], p. 73)

Maier e Seligman (1976 [18]) salientam a presença de incontrolabilidade apenas quando a equação  $p(S/R) = p(S/nR)$  é válida para todas as respostas emitidas. De acordo com o trecho previamente citado, porém, a condição usualmente introduzida nos arranjos experimentais não corresponde exatamente à incontrolabilidade sintetizada pela equação. Em termos práticos, isto pode significar que a resposta verbal dos diversos autores ao mencionarem ou definirem a incontrolabilidade em seus trabalhos talvez esteja sob controle de uma caracterização formal ou técnica, em detrimento de uma conceituação especificamente descritiva das propriedades do contexto experimental em questão. Por outro lado, faz-se necessária, como salienta Hunziker (1982 [37]), a investigação de procedimentos metodológicos que atendam de modo preciso à condição de incontrolabilidade formalmente estabelecida.

Esta distinção entre o conceito e sua aplicabilidade traz implicações relevantes, especialmente ao se relacionarem os dados obtidos em ambiente experimental com situações reais, a exemplo da associação entre o desamparo aprendido e a depressão humana.

A depressão é considerada um déficit generalizado no repertório comportamental de um indivíduo (Fester, 1973 [7]; Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Lewinsohn, 1969 [2]). Como será abordado em outro capítulo, a instalação e manutenção do padrão comportamental identificado como depressivo se dá sob diferentes contingências. O modelo do desamparo aprendido não pretende explicar toda e qualquer ocorrência da depressão. Não obstante, mesmo no que concerne ao padrão comportamental apresentado por humanos – em contexto real – em alguma medida comparável ao de sujeitos não-humanos – expostos à estimulação incontrolável em laboratório – as semelhanças não parecem sustentar completamente o desamparo aprendido como modelo animal da depressão. O desamparo constitui um déficit específico de uma resposta específica produzido pela exposição a estímulos aversivos

incontroláveis específicos<sup>11</sup>.

Ao se atribuir a denominação incontrolável a eventos aversivos como a perda de um emprego, ou em um outro nível, a perda de um ente querido, está se utilizando o mesmo conceito empregado para definir a condição experienciada por um grupo acoplado em um estudo sobre desamparo ou se trata de uma mesma topografia verbal exercendo diferentes funções? Tome-se como exemplo uma mãe que perde o filho em um acidente de moto e, após isto, começa a apresentar um padrão comportamental identificado como de depressão. A aquisição desse repertório não se deu após a mãe emitir, repetidas vezes, uma única resposta – leia-se classe de respostas – ineficaz em alterar o evento de perder o filho. Provavelmente, várias classes de respostas foram emitidas e nenhuma delas, evidentemente, trouxe o filho de volta, ou alterou as conseqüências de perdê-lo. A ausência do filho é inexorável e ininterrupta, não há relação de contingência – sequer accidental – entre as respostas da mãe e esta ausência. Nesta situação, há também o fato de o estímulo aversivo caracterizar um evento único (a morte do filho) que tornou indisponíveis vários reforçadores positivos (ex.: carinho, atenção) antes produzidos por respostas da mãe dirigidas ao filho.

Como previamente abordado, a condição experimental de incontrolabilidade empregada pelos estudos com desamparo não corresponde de maneira precisa ao conceito de incontrolabilidade sintetizado pela equação  $p(S/R) = p(S/nR)$ . Parece também diferenciar-se de uma experiência real com incontrolabilidade, já que, neste caso, é pouco provável a ocorrência de reforçamento accidental por meio da contiguidade entre a apresentação de certa resposta pelo sujeito e a remoção do estímulo aversivo. Aparentemente, a mesma topografia verbal é emitida sob controle de diferentes eventos, que podem ser sumarizados nas seguintes classes: a) não responsividade a um ambiente experimental onde uma (classe de) estimulação

---

<sup>11</sup> Embora a definição do desamparo proposta por Seligman (1975/1992) inclua estímulos aversivos e apetitivos incontroláveis, optou-se, na passagem acima, pela referência apenas aos primeiros a fim de explicitar o que efetivamente há em termos de dados produzidos, uma vez que os resultados obtidos com os segundos mostraram-se pouco consistentes.

aversiva específica é liberada de forma sucessiva e não contingente a uma (classe de) resposta específica; b) não responsividade a um ambiente experimental onde uma estimulação qualquer (aversiva ou apetitiva) é liberada de forma sucessiva e não contingente a uma (classe de) resposta específica; c) probabilidades iguais ou aproximadas de produção de um (a classe de) estímulo pela emissão ou não emissão de uma (classe de) resposta, contingente ou não a outras respostas; e d) não responsividade a um ambiente real após contato com estimulação aversiva única à qual se associa a indisponibilidade de reforço positivo antes contingente. Estas abordagens não são necessariamente excludentes. Todavia, uma vez que se pretende estabelecer o diálogo sobre contingências experimentais e reais, é necessário buscar maior clareza conceitual.

Relatos experimentais de desamparo envolvendo diferentes estímulos, respostas e diferentes aparatos experimentais nas sessões de tratamento e teste também são de relevância para embasar uma possível generalidade do fenômeno. Entretanto, os limites do modelo enquanto equivalente animal da depressão precisam estar bem delineados e reconhecidos.

Carvalho Neto e Ferreira (2009) ressaltam a importância de identificar-se o tipo de história com incontrolabilidade necessária e suficiente para produzir um déficit (generalizado ou não) de respostas. Os autores apontam que a grande maioria dos organismos – humanos ou não-humanos – provavelmente vivenciou, em determinado momento de sua história ontogenética, alguma experiência com incontrolabilidade, o que impediria ou determinaria, então, a ocorrência do desamparo nestes organismos? A busca por procedimentos mais ajustados à definição de incontrolabilidade e a investigação das características essenciais para que um evento (realmente incontrolável) produza um déficit generalizado de respostas poderão fornecer bases mais sólidas para a associação entre desamparo aprendido e depressão.

## **CAPÍTULO II. EFEITOS DIFERENCIAIS DA INCONTROLABILIDADE FRENTE A ESTÍMULOS AVERSIVOS E APETITIVOS**

A organização deste capítulo obedece a dois objetivos. O primeiro, requisito para o seguinte, é descrever, sinteticamente, alguns experimentos nos quais houve utilização de estímulos com função incontrolável aversiva e/ou apetitiva. O segundo caracteriza a comparação entre os resultados obtidos por estes estudos, com base nos quais se discutem possíveis diferenças ou semelhanças entre os efeitos da exposição a cada tipo de estímulo.

A quantidade de publicações investigando os efeitos de estimulação apetitiva incontrolável é menos expressiva que a de trabalhos com estímulos aversivos incontroláveis. Além disso, os dados relatados em pesquisas com aquele tipo de estimulação divergem, frequentemente, quanto aos efeitos observados.

Alguns estudos testaram a ocorrência de desamparo utilizando estímulos de naturezas distintas nas fases de tratamento e de teste, parte dos quais relata a ocorrência do fenômeno (e.g.: Caspy & Lubow, 1981 [35]; Rosellini, 1978 [25]; Rosellini & DeCola, 1981 [36]), enquanto em outros o efeito não foi observado (Capelari & Hunziker, 2005 [49]; Hunziker, Yamada, Manfré & Azevedo, 2006 [68]).

No trabalho de Caspy e Lubow (1981 [35], experimentos 1 e 2) houve déficit de aprendizagem em camundongos submetidos a uma contingência de reforçamento positivo – utilizando-se comida como estímulo apetitivo – após exposição a choques incontroláveis. Os autores também relatam ocorrência de desamparo, nos sujeitos do grupo incontrolável, quando a ordem dos estímulos foi invertida: liberação não-contingente de pelotas de comida, para o grupo incontrolável, na fase de tratamento, e uso de choque como reforço negativo, para todos os grupos (controlável, incontrolável e neutro) na fase de teste (Caspy & Lubow, 1981 [35], experimentos 3 e 4). Ambos os arranjos foram testados com respostas iguais (pressão à barra) e com respostas distintas (pressão à barra e correr), nas fases de tratamento



(para o grupo controlável) e de teste. Caspy e Lubow (1981 [35]) obtiveram, pois, desamparo aprendido utilizando estimulação apetitiva na fase de tratamento e estimulação aversiva na fase de teste, e vice-versa.

Em estudo realizado com ratos, Rossellini (1978 [25], experimento 2), utilizou choques na fase de tratamento, em que a resposta de saltar interrompia a apresentação do estímulo para o grupo contingente. Pelotas de comida, liberadas pela resposta de pressão à barra, exerceram função de reforçador positivo na sessão de teste para todos os grupos (controlável, incontrolável e neutro). Verificou-se nos resultados a ocorrência de desamparo, tendo o grupo incontrolável apresentado um déficit de aprendizagem, em comparação aos grupos controlável e neutro (Rosellini, 1978 [25]).

Em experimento semelhante, também com ratos, Rosellini e DeCola (1981 [36]) utilizaram choques na fase de tratamento, sendo correr a resposta de fuga para o grupo controlável. Durante o teste, quando a resposta de focinhar, para todos os grupos, produzia a liberação de uma pelota, foi observada, tal qual relatado por Rosellini (1978 [25]), uma aprendizagem mais lenta no grupo incontrolável com relação aos outros grupos.

Capelari e Hunziker (2005 [65]), utilizando ratos como sujeitos, administraram gotas de água de modo contingente à resposta de pressão à barra para os animais do grupo controlável. O mesmo número de gotas, em igual intervalo de tempo, era apresentado de forma não-contingente a cada sujeito acoplado do grupo incontrolável. Durante a fase de teste, a resposta de saltar interrompia a apresentação de choques para os três grupos (incontrolável, controlável e neutro). Nos resultados, observou-se que a liberação não-contingente de água, no tratamento, não interferiu na aprendizagem posterior da resposta de fuga pelos sujeitos expostos ao reforço apetitivo incontrolável, que apresentaram desempenho equivalente aos outros grupos. Os resultados indicaram que a exposição incontrolável ao estímulo com função apetitiva não foi suficiente para produzir o efeito de desamparo aprendido em uma

contingência de reforçamento negativo. Não obstante, as autoras salientam que a liberação não-contingente de água para o grupo incontrolável, na fase de tratamento, pode não corresponder à condição de incontrolabilidade estabelecida pela utilização de choques, dada a propriedade consumatória daquele estímulo apetitivo, isto é, o sujeito deve emitir uma resposta (lamber o bebedouro) para ter acesso à água, de modo que não exerce controle sobre a liberação da mesma, mas controla sua ingestão (Capelari & Hunziker, 2005 [65]). De fato, esta ressalva é igualmente válida para o restante das pesquisas com incontrolabilidade em contexto apetitivo aqui abordadas. Em todas, são utilizadas como estímulo com função apetitiva pelotas de comida, às quais também se aplica a característica consumatória.

Em Hunziker, Yamada, Manfré e Azevedo (2006 [68]) não foi produzido, em ratos, desamparo aprendido com estimulação aversiva incontrolável no tratamento e apetitiva no teste. Os autores testaram o efeito de um estímulo aversivo incontrolável (choque elétrico) sobre a aprendizagem posterior de variabilidade ou repetição operantes. Nas sessões de tratamento, a resposta de focinhar interrompia a estimulação aversiva para o grupo controlável. Durante a fase de teste, os grupos incontrolável, controlável e neutro foram expostos a uma contingência de reforçamento positivo, na qual uma sequência de pressões a duas barras (FR 4) era reforçada, dependendo do grupo. Para metade dos sujeitos de cada grupo, sequências variadas eram reforçadas, enquanto para outra metade o reforço era fornecido quando da apresentação de sequências repetidas. Os resultados demonstraram que o desempenho dos sujeitos dependeu somente da contingência de reforçamento em vigor: sujeitos para os quais respostas variadas eram reforçadas apresentaram alta variabilidade, enquanto na outra metade dos sujeitos, em que um padrão de repetição produzia reforço, houve acentuado predomínio de sequências repetidas. O tratamento prévio com estimulação aversiva (controlável ou incontrolável) não parece ter interferido na aprendizagem posterior de variabilidade ou repetição (Hunziker & cols., 2006 [68]).

No que concerne aos efeitos observados quando da utilização de estímulos apetitivos incontroláveis nas sessões de tratamento e de teste, os resultados também não se mostram conclusivos, com experimentos relatando a ocorrência de desamparo (e.g.: Ferrándiz & Vicente; 1997 [55]; Job, 1987; Job, 1988 [47]; Job, 1989 [49]; Oakes, Rosenblum & Fox, 1982 [38]) enquanto em outros a aprendizagem de sujeitos em uma contingência de reforçamento positivo não sofreu interferência da exposição anterior à incontrolabilidade com estimulação apetitiva (e.g.: Beatty & Maki, 1979 [28]; Calef & cols., 1984 [40]).

Job (1987) utilizou pelotas de comida como estímulo apetitivo nas fases de tratamento e de teste. No tratamento, os sujeitos do grupo controlável foram expostos a um esquema de CRF, enquanto os sujeitos do grupo incontrolável recebiam a mesma quantidade de pelotas no mesmo intervalo de tempo, de acordo com o sujeito do grupo controlável a que estavam acoplados. Na fase de teste, para os três grupos (controlável, incontrolável e neutro), respostas de virar à esquerda ou à direita em um labirinto em T eram positivamente reforçadas. Os resultados demonstraram que o grupo incontrolável obteve um desempenho inferior no teste, comparativamente aos grupos controlável e neutro.

Em outro estudo, Job (1988 [47]) conduziu uma série de experimentos para investigar a influência de três aspectos sobre o desamparo aprendido: 1) Uso de reforçamento contínuo e de reforçamento parcial na fase de tratamento 2) Presença ou ausência, na fase de tratamento, do manipulando utilizado no teste e 3) Presença ou ausência, na fase de teste, do manipulando utilizado no tratamento. Em todas as fases, pelotas de comida foram utilizadas como estímulo apetitivo. Na fase de tratamento, para o grupo contingente, a resposta requerida era a de pressão à barra, mantida em esquema de reforçamento contínuo para metade do grupo e em esquema de reforçamento parcial, para a outra metade. Ainda, para metade dos sujeitos deste grupo, o manipulando utilizado no teste (focinhadora) estava presente durante a sessão de tratamento. Cada sujeito do grupo incontrolável recebia igual quantidade de pelotas, no

mesmo intervalo de tempo, obtida por seu par correspondente do grupo controlável. Para todos os sujeitos do grupo incontrolável, a barra estava presente – assim como para o grupo controlável. Além disso, no grupo incontrolável, a focinhadora estava presente na caixa experimental dos sujeitos acoplados àqueles que, no grupo controlável, também eram expostos a este manipulando. Na fase de teste, a resposta de focinhar era positivamente reforçada em esquema de CRF e, para metade dos sujeitos de cada condição, a barra (manipulando utilizado no tratamento) estava presente na caixa experimental. Os resultados obtidos demonstraram ocorrência de desamparo aprendido quando empregado o esquema de CRF, com a presença, no tratamento, do manipulando da fase de teste e ausência, no teste, do manipulando utilizado no tratamento (Job, 1988 [47], experimentos 1 e 4).

Mais tarde, Job (1989 [49]) testou a ocorrência de desamparo aprendido após exposição a estímulos apetitivos incontroláveis. Pelotas de comida foram utilizadas como reforçador positivo. O grupo contingente foi submetido a esquema de reforçamento contínuo controlado pela resposta de pressão à barra. No grupo acoplado, a liberação de pelotas para cada sujeito era determinada pelas respostas de um sujeito correspondente do grupo contingente. Na fase de teste, todos os sujeitos foram expostos a esquema de CRF com pelotas liberadas pela resposta de focinhar. Os dados obtidos nas sessões de teste demonstraram dificuldade de aprendizagem da resposta requerida pelo grupo incontrolável, com relação aos outros grupos.

Em Oakes, Rosenblum e Fox (1982 [38]) também foi produzido desamparo em contingência de reforçamento positivo após experiência com estimulação apetitiva incontrolável. Nas fases de tratamento e teste, pelotas de comida foram utilizadas como estímulo apetitivo. Na fase de tratamento, cada resposta de focinhar era positivamente reforçada com a liberação de pelotas de comida para o grupo controlável. Para cada sujeito do grupo incontrolável, a mesma quantidade de comida era fornecida, no mesmo intervalo,

conforme o desempenho do sujeito do grupo controlável a que estivesse acoplado. O grupo neutro era exposto ao mesmo aparato experimental, mas não recebia pelotas e respostas de focinhar não tinham nenhuma consequência específica programada. Na sessão de teste, uma barra era apresentada a intervalos fixos de 40s, sendo retraída quando pressionada ou após 10s, caso não pressionada. Cada resposta de pressão à barra era positivamente reforçada com a liberação de uma pelota de comida. Segundo os autores (Oakes, Rosenblum & Fox, 1982 [38]), o grupo incontrolável apresentou, na sessão de teste, desempenho inferior ao do grupo controlável e do grupo neutro.

Em pesquisa mais recente, Ferrándiz e Vicente (1997 [55]) investigaram o efeito da exposição a estímulos apetitivos incontroláveis, da presença de estímulos sinalizadores e de estímulos *feedback* sobre uma aprendizagem posterior envolvendo contingência de reforçamento positivo. Neste experimento, quarenta e oito pombos foram distribuídos em seis grupos (n=8): Previsível-Controlável; Previsível-Incontrolável; Imprevisível-Incontrolável com Estímulo *Feedback*; Previsível-Incontrolável com Estímulo *Feedback*; Imprevisível-Incontrolável com Eventos Aleatórios e Grupo Controle. Para o grupo Previsível-Controlável, o aparecimento de um disco aceso com luz vermelha sinalizava que a resposta de bicá-lo seria positivamente reforçada com comida, utilizada como estímulo apetitivo. Para o grupo Previsível-Incontrolável, o disco aceso com luz vermelha apareceria antes da apresentação da comida, liberada a intervalos variáveis de forma não-contingente a qualquer resposta do sujeito. Para o grupo Imprevisível-Incontrolável com Estímulo *Feedback*, a liberação não-contingente de comida era seguida por um tom com 1s de duração, sendo a iluminação do disco apresentada de forma aleatória. Para o grupo Previsível-Incontrolável com estímulo *Feedback*, a iluminação do disco sinalizava a liberação não-contingente de comida e esta era seguida por um tom de 1s de duração. Para o grupo Imprevisível-Incontrolável com Eventos Aleatórios, o aparecimento do disco iluminado e a liberação de comida ocorriam de modo

aleatório, sem qualquer relação com as respostas do sujeito. O grupo Controle foi mantido, por igual período, no mesmo aparato experimental que os outros grupos, sem ser, porém, exposto a quaisquer estímulos. Na fase de teste, todos os grupos foram submetidos a uma contingência de reforçamento positivo: um disco branco e outro verde eram iluminados e somente a resposta de bicar o disco de luz verde era positivamente reforçada com comida. Nos resultados, foi verificado que os grupos Previsível-Controlável e Previsível-Incontrolável com Estímulo *Feedback* apresentaram as menores latências de resposta na fase de teste, em comparação aos outros grupos expostos à estimulação apetitiva incontrolável, não havendo diferenças significantes entre aqueles dois grupos e o grupo Controlável. O grupo exposto a eventos incontroláveis, imprevisíveis e aleatórios apresentou latências de resposta de teste mais altas, indicando uma dificuldade de aprendizagem com relação aos outros grupos. Também no experimento de Ferrándiz e Vicente (1997 [55]) foi obtido, portanto, desamparo aprendido após experiência com estimulação apetitiva incontrolável. Para o grupo Previsível-Incontrolável com Estímulo *Feedback*, contudo, o emprego de um estímulo sinalizador e de um estímulo *feedback* parece ter anulado os efeitos da exposição à incontrolabilidade, uma vez que o desempenho dos sujeitos deste grupo não diferiu significantemente do grupo Controle ou do Previsível-Controlável.

Beatty e Maki (1979 [28]) não obtiveram desamparo aprendido com estimulação apetitiva incontrolável. Os autores submeteram grupos de ratos a diferentes números de sessões com liberação não-contingente de pelotas de comida, enquanto para um grupo neutro a estimulação apetitiva incontrolável não era apresentada. Na fase de teste, todos os sujeitos foram expostos a um esquema de CRF, no qual cada resposta de pressão à barra era reforçada com uma pelota de comida. Os dados das sessões de teste demonstraram que, ao contrário do previsto pela teoria do desamparo aprendido, os grupos submetidos à estimulação apetitiva incontrolável apresentaram desempenho equivalente entre si e superior ao do grupo controle,

aprendendo a resposta requerida em menos tempo que estes sujeitos (Beatty & Maki, 1979 [28]). Ao invés de um déficit de aprendizagem produzido pela exposição prévia a estímulo apetitivo incontrolável, teria ocorrido uma “facilitação” da aprendizagem.

Em Calef e cols. (1984 [40]), também não houve ocorrência de desamparo a partir da experiência com estimulação apetitiva incontrolável. Neste estudo, a cada sujeito do grupo Incontrolável foi acoplado um sujeito do grupo Controlável. Ambos os grupos recebiam a mesma quantidade de comida no mesmo intervalo de tempo. A liberação do reforço, porém, era contingente apenas à resposta de pressão à barra – mantida em esquema de CRF – dos sujeitos do grupo Controlável. Um terceiro grupo (Neutro) permaneceu no mesmo ambiente experimental pelo mesmo período sem, contudo, receber qualquer estimulação comparável à dos outros grupos. Na fase de teste, todos os grupos foram submetidos a um esquema de CRF, no qual a resposta de correr era reforçada com pelotas de comida. Os dados obtidos na fase de teste revelaram, tal como no estudo de Beatty e Maki (1979 [28]), uma aquisição mais veloz da resposta de correr pelos sujeitos do grupo Incontrolável em relação aos outros grupos, resultado contrário ao esperado de acordo com a teoria do desamparo aprendido.

No que concerne à diversidade de resultados produzidos pelos vários estudos abordados, cabem algumas considerações. Comparações diretas entre estes trabalhos são dificultadas por diferenças metodológicas encontradas nos mesmos. A grande maioria deles utiliza o delineamento triádico, procedimento básico para investigação do desamparo aprendido. Não obstante, alterações no delineamento podem obedecer a fatores como os objetivos específicos de cada trabalho, com a eventual inclusão de mais grupos ou fases experimentais.

O procedimento de maior parte das pesquisas analisadas que produziram desamparo com estimulação apetitiva incontrolável, nas fases de tratamento e de teste, difere – entre si e em comparação aos estudos que não obtiveram desamparo – em algum aspecto relevante. No

estudo de Job (1989 [49]), metade dos sujeitos de cada grupo foi exposta a sessões de extinção após a fase de tratamento e antes da fase de teste, com o objetivo de testar a validade da teoria da inatividade aprendida<sup>12</sup>, enquanto explicação para ocorrência do desamparo aprendido. Já em Job (1988 [47]), empregaram-se variações quanto à utilização de reforçamento contínuo e reforçamento parcial no tratamento, e quanto à presença ou ausência, nas fases de tratamento e de teste, dos manipulandos utilizados em cada fase. No experimento de Ferrándiz e Vicente (1997 [55]), o delineamento experimental incluiu seis grupos, nos quais foi alternada a presença ou ausência de controle, de estímulos sinalizadores e de estímulos *feedback*.

A diversidade se mantém com relação aos experimentos em que não houve desamparo, empregando-se estimulação apetitiva nas duas fases (Beatty & Maki, 1979 [28]; Calef & cols., 1984 [40]). Enquanto Calef e cols. (1984 [40]) utilizaram o delineamento triádico, dividindo os sujeitos em grupo controlável, incontrolável e neutro, em Beatty e Maki (1979 [28]) o arranjo incluiu quatro grupos variando entre zero, uma, dez ou vinte sessões de tratamento, não havendo um grupo controlável.

Somente o arranjo experimental de trabalhos que testaram os efeitos do uso de estímulos de natureza distinta nas fases de tratamento e de teste, relatando a ocorrência de desamparo em contexto apetitivo, após experiência com estimulação aversiva incontrolável, é similar, com a distribuição dos sujeitos apenas entre os três grupos que compõem o modelo triádico (Rosellini, 1978 [25]; Rosellini & DeCola, 1981 [36]; Caspy & Lubow, 1981 [35]).

Outra diferença metodológica relevante caracteriza a resposta da fase de teste. Entre os estudos com estímulos aversivos incontroláveis na fase de tratamento e estimulação apetitiva

---

<sup>12</sup> De acordo com a teoria da inatividade aprendida, o reforçamento acidental de respostas com baixo grau de atividade motora, durante a fase de tratamento, responderia pelo déficit de aprendizagem posterior apresentado por sujeitos expostos a estimulação aversiva incontrolável, pois as repostas pouco ativas, acidentalmente reforçadas no tratamento, reduziriam a probabilidade de ocorrência de respostas mais ativas, geralmente requeridas pela contingência de fuga do teste. Assim, sessões de extinção posteriores ao tratamento e anteriores ao teste impediriam, conforme esta hipótese, a ocorrência do desamparo, uma vez que repostas acidentalmente reforçadas seriam extintas.



no teste, respostas distintas foram empregadas na sessão de teste em cada experimento, tendo ele produzido ou não desamparo. Nos trabalhos de Caspy e Lubow (1981 [35], experimento 2); Rosellini (1978 [25]) e Rosellini e DeCola (1981 [36]) – nos quais se observou a ocorrência do desamparo – foram, respectivamente, requeridas as respostas de correr, pressionar uma barra e focinhar. Já em Hunziker e cols. (2006 [68]), que não obteve desamparo, sequências distintas (de variabilidade ou repetição) da resposta de pressão a duas barras foram requeridas, conforme o grupo.

Respostas distintas na fase de teste também foram utilizadas por experimentos com estimulação apetitiva incontrolável no tratamento e contingência de fuga no teste: correr seguida de pressão à barra (Caspy & Lubow, 1981 [35], experimento 4) e saltar (Capelari & Hunziker, 2005 [65]). Nas pesquisas que empregam estimulação apetitiva em ambas as fases, o tipo de resposta usada no teste também varia. As respostas de bicar um disco (Ferrándiz & Vicente, 1997 [55]), focinhar (Job, 1988 [47], 1989 [49]), virar alternadamente à esquerda e à direita em um labirinto (Job, 1987) e pressão à barra (Oakes, Rosenblum & Fox (1982 [38]) foram utilizadas por estudos em que se produziu desamparo em contingência de reforçamento positivo, após estimulação apetitiva incontrolável. Nos estudos que não obtiveram desamparo, as respostas de pressão à barra (Beatty & Maki, 1979 [28]) e correr (Calef & cols., 1984 [40]) foram usadas no teste.

Em geral, os trabalhos que produzem o fenômeno a partir da experiência prévia com incontrolabilidade de estímulos apetitivos, relatam um efeito mais sutil que o verificado na exposição a estímulos aversivos incontroláveis (e.g.: Job, 1987; Job 1988 [47]), havendo aprendizagem da resposta de teste pelos sujeitos do grupo incontrolável, porém de maneira mais lenta em relação aos demais grupos. Em vários experimentos que utilizam estímulos aversivos incontroláveis, o déficit é mais acentuado: o grupo acoplado não aprende a resposta de fuga, apresentando latências de resposta, nos blocos finais de tentativas, iguais ou mesmo

superiores às dos blocos iniciais (e.g.: Hunziker & Santos, 2007, experimento 2; Kelsey, 1977, experimento 1; Yano & Hunziker, 2000, experimento 1).

Maier, Albin e Testa (1973 [10]) realizaram uma série de experimentos testando a ocorrência de desamparo com diferentes respostas na sessão de teste – correr em FR 1, correr em FR 2 e correr em uma roda. O efeito de desamparo aprendido foi observado apenas com as respostas de fuga correr (FR 2) e correr em uma roda. Hunziker e Santos (2007, experimento 1) conduziram manipulações variando o tipo de resposta requerida – correr (FR 1), correr (FR 2) e saltar (FR 1) – e a duração máxima dos choques na fase de teste – 10 e 30s – obtendo graus distintos de interferência sobre a aprendizagem de sujeitos previamente expostos a choques incontroláveis. Segundo os autores, o efeito de desamparo mais nítido foi verificado nos sujeitos para os quais a resposta de teste era saltar e a duração máxima dos choques era de 10s. Tais resultados (Hunziker & Santos, 2007, experimento 1; Maier, Albin & Testa, 1973 [10]) salientam a variabilidade de efeitos produzidos a partir de diferentes respostas e parâmetros utilizados. Isto deve ser especialmente levado em conta na leitura de dados sobre o desamparo aprendido em contexto apetitivo, na medida em que esta linha de investigação não dispõe, até agora, de dados consistentes.

Em sua proposição do desamparo aprendido como modelo animal de depressão, Seligman (1975/1992) destaca que o déficit de aprendizagem após experiência com incontrolabilidade resultaria da exposição a estímulos incontroláveis tanto aversivos quanto reforçadores. Deste modo, indivíduos expostos a eventos reforçadores sobre os quais não exercessem controle apresentariam dificuldades de aprendizagem em outras situações, nas quais houvesse relação de contingência entre suas respostas e os eventos do ambiente. Esta premissa, contudo, não tem sido embasada de forma inequívoca a nível experimental.

Em âmbito clínico, a generalização do desamparo aprendido entre contextos é de extrema relevância para uma associação sólida entre o modelo e a depressão humana.

Todavia, além da insuficiência de dados fundamentando esta generalização, questões mais específicas, também relevantes, carecem ser investigadas. Por exemplo, se a incontrolabilidade com estímulos apetitivos produz desamparo, quais características devem estar presentes para que o efeito ocorra? Se a referida experiência prescinde de propriedades particulares, por que qualquer história com eventos incontroláveis reforçadores não resulta em desamparo? No que diz respeito a situações reais, supõe-se que diferentes efeitos comportamentais resultariam da exposição a um evento aversivo incontrolável (abuso sexual, por exemplo), ou da experiência com eventos reforçadores não-contingentes – como o caso de um indivíduo que recebe mimos freqüentes e sem relação de dependência com suas respostas. Em que medida cada tipo de experiência interferiria em uma aprendizagem posterior em contingência de reforçamento negativo ou positivo constitui mais um aspecto a ser investigado.

As variações nos procedimentos adotados pelos estudos dificultam comparações diretas entre os diversos resultados obtidos com diferentes tipos de estimulação. Seria necessário determinar quais conjuntos de variáveis responderiam pela alteração em quais efeitos comportamentais observados. A falta de replicações e/ou de maior uniformidade nos delineamentos de pesquisas com estimulação apetitiva incontrolável impede um mapeamento objetivo e consistente acerca dos efeitos da incontrolabilidade com esse tipo de estímulo.

A partir da análise realizada, destacam-se os seguintes pontos: 1) Heterogeneidade nos procedimentos de estudos que obtiveram desamparo aprendido com estímulos apetitivos nas fases de tratamento e de teste; 2) Heterogeneidade nos arranjos experimentais de estudos que não produziram desamparo com estimulação apetitiva nas duas fases; 3) Homogeneidade de arranjos experimentais em estudos empregando estímulos aversivos no tratamento e apetitivos no teste com produção de desamparo; 4) Heterogeneidade de respostas utilizadas na fase de teste por estudos que produziram ou não desamparo com estimulação aversiva no tratamento

e apetitiva no teste; 5) Heterogeneidade de respostas utilizadas na fase de teste por estudos com estimulação apetitiva no tratamento e aversiva no teste; 6) Heterogeneidade de respostas utilizadas na fase de teste por estudos que produziram ou não desamparo com estimulação apetitiva em ambas as fases; 6) Relato de efeito mais sutil por estudos que produziram desamparo com estimulação apetitiva incontrolável no tratamento, em comparação ao obtido após exposição à incontrolabilidade aversiva; 7) Falta de consistência em dados produzidos com estimulação apetitiva incontrolável e incompatibilidade em relação à proposição original do desamparo aprendido; 8) Imprecisão teórica e experimental acerca das condições nas quais a exposição a eventos apetitivos incontroláveis produziria desamparo.

**CAPÍTULO III. ENFOQUES TRANSVERSAIS DAS VARIÁVEIS RELEVANTES:  
INSTALADORAS X MANTENEDORAS, HISTÓRICAS X ATUAIS,  
EXCLUSIVAS X SOBREPOSTAS A OUTROS FENÔMENOS**

Neste capítulo, pontuam-se diversas variáveis que, em alguma medida, participam da ocorrência do fenômeno conhecido como depressão. Abordam-se, primeiramente, variáveis envolvidas na aquisição do repertório comportamental identificado como depressivo, seguidas de variáveis indicadas, na literatura, como responsáveis pela manutenção deste repertório. Destaca-se que fatores reunidos sob a categoria de variáveis históricas, relativas à instalação do padrão comportamental depressivo, não necessariamente correspondem àqueles incluídos em um conjunto de variáveis atuais, relacionadas à manutenção do fenômeno. Por fim, assinalam-se componentes especificamente ligados à depressão, em contraposição àqueles que, conforme o material analisado, exerceriam influência sobre outros fenômenos.

**2.1. Variáveis Instaladoras da Depressão**

Um dos eventos antecedentes frequentemente mencionados como relevantes para o surgimento da depressão é a baixa taxa de reforçamento positivo (Azrin & Besalel, 1981, [34]; Fester, 1973 [7]; Kanter & cols., 2008 [74]; Kanter & cols., 2004 [64]; Lazarus, 1968 [1]; Lejuez, Hopko & Hopko, 2001 [59]; Leventhal, 2008 [73]; Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Lewinsohn & Libet, 1972 [4]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]; O'Brien, 1978 [23]; Reisinger, 1972 [5]; Ruggiero, Morris, Hopko, & Lejuez, 2007 [71]; Shipley & Fazio, 1973 [12]; Wolpe, 1979 [32]). Outros estudos, por sua vez, enfatizam a queda de reforçamento positivo *contingente* à resposta como fator crucial (Blaney, 1977 [19]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Lewinsohn & Amenson, 1978 [21]; Lewinsohn & Graf, 1973 [9]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; Turner, Ward, &

Turner, 1979 [31]).

Conforme alguns autores (Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]), a redução na taxa de reforçamento positivo funcionaria como estímulo para a ocorrência determinadas respostas identificadas com a depressão, a exemplo de relatos verbais de disforia e fadiga. Embora o foco recaia sobre outro tipo de respostas, esta noção é similar à encontrada em Dougher e Hackbert (1994 [53]), para quem a escassez de reforço eliciaria respostas emocionais comuns à depressão, como um padrão comportamental associado à raiva e frustração. A proposição de Dougher e Hackbert (1994 [53]) baseia-se em experimentos nos quais sujeitos não-humanos expostos a esquemas de extinção e punição apresentam subprodutos emocionais comparáveis às respostas verificadas em humanos. Porém, os critérios por meio dos quais o padrão verificado em contexto experimental e em contexto real são efetivamente equivalentes – em topografia e em função – não são abordados.

Segundo Lewinsohn e Shaffer, (1971 [3]) a redução na taxa de reforçamento positivo explicaria, também, outros padrões comportamentais associados à depressão, como inatividade e um repertório verbal específico. A baixa taxa de reforçamento positivo seria determinada, sobretudo, pela interação entre três fatores: a quantidade de eventos potencialmente reforçadores para o indivíduo; a disponibilidade destes eventos no ambiente e sua habilidade em acessar os reforçadores (MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]). Assim, por exemplo, se vários eventos exercem função reforçadora para um indivíduo, ele possui o repertório comportamental necessário para obtê-los, mas tais eventos não estão disponíveis, um padrão de respostas relacionado à depressão poderá ser instalado. Da mesma forma, isto seria válido caso vários eventos com função reforçadora estivessem presentes no ambiente de um indivíduo, mas este não tivesse adquirido o repertório comportamental requerido para obter os reforçadores.

Outro componente apontado como relevante para o surgimento de respostas

identificadas como depressivas é a extinção (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Fester, 1973 [7]; Hersen & cols., 1973 [8]; Hunziker, 2001 [58]; Kanter & cols., 2005 [67]; Lazarus, 1968 [1]; Leventhal, 2008 [73]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]). Perdas significativas, sem relação de contingência com quaisquer respostas do indivíduo, retirariam reforçadores anteriormente disponíveis, provocando a extinção de repertórios relacionados a estes estímulos. Dougher e Hackbert (1994 [53]) esclarecem que os efeitos são ainda mais acentuados quando o reforço perdido mantinha uma vasta proporção do repertório comportamental do indivíduo e este dispõe de poucas fontes alternativas de reforço. Isto poderia talvez explicar, por que, para certas pessoas, a perda de um reforçador produz um déficit generalizado de respostas.

Em esquemas de extinção, cabe ressaltar, verifica-se uma condição de incontrollabilidade, na medida em que não há relação de contingência entre as respostas do indivíduo e os estímulos do ambiente. De fato, a ausência de controle sobre eventos ambientais é mencionada como uma variável antecedente a ser considerada para o surgimento da depressão (Hunziker, 2001 [58]; Kanter & cols., 2008 [74]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]; Ruggiero & cols., 2007 [71]).

Trabalhos apontam também que o repertório comportamental pouco ativo associado à depressão pode estar relacionado à exposição a esquemas de reforçamento nos quais seja requerida uma alta razão de respostas para a obtenção de reforço (Fester, 1973 [7]; Kanter & cols., 2008 [74]). Isto se aplicaria, por exemplo, a um operador de telemarketing que recebesse por comissão e precisasse realizar várias tentativas de venda por telefone até uma delas, eventualmente, ser positivamente reforçada. Após diversas ligações sem êxito, em longos intervalos de tempo, poderia haver uma redução na frequência de certas repostas (ex.: faltas constantes no trabalho até o abandono total). Não há indicação, todavia, de que variáveis poderiam provocar uma generalização da queda na frequência de determinadas

respostas, em contingência específica, para outros repertórios não relacionados àquele esquema.

Indivíduos depressivos apresentam um repertório característico de inatividade observado em diferentes contextos. Neste sentido, em que medida a exposição a um determinado evento provocaria um déficit generalizado de respostas? Caberia aqui o argumento levantado por Dougher e Hackbert (1994 [53]) ao abordarem o papel da extinção para o surgimento de um déficit generalizado no repertório comportamental. Assim, no caso hipotético mencionado, o emprego como operador de telemarketing poderia permitir acesso a outros reforçadores importantes (além do dinheiro), como a oportunidade de interagir socialmente com colegas, por exemplo. Deste modo, o enfraquecimento da resposta de trabalhar seria acompanhado da retirada de mais reforçadores, responsáveis pela manutenção de um outro repertório comportamental.

A generalização do déficit de respostas parece, pois, relacionar-se a um conjunto de fatores, os quais podem envolver desde a existência de repertórios comportamentais variados, por meio dos quais o indivíduo tenha acesso a reforçadores alternativos (ex.: procurar um novo emprego) até a disponibilidade de eventos reforçadores no ambiente do indivíduo – aspectos apontados por MacPhillamy e Lewinsohn (1974 [14]) como relevantes para redução na taxa de reforçamento positivo contingente à resposta. Assinala-se também o papel do repertório verbal e da transferência de funções de estímulos verbais/não verbais na generalização do déficit de respostas (cf.: Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Wilson, Hayes, Gregg & Zettle, 2001).

À experiência com punição também são atribuídos efeitos sobre a aquisição de padrões comportamentais identificados como depressivos, a exemplo da inatividade (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2005 [67]; Lazarus, 1968 [1]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]). Para McLean, Ogston e Grauer



(1973 [11]), a inabilidade em apresentar um repertório comportamental “adaptativo”, observada na depressão, por vezes pode decorrer de punição sistemática. Segundo alguns autores, relatos de história com punição prolongada e inescapável são comuns entre indivíduos com depressão (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Kanter & cols., 2005 [67]).

O padrão de inatividade que caracteriza indivíduos depressivos é ora apontado como produto, ora incluído entre as causas deste fenômeno (Kanter & cols., 2005 [67]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]). Conforme indicado por MacPhillamy e Lewinsohn (1974 [14]), um repertório comportamental pouco ativo compõe um dos três principais fatores responsáveis pela redução na taxa de reforçamento positivo. Se há uma baixa taxa de respostas emitidas, provavelmente o reforçamento positivo será exíguo, o que, segundo os autores, resulta no surgimento de todo um repertório identificado com a depressão. Concomitantemente, aponta-se um padrão comportamental de inatividade como resultante da queda na taxa de reforçamento positivo contingente à resposta. Aparentemente, não há um consenso acerca desta circularidade, de modo que a inatividade observada no padrão comportamental de indivíduos depressivos constitui uma variável relevante para o quadro depressivo, porém não é considerada suficiente enquanto causa para a depressão (Kanter & cols., 2005 [67]).

A diversidade de eventos antecedentes, relacionados à ocorrência da depressão, descritos na literatura, pode indicar a insuficiência de apenas uma destas variáveis enquanto causa única do fenômeno. Em boa parte das publicações analisadas, foram encontradas referências à participação de mais de um componente na instalação de um padrão comportamental depressivo (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Fester, 1973 [7]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2005 [67]; Kanter & cols., 2008 [74]; Lazarus, 1968 [1]; Lejuez, Hopko & Hopko, 2001 [59]; Leventhal, 2008 [73]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]).

A proposição de que múltiplas variáveis instaladoras podem responder pela ocorrência da depressão mostra-se pertinente também ao se considerar o fato de nem todos os indivíduos, expostos a esquemas de punição, extinção, ou outro contexto em que haja redução/perda de reforçadores, tornarem-se depressivos. Neste sentido, a existência de um repertório comportamental diversificado, permitindo o acesso a diferentes fontes de reforçamento, parece constituir um fator crítico para a (não) ocorrência da depressão, inclusive no tocante à experiência com incontabilidade.

## ***2.2. Variáveis Mantenedoras da Depressão***

No que concerne à manutenção do padrão comportamental depressivo, a multiplicidade de variáveis encontradas na literatura permanece. Um dos eventos conseqüentes referidos é o reforçamento social de certas respostas associadas à depressão (Blaney, 1977 [19]; Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Kanter & cols., 2005 [67]; Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]; Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; O'Brien, 1978 [23];), que ocorreria sob a forma de suporte, atenção, interesse e simpatia direcionados ao indivíduo depressivo, implicando o fortalecimento daquelas respostas.

Autores apontam, contudo, que este mesmo padrão comportamental, socialmente reforçado, torna-se aversivo para os outros, provocando fuga e esquivas das pessoas e acentuando a depressão (Blaney, 1977 [19]; Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Kanter & cols. 2005 [67]). Segundo Kanter e cols. (2005 [67]), a busca por apoio social – comum a indivíduos depressivos – aumentaria ao longo do tempo, de forma a assegurar que o suporte anteriormente oferecido foi “genuíno” e ainda está disponível. Gradativamente, porém, a demanda intensa e constante resultaria em frustração por parte das pessoas de convívio próximo, as quais se mostrariam menos disponíveis e deixariam de continuamente reforçar aquele padrão para reforçá-lo de modo intermitente, tornando-o resistente à extinção (Kanter

& cols., 2005 [67]).

Além da contingência de reforçamento positivo envolvida na manutenção do repertório comportamental atribuído à depressão, estudos relatam que parte deste repertório é mantido, também, por reforçamento negativo, sobretudo em contextos punitivos e de extinção (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Fester, 1973 [7]; Hopko, Lejuez & Hopko, 2004 [63]; Kanter & cols., 2005 [67]; Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]; Leventhal, 2008 [73]). O padrão comportamental depressivo seria negativamente reforçado por meio de esquiva ou fuga de atividades e obrigações com função aversiva (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]).

O fortalecimento das respostas de fuga e esquiva por reforço negativo dificulta a exposição a contextos que permitiriam o acesso a reforçadores positivos, pois o indivíduo evita expor-se a contingências que poderiam gerar reforçadores (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Hopko, Lejuez & Hopko, 2004 [63]; Leventhal, 2008 [73]). Lejuez, Hopko, e Hopko (2001 [59]) ressaltam que isto é especialmente válido em situações nas quais as consequências reforçadoras para um comportamento, incompatível com o padrão depressivo, são menos imediatas e requerem maior custo de resposta. Nesse sentido, afirma-se que o repertório caracterizado pela inatividade<sup>13</sup> mantido por reforço negativo, é fortalecido em contingências nas quais a magnitude do reforço para responder é inferior (ou mesmo inexistente) em comparação ao reforço para não responder (Kanter & cols., 2008 [74]; Lejuez, Hopko, & Hopko (2001 [59]; Ruggiero & cols., 2007 [71]).

Kanter e cols. (2008 [74]) ressaltam que o aumento de controle social aversivo comumente é acompanhado pela redução de controle social apetitivo. Contingências aversivas, indicam os autores, evocam e mantêm respostas imediatamente efetivas para estes

---

<sup>13</sup> Embora a caracterização “inativa” não pareça aplicável a classes de respostas envolvendo fuga e esquiva – especialmente se considerarmos manipulações experimentais nas quais respostas de alta atividade motora sejam requeridas para obter reforço negativo –, aqui, esta inatividade diz respeito à não emissão de respostas incompatíveis com o repertório depressivo (ex.: engajar-se em alguma atividade de lazer), em razão de uma alta taxa de respostas mantidas por reforço negativo.

contextos, porém, ineficientes a longo prazo, haja vista que a exposição a contingências envolvendo reforçadores positivos também é reduzida. Para Dougher e Hackbert (1994 [53]), a participação de controle de estímulos teria papel essencial na permanência do padrão de fuga e esquiva em indivíduos depressivos. Segundo estes autores:

... é óbvio que existem funções de controle de estímulos envolvidas na manutenção do comportamento depressivo. Eventos correlacionados com a extinção ou punição evocam comportamento de esquiva, mantido por reforço negativo. Como acontece com a maioria dos paradigmas de esquiva, no entanto, o comportamento permanece sob o controle de estímulos discriminativos relevantes, mesmo quando as contingências mudam. Como resultado, os clientes podem vir a perder fontes potenciais de reforço, e a taxa de reforço positivo permanece baixa.

(p. 171)

Em acordo com esta elaboração, Ferster (1973 [7]) esclarece que embora um indivíduo depressivo seja capaz de, exitosamente, esquivar-se de certos eventos aversivos, suas respostas podem carecer de reforçamento positivo. A ausência ou súbita redução na taxa de reforçamento positivo responderia pela aquisição e predominância do padrão de fuga e esquiva no repertório comportamental (Fester, 1973 [7]). Uma consequência importante disto relaciona-se ao fato de a manutenção deste repertório impedir a aquisição de padrões comportamentais distintos dos classificados como depressivos, bem como a obtenção de novos reforçadores em substituição aos que tenham sido, eventualmente, perdidos (Leventhal, 2008 [73]).

Outra variável mencionada na literatura concerne às reações emocionais eliciadas por reforço insuficiente, que eventualmente contribuiriam para a permanência da depressão. Conforme Dougher e Hackbert (1994 [53]), é comum respostas emocionais associadas ao fenômeno resultarem em sofrimento posterior (envolvendo o sentimento de angústia, por

exemplo), acentuando a depressão e compondo um ciclo progressivo. Dois fatores podem ser especialmente relevantes para que isto ocorra: o primeiro diz respeito a variáveis culturais e o segundo, decorrente do anterior, relaciona-se ao comportamento conhecido como esquiva experiencial (Hayes & Gifford, 1997; Wilson, Hayes, Gregg & Zettle, 2001).

Segundo Dougher e Hackbert (1993 [53]), em razão do permanente bem estar físico e psicológico propagado pela cultura ocidental moderna, a ocorrência de eventos que fujam a este modelo ideal é vista, então, com estranheza, pois os indivíduos aprendem que o “normal” (ou “desejável”) é manter uma vida financeiramente estável e relações interpessoais livres de conflitos, sem a presença de pensamentos e sentimentos perturbadores. Além disto, os autores chamam a atenção para a internalização de sentimentos e pensamentos fortemente difundida nas sociedades modernas ocidentais, responsável pela noção de causalidade atribuída a um mundo interno (Elias, 1994).

A partir desta visão de mundo, a fonte de quaisquer eventos comportamentais ligados à subjetividade (ex.: ter pensamentos sobre suicídio) será buscada “dentro” do indivíduo, sem se estabelecerem relações com eventos do ambiente. Transtornos serão descritos e associados à presença de determinados “sintomas”, de maneira que a ocorrência de respostas identificadas com tais sintomas poderá adquirir função ainda mais aversiva por caracterizar um “transtorno”. Uma vez que a origem de qualquer padrão atípico de conduta residiria nos próprios indivíduos, a resposta – definida como esquiva experiencial (Hayes & Gifford, 1997; Wilson, Hayes, Gregg & Zettle, 2001) – de tentar controlar ou suprimir eventos privados como pensamentos e sentimentos, torna-se comum (Dougher & Hackbert, 1994 [53]).

Estudos esclarecem que a esquiva experiencial agravaria e prolongaria o quadro depressivo, na medida em que as respostas do indivíduo ficariam sob controle de regras (ex.: evitar, controlar ou eliminar pensamentos e sentimentos perturbadores) em detrimento do controle exercido por contingências reais e presentes (Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69];

Kanter & cols., 2008 [74]; Hayes, Luoma, Bond, Masuda, & Lillis, 2006; Wilson & cols., 2001). Além disto, por meio de processos verbais, envolvendo relações derivadas de estímulos e transformação de funções de estímulo (Barnes-Holmes, Hayes, Dymond & O'Hara, 2001), estímulos discriminativos arbitrários adquiririam também função aversiva, eliciando respostas emocionais, e generalizando o padrão de fuga e esquiva para contextos que nenhuma relação possuíam com os eventos aos quais a esquiva experiencial estava originalmente relacionada (Hayes, 2004; Hayes & cols., 2006; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Wilson & cols., 2001). Kanter, Baruch e Gaynor (2006 [69]) ressaltam que, a despeito de eficazes a curto prazo, regras derivadas de esquiva experiencial, além de provocarem um padrão comportamental de esquiva generalizado, dificultariam a aquisição de repertórios comportamentais mais flexíveis e mantidos por reforçamento positivo. Kanter e cols. (2008 [74]) salientam o papel de processos verbais para a manutenção do padrão comportamental identificado como depressivo:

... nós destacamos o fato de que muitos indivíduos parecem ter se tornado depressivos na ausência de histórias ambientais que confirmassem este padrão (*depressivo*) como adaptativo, indicando que a transformação de tais histórias em transtorno (*depressivo*) se deu por meio do comportamento verbal. A linguagem expande amplamente a gama de situações que podem eliciar e manter (*respostas identificadas com*) a depressão, pois as funções dos estímulos podem vastamente ser determinadas pela história idiossincrática de aprendizagem verbal de cada um... Embora outro indivíduo possa responder à relação entre os estímulos “festa” e “estressante” ocasionalmente, existe flexibilidade em responder com base em outras características contextuais e históricas. Para o indivíduo deprimido, contudo, esta classe verbal está tão bem formada por meio de uma história idiossincrática verbal e não verbal de pareamento entre estes estímulos, e tão

negativamente reforçada por experiências prévias de fuga e esquiva, que pode haver poucos ou nenhum contexto no qual o termo “festa” não elicie funções de outros estímulos aversivos ou funcione como estímulo discriminativo derivado para a resposta de fuga ou de esquiva. Este rígido repertório de esquiva restringe significativamente a gama de alternativas comportamentais disponíveis e, mais provavelmente, levará a reduções expressivas no reforçamento social contingente à resposta. (p. 15)

A partir dos diferentes componentes relacionados à manutenção do repertório comportamental depressivo, assinala-se que a variedade encontrada na literatura reafirma a complexidade do fenômeno. Os diversos fatores apontados não são excludentes, ao invés disto, podem ser vistos como complementares, de maneira que o fortalecimento e permanência da depressão seriam acentuados quando da participação de duas ou mais destas variáveis. A identificação dos eventos envolvidos na manutenção do padrão depressivo, conforme o caso em questão, poderá ser mais crítico que o mapeamento das variáveis responsáveis pela instalação desse repertório, cujo controle atual sobre as respostas do indivíduo pode ou não prevalecer.

### ***2.3. Variáveis Históricas X Variáveis atuais***

Com relação às variáveis antecedentes e mantenedoras abordadas, os diversos autores parecem ressaltar ora variáveis históricas ora variáveis atuais no controle das respostas do indivíduo considerado depressivo. Esta distinção é útil ao destacar o fato de que nem todas as variáveis instaladoras da depressão permanecem exercendo controle sobre o repertório comportamental do indivíduo, sendo possível a prevalência do fenômeno mesmo quando da ausência dos eventos que o originaram. Cumpre ainda sublinhar que as variáveis atuais, ligadas à manutenção do padrão depressivo, podem ou não diferir das variáveis que o

instalaram.

Assim, por exemplo, a partir da experiência com um evento aversivo incontrolável como abuso sexual ou perda de um ente querido, poderia haver a instalação de um conjunto de respostas identificadas com a depressão. Ao longo do tempo, entretanto, estas respostas seriam mantidas não mais em decorrência daquele evento inicial, por ocasião do qual surgiram, e sim em razão de consequências atuais, como o apoio social recebido, a esquivas de obrigações com função aversiva ou o constante engajamento em tentativas de controlar ou suprimir eventos privados associados à depressão que, além de não efetivamente afastarem estes eventos, reduziriam o contato do indivíduo com as contingências reais. Aqui, as variáveis históricas que originaram o quadro depressivo diferem daquelas que hodiernamente o mantém.

Contudo, se o surgimento do padrão depressivo ocorreu após abuso sexual e, com o primeiro, outros abusos se seguiram, observar-se-ia uma sobreposição entre variáveis históricas e atuais (abuso sexual variável instaladora e mantenedora da depressão). É possível, ainda, que mesmo havendo esta sobreposição, mais variáveis atuais passem a participar do controle do repertório comportamental do indivíduo junto àquelas que originaram a depressão.

Em âmbito clínico, a distinção entre as variáveis históricas e atuais envolvidas é pertinente ao se considerar que estas últimas podem sobrepor-se àquelas, e exercer controle sobre o responder do indivíduo mesmo quando as variáveis instaladoras do repertório comportamental depressivo não estão mais presentes. Esta perspectiva é especialmente relevante para investigarem-se contingências nas quais a mera remoção das variáveis instaladoras não é suficiente para reverter o quadro de depressão.



#### ***2.4. Variáveis Exclusivas X Variáveis Sobrepostas a Outros Fenômenos***

De acordo com a literatura selecionada, poucas variáveis descritas estariam ligadas primordialmente à ocorrência da depressão, como parece ser o caso de esquemas de reforçamento com alta razão de respostas para apresentação de reforço (Fester, 1973 [7]; Kanter & cols., 2008 [74]) e de esquemas de extinção (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Fester, 1973 Lazarus, 1968 [1]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]).

Por outro lado, componentes relacionados à depressão são também associados à ocorrência do fenômeno da ansiedade, a exemplo da existência de um repertório comportamental com predomínio de respostas de fuga e esquiva (Kanter & cols., 2008 [74]; Leventhal, 2008 [73]) e de uma reduzida taxa de reforçamento positivo, bem como da exposição a esquemas de punição (Kanter & cols., 2005 [67]). A similaridade entre alguns fatores relativos à ansiedade e à depressão reflete sobre formas de tratamento indicadas em casos de co-morbidade entre os dois fenômenos – técnicas de relaxamento, dessensitização e treino assertivo são apontados como úteis em casos nos quais a depressão é secundária à ansiedade (Lazarus, 1968 [1]).

Concomitantemente, verifica-se uma diferenciação pouco estruturada entre as duas, focalizando-se mais aspectos comuns a idiossincráticos (Leventhal, 2008 [73]), o que deve ser considerado ao se delimitar as medidas de intervenção apropriadas, especialmente em contextos nos quais ambas estejam presentes. Enquanto, por exemplo, um tratamento baseado na aceitação de estímulos aversivos interoceptivos poderia ser útil com relação à ansiedade, um foco maior sobre a busca por fontes alternativas de reforço poderia constituir intervenção mais apropriada à depressão, ao passo que, conforme o caso em questão, um treino de repertório poderia caracterizar a medida mais adequada com relação a ambos os fenômenos.

A condição de incontrolabilidade é também associada à ansiedade. A partir da análise dos textos, é possível distinguir dois eixos principais na relação incontrolabilidade-ansiedade,

um mais próximo da área clínica, com foco sobre a esquiva experiencial e outro da área experimental de investigação, em estudos com desamparo aprendido e sinalização aversiva.

Os efeitos da esquiva experiencial sobre a ansiedade são abordados por alguns dos artigos analisados, segundo os quais o engajamento de indivíduos neste tipo de atividade só acentuaria as reações emocionais associadas ao fenômeno (Eifert & Heffner, 2003 [60]; Kashdan & cols., 2006 [70]). Em trabalho realizado por Eifert e Heffner (2003 [60]), três grupos de sujeitos humanos, com alta frequência de respostas de ansiedade, foram expostos a inalação de ar enriquecido com dióxido de carbono, considerado um estímulo ansiogênico. Antes do tratamento com inalação de ar, dois grupos foram expostos a uma das seguintes instruções: 1) observar e aceitar a estimulação interoceptiva provocada pelo estímulo ansiogênico, sem tentar controlá-la 2) Controlar sintomas via respiração diafragmática. Um terceiro grupo não recebeu qualquer instrução específica. De acordo com os autores, os participantes do grupo “aceitação” apresentaram as taxas mais baixas de respostas de esquiva, respostas emocionais menos intensas, além de menor frequência de relatos de pensamentos perturbadores e sobre medo de perder o controle, em comparação ao grupo que fora instruído a tentar controlar a estimulação aversiva e também ao grupo não exposto à instrução prévia.

Kashdan e cols. (2006 [70]) salientam que a esquiva experiencial se torna problemática quando é aplicada rigidamente, com enormes quantidades de tempo e esforço despendidos para controlar ou eliminar eventos privados aversivos, de forma que o contato com contingências presentes é reduzido. Para os autores, os efeitos aversivos da incontrollabilidade no que concerne à ansiedade são constantemente derivados da tentativa de regulação e controle por si só, isto é, a prática da esquiva experiencial funcionaria apenas para tornar o caráter incontrollável da ansiedade mais problemático, pois tentativas inexoráveis de controlar estas respostas só implicariam o aumento de frequência das mesmas. Justificando esta noção

com base na teoria dos quadros relacionais<sup>14</sup>, Wilson e cols. (2001) elucidam:

...Eventos privados, como pensamentos sobre morte, são verbalmente suscetíveis à mudança da mesma forma que eventos públicos, e regras são formuladas para comportamentos que alterarão a forma, frequência ou sensibilidade contextual a esses eventos. Por exemplo, alguém pensando na (*própria*) morte pode “pensar sobre alguma outra coisa”. Funcionalmente, porém, a regra inteira é “pense em algo que não sua morte porque isso te deixa triste”. Suponha que o “alguma outra coisa” seja um pensamento sobre visitar um lago. Então agora, o pensamento completo é “pense no lago e não em sua própria morte porque isso te deixa triste e o lago te deixa feliz”. A partir daí, “lago” estará verbalmente associado não apenas à “feliz”, mas também a “não triste” e a “não morto”. Infelizmente, estes quadros de oposição também são relações e “lago e feliz e não morto e triste” podem alterar as funções de “lago”. O lago real e a palavra “lago” podem agora, paradoxalmente, evocar pensamentos de morte e tristeza, da mesma forma que “branco” pode evocar “preto”. Basicamente, a supressão de pensamento, neste exemplo, permite que mais e mais estímulos ambientais neutros tornem-se relacionados à morte, de forma que os pensamentos vão aumentar ao invés de diminuir... a consequência do comportamento governado por regras comumente precisa ser avaliada para se ter certeza de que a regra é efetiva... Da mesma forma, se a pessoa está seguindo a regra “pense no lago e não na sua morte”, esta pessoa checará, periodicamente, se o pensamento sobre morte se foi. Infelizmente, “morte” inclui-se na regra sendo checada. Assim, checar envolve o contato com o evento verbal que a regra nominalmente é designada a eliminar. (pp. 216-217)

---

<sup>14</sup> Ver Hayes e cols. (2001) e Barnes-Holmes e cols. (2001) para uma introdução detalhada à teoria.

Apesar das objeções à esquiwa experiencial, Eifert e Heffner (2003 [60]) pontuam que técnicas de aceitação e controle não seriam excludentes, cabendo a tentativa de controle em diferentes estágios da ansiedade. Segundo os autores, controle de respiração e relaxamento seriam úteis, por exemplo, para prevenir um ataque de pânico, mas não constituiriam medidas eficazes uma vez que este já estivesse ocorrendo, sendo a aceitação – em caso de manifestações aversivas porém fisicamente não-lesivas – mais indicada (Eifert & Heffner, 2003 [60]).

Com respeito ao segundo eixo da associação incontrolabilidade-ansiedade, experimentos na área do desamparo aprendido investigam os efeitos da utilização de estímulos sinalizadores sobre a exposição a estímulos aversivos incontroláveis. A presença de sinalização pré-aversiva constitui fator característico da ansiedade (Estes & Skinner, 1961; Skinner 1953/1965) e é apontada como um dos elementos que a distinguiriam da depressão. O estímulo pré-aversivo conferiria à ansiedade um caráter de previsibilidade, enquanto na depressão a ausência deste estímulo tornaria este fenômeno imprevisível (Coêlho, 2008 [72]).

Na literatura sobre desamparo, a incontrolabilidade é, predominantemente, apontada como fator necessário e suficiente para produzir o fenômeno (Maier & Seligman, 1976; Seligman, 1975/1992). Todavia, há autores que salientam a participação de outros aspectos, em detrimento do controle, na ocorrência do déficit de aprendizagem.

Uma variável apontada como crítica é a imprevisibilidade dos choques (e.g.: Overmier, Murison, Skoglund & Ursin, 1985; Volpicelli, Ulm & Altenor, 1984 [41]). Conforme esta vertente, o efeito comportamental observado após exposição a estímulos aversivos incontroláveis dar-se-ia por estes estímulos serem liberados de modo imprevisível, sem que os sujeitos recebam qualquer indício discriminativo de seu início ou término. Neste sentido, estudos realizados demonstram que o déficit de aprendizagem seria reduzido ou mesmo eliminado quando da utilização de um estímulo sinalizador antecedente ao estímulo

incontrolável (e.g.: Bersh, Whitehouse, Blustein & Alloy [43], experimentos 1, 2 e 3; Jackson & Minor, 1988 [46], experimentos 2, 3 e 4).

Basicamente, estes trabalhos avaliam se os efeitos comportamentais que caracterizam o desamparo aprendido seriam melhor explicados em termos da experiência prévia com imprevisibilidade, sugerindo que o medo crônico, eliciado nas sessões incontroláveis e condicionado ao contexto envolvendo choques, teria papel crucial para a ocorrência do efeito. Conforme este argumento, a presença de quaisquer estímulos (ex.: estímulos pré-aversivos) que reduzissem o medo – leiam-se respostas emocionais identificadas como tal – durante o pré-tratamento, mitigaria os efeitos da estimulação aversiva incontrolável sobre a aprendizagem posterior.

Trabalhos indicam também que estímulos exteroceptivos – a exemplo de luz ou som –, apresentados após os choques, sinalizariam aos sujeitos um intervalo “seguro”, livre de estimulação aversiva (e.g.: Jackson & Minor, 1988 [46]; Minor, Trauner, Lee & Dess, 1990 [51], experimentos 1 e 3; Volpicelli, Ulm & Altenor, 1984 [41]). Para sujeitos submetidos à contingência de fuga durante o tratamento, o controle sobre os choques resultaria na produção de estímulos proprioceptivos associados ao término da estimulação aversiva. Segundo esta análise, a apresentação dos denominados estímulos *feedback*<sup>15</sup>, indicando um período sem choques, mimetizaria – para o grupo incontrolável – a condição de controlabilidade vivenciada pelos sujeitos grupo contingente, reduzindo os altos níveis de medo por meio da relação temporal negativa estabelecida com o choque (Volpicelli, Ulm & Altenor, 1984 [41]; Warren, Rosellini & Maier, 1989 [50]).

Estudos nesta linha de investigação têm se concentrado, sobretudo, na adição de dois elementos ao arranjo experimental comumente empregado para produção do desamparo: estímulos pré-sinalizadores – antecedentes à apresentação do estímulo incontrolável – e

---

<sup>15</sup> Estímulos que sinalizam o término da apresentação do choque incontrolável e o início de um intervalo entre tentativas (Warren, Rosellini & Maier, 1989 [50]).

*estímulos feedback* – liberados após o estímulo. Alguns trabalhos incluem somente um destes componentes (e.g.: Bersh, Whitehouse, Blustein & Alloy 1986 [43], experimentos 1, 2 e 3; Jackson & Minor, 1988 [46]; Maier & Warren, 1988 [48]; Minor, Trauner, Lee & Dess, 1990 [51], experimentos 1 e 2, Rosellini, Warren & DeCola, 1987 [45]; Volpicelli, Ulm & Altendor, 1984 [41]) enquanto outros utilizam ambos (Minor, Trauner, Lee & Dess, 1990 [51], experimento 4).

Os resultados produzidos na área divergem. Dados de alguns experimentos demonstram que o emprego de estímulos *feedback* (Jackson & Minor, 1988 [46], experimentos 1 e 4; Minor, Trauner, Lee & Dess, 1990 [51], experimento 3; Volpicelli, Ulm e Altendor, 1984 [41]) ou de estímulos sinalizadores (Bersh, Whitehouse, Blustein & Alloy 1986 [43], experimento 3; Jackson & Minor, 1988 [46], experimentos 2 e 4) impede a ocorrência do desamparo aprendido. Já em outros parece haver uma clara distinção entre os efeitos da previsibilidade e da controlabilidade, indicando que os efeitos desta não seriam redutíveis aos da primeira seja com a utilização de estímulo *feedback* (Rosellini, Warren & DeCola, 1987 [45]; experimentos 1 e 2; Warren, Rosellini & Maier, 1989 [50]) ou de estímulo pré-aversivo (Bersh, Whitehouse, Blustein & Alloy 1986 [43], experimento 2; Maier & Warren, 1988 [48]).

Diferenças metodológicas entre os experimentos são apontadas como relevantes para a obtenção ou não de interferência, a partir da utilização de estímulos sinalizadores, sobre o déficit de aprendizagem após estimulação aversiva incontrolável. Fatores como a quantidade de exposições ao choque pré-sinalizado durante o tratamento, a duração dos intervalos entre tentativas e a presença ou ausência do estímulo sinalizador durante o teste constituem algumas das variáveis mencionadas (e.g.: Bersh, Whitehouse, Blustein & Alloy 1986 [43]; Rosellini, Warren & DeCola, 1987 [45]; Warren, Rosellini & Maier, 1989 [50]).

A relativa escassez de consenso na área impede um delineamento preciso do papel da previsibilidade na produção do desamparo aprendido, bem como a validação ou abandono de

um modelo explicativo com foco sobre o medo condicionado. Vale ressaltar que, enquanto no paradigma da ansiedade, o estímulo pré-aversivo adquire função aversiva após anteceder, por vezes, o estímulo aversivo (Estes & Skinner, 1961; Queiroz & Guilhardi, 2001; Skinner 1953/1965), nos experimentos com desamparo a apresentação de estímulos pré-sinalizadores funcionam como inibidores do medo durante o tratamento por fornecerem ao sujeito um indício de previsibilidade, de períodos nos quais não haverá estimulação aversiva incontrolável. Neste sentido, caberia o esclarecimento acerca de que variáveis responderiam, na ansiedade e no modelo experimental utilizado como alternativa explicativa do desamparo aprendido, pela produção de efeitos comportamentais assaz distintos quando da presença de estímulos pré-aversivos. Cumpre ainda sublinhar que a questão é válida especialmente ao se considerar a relação inversamente proporcional entre o nível de controle sobre eventos com função aversiva e respostas de ansiedade (Barbosa, 2004; Forsyth & Eifert, 1996; Zvolensky, Lejuez & Eifert, 1998).

Com relação ao conjunto de variáveis tratadas neste capítulo, sublinham-se os seguintes aspectos: 1) Multiplicidade de variáveis instaladoras da depressão; 2) Variabilidade comportamental como fator crítico para instalação de respostas associadas ao fenômeno; 3) Na manutenção do padrão comportamental depressivo podem estar envolvidos um ou mais – e daí dependerá a complexidade de cada ocorrência – dos seguintes componentes: reforçamento positivo, reforçamento negativo, variáveis culturais, engajamento em esquiva experiencial e processos verbais; 4) Eventual insuficiência da remoção de variáveis instaladoras para reverter a depressão; 5) Maior foco sobre similaridades a distinções entre depressão e ansiedade; 6) Esquiva experiencial como elemento que acentua a experiência de incontrolabilidade na ansiedade, tornando-a mais aversiva; 7) Diferentes efeitos atribuídos à estimulação pré-aversiva, na ansiedade – que conferiria previsibilidade ao fenômeno, mas passaria a evocar as mesmas respostas eliciadas pelo estímulo aversivo, em razão de tê-lo

antecedido no passado – e em alguns experimentos na área do desamparo aprendido empregando estimulação sinalizadora, nos quais a apresentação do estímulo sinalizador também permitiria um certo nível de previsão, porém, contrariamente ao efeito atribuído à estimulação pré-aversiva, inibiria respostas caracterizadas como medo/ansiedade – ao indicar um período livre de estimulação aversiva.



**CAPÍTULO IV. INCONTROLABILIDADE EM HUMANOS:  
SUPOSIÇÕES NUMEROSAS, EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS ESCASSAS E  
CONTINGÊNCIAS VERBAIS**

No presente capítulo, sublinham-se alguns pontos de distanciamento e de aproximação entre a generalidade pretendida pelo modelo do desamparo para contextos reais, e os dados efetivamente obtidos em laboratório com sujeitos humanos. Em seguida, são abordados aspectos relativos à participação de contingências verbais na ocorrência do efeito com humanos, em ambiente experimental. Efetua-se uma comparação entre o modo pelo qual componentes verbais são tratados em determinados estudos sobre desamparo aprendido, e uma perspectiva destes fatores segundo a análise do comportamento. Assinala-se também como a elaboração analítico-comportamental, referente ao papel exercido por contingências verbais no controle do comportamento, pode ser aplicada ao fenômeno da depressão.

Na área do desamparo aprendido, trabalhos realizados com humanos utilizam delineamento similar aos dos conduzidos com sujeitos não-humanos, no que se refere às condições dos grupos experimentais. Em termos gerais, um grupo exerce controle sobre a estimulação aversiva por meio de uma resposta específica ou é instruído a resolver problemas, enquanto a outro grupo são atribuídos problemas insolúveis ou os sujeitos são expostos a estímulos não controláveis. Um terceiro grupo ou é exposto aos mesmos estímulos aversivos e instruído a não responder a eles (e.g.: Hiroto & Seligman, 1975) ou não é exposto à estimulação alguma (e.g.: Benson & Kennelly, 1976 [16]). Na fase de teste, todos os grupos são expostos a uma nova contingência, evidenciando-se o desamparo quando os sujeitos com experiência prévia de incontrolabilidade apresentam desempenho inferior aos dos sujeitos dos grupos restantes.

Por razões éticas, experimentos com humanos utilizam outros estímulos incontroláveis

em substituição a choques, jatos de ar quente, água ou comida. Há predomínio do uso de sons ou problemas insolúveis<sup>16</sup> como estímulos aversivos incontroláveis. As tarefas geralmente envolvem a resolução de anagramas, de problemas discriminativos ou a emissão de uma resposta específica (apertar um botão, por exemplo) para a interrupção do som (e.g.: Benson & Kennelly, 1976 [16]; Hiroto & Seligman, 1975 [15]; Prindaville & Stein, 1978 [24]; Winefield & Tiggemann, 1978 [26]). No que se refere à investigação do desamparo com humanos e estimulação apetitiva incontrolável, Benson e Kennelly, (1976 [16]) empregaram reforçamento positivo não contingente sob a forma do *feedback* “correto” após cada tentativa – corretas ou não – de solução de anagramas.

Hiroto e Seligman (1975 [15]) relataram ocorrência de desamparo em um conjunto de quatro experimentos alternando tipos de tarefa e de estímulo. No experimento 1, sujeitos do grupo não-contingente foram expostos a sons incontroláveis durante a fase de tratamento e a uma contingência de fuga no teste, em que sons tiveram função reforçadora negativa. No experimento 2, problemas insolúveis de controle discriminativo foram empregados no tratamento, para o grupo incontrolável, e a resposta de solução de anagramas foi utilizada no teste. No experimento 3, sons tiveram função de estímulo aversivo no tratamento e a solução de anagramas foi requerida na fase de teste. No experimento 4, o tratamento incluiu a tarefa de resolução problemas e na fase de teste foi estabelecida uma contingência de fuga com som como estímulo aversivo. Nos experimentos 2 e 4, sujeitos do grupo controlável recebiam *feedbacks* contingentes às respostas, enquanto ao grupo incontrolável eram apresentados, aleatoriamente, os *feedbacks* “correto” ou “incorreto”, conforme uma escala pré-estabelecida. Nas três primeiras manipulações, sujeitos expostos à condição de incontrolabilidade, sob a forma de sons incontroláveis ou problemas de controle discriminativo insolúveis, apresentaram desempenho inferior aos demais grupos. No experimento 4, a exposição prévia

---

<sup>16</sup> A função aversiva destas tarefas residiria na impossibilidade de resolvê-las, sejam anagramas ou problemas de controle discriminativo (Hiroto & Seligman, 1975).

do grupo incontrolável a problemas insolúveis não interferiu no desempenho de resolução de anagramas destes sujeitos no teste. Com relação aos dados obtidos, os autores assumiram que uma limitação na generalidade do efeito de desamparo verificado poderia relacionar-se ao fato de os sujeitos claramente identificarem as fases de tratamento e teste como parte do mesmo experimento, não sendo possível avaliar se o efeito se estenderia para além do contexto experimental.

Benson e Kennelly (1976 [16]) conduziram manipulação similar à de Hiroto e Seligman (1975 [15], experimento 2), com o uso de resolução de problemas de controle discriminativo na fase de tratamento e de anagramas na fase de teste. Todavia, a fim de investigar se o desamparo seria produzido pela experiência prévia com reforçamento positivo incontrolável, um grupo adicional compôs o delineamento. Durante o tratamento, este grupo recebeu *feedbacks* positivos não-contingentes a cada resposta de resolver um problema. Na fase de teste foi requerida a resposta de resolução de anagramas dos quatro grupos: o grupo controlável, que obtivera *feedbacks* contingentes, o grupo incontrolável aversivo, exposto a problemas insolúveis e *feedbacks* não-contingentes, o grupo incontrolável que recebera reforçamento positivo não-contingente e o grupo controle, não exposto à fase anterior. De acordo com os resultados, houve interferência sobre o desempenho do grupo incontrolável aversivo. Contrariando em parte a teoria do desamparo aprendido, porém, não foi observado o efeito no grupo incontrolável exposto a reforçamento positivo não contingente (Benson & Kennelly, 1976 [16]).

Os resultados dos estudos com desamparo nos textos encontrados favorecem uma confirmação da ocorrência deste efeito com sujeitos humanos. Contudo, algumas questões devem ser pontuadas. Para Miller e Norman (1979 [30]), os resultados produzidos por procedimentos envolvendo reforçamento não-contingente são pouco conclusivos. Segundo os autores, além de este tipo de procedimento misturar os tipos de consequência incontrolável

(aversiva ou reforçadora), também interfere na quantidade total de estímulos aversivos e reforçadores apresentados. Miller e Norman (1979 [30]) ressaltam que, em geral, estudos não acoplam o número de estímulos não-contingentes apresentados ao grupo incontrolável à quantidade de estímulos contingentes fornecida aos sujeitos do grupo controlável. Deste modo, é possível que as diferenças observadas entre os grupos experimentais se devam a diferenças na quantidade e no padrão do reforçamento recebido. O argumento pode ser válido para o experimento de Hiroto e Seligman (1975 [15]), em que foram apresentados, ao grupo incontrolável, *feedbacks* não-contingentes tanto com função aversiva (“incorreto”), quanto com função reforçadora (“correto”), sem correspondência em relação ao montante de *feedbacks* obtidos pelo grupo contingente conforme o desempenho deste.

Outro tópico concerne aos tipos de tarefas e de estímulos empregados. Miller e Norman (1979 [30]) reconhecem as implicações éticas ao serem considerados diferentes tipos de estímulos com função aversiva no estudo com humanos. Não obstante, ressaltam que aspectos como o número limitado de tipos de estímulo e de tarefas empregado por estes estudos, além de um efeito de interferência mais brando observado em humanos, em comparação ao produzido com não-humanos – o que pode ser uma consequência da própria dessemelhança entre estímulos – suscitam dúvidas com respeito à generalização do desamparo aprendido para contextos reais.

Também um fator a ser elencado refere-se aos déficits de aprendizagem observados nestes estudos. As medidas comportamentais comumente avaliadas em estudos com desamparo – incluindo experimentos com humanos – são as médias de latência de resposta, o número de respostas falhas e de tentativas para atingir o critério. Diferenças estatisticamente significantes, entre grupos, foram encontradas no que se refere a algumas das medidas comportamentais utilizadas pelos referidos experimentos, em outras medidas não se observou essa diferença. Conforme os dados de Benson e Kennelly (1976 [16]), os grupos diferiram

significativamente com relação aos valores das médias de tentativas para atingir o critério – à exceção do grupo exposto a reforçamento positivo não-contingente e do grupo controle, que não diferiram entre si. Porém, não houve diferenças significantes entre grupos quanto às latências médias de resposta e números de tentativas falhas (Benson & Kennelly, 1976 [16]). Hiroto e Seligman (1975 [15] experimento 1), também não obtiveram diferenças significantes entre as médias de tentativas falhas nem entre as médias das latências de resposta do grupo incontrolável e do neutro. No experimento 2, os grupos incontrolável e neutro não diferiram significativamente quanto às médias de latência. No experimento 3, nenhum grupo diferiu quanto à média de tentativas para atingir o critério. No experimento 4, os grupos não diferiram significativamente em nenhuma das três medidas avaliadas.

Parece válido assinalar que a produção do desamparo aprendido com humanos requer ainda uma série de investigações no sentido de definirem-se procedimentos mais acurados para a produção do efeito e/ou se especificarem os limites para sua ocorrência e generalização. A obtenção do fenômeno, com sujeitos humanos, empregando-se diferentes estímulos e tarefas nas fases de tratamento e teste (ex.: Hiroto & Seligman, 1975 [15], experimentos 2 e 3) sugere, mas não constitui evidência suficiente da generalização do modelo e reafirma a relevância de estudos nesta direção. Outras variações de tarefas e estímulos devem ser testadas.

O fato de algumas comparações entre grupos (ex: Incontrolável x Controlável, Incontrolável x Neutro) não demonstrarem diferenças estatisticamente significantes – no que diz respeito às medidas comportamentais avaliadas – implica a necessidade de uma demarcação mais precisa dos critérios com base nos quais o efeito de desamparo com humanos seria considerado um equivalente do obtido com não-humanos. O esclarecimento de aspectos como os pontuados é crítico para tornar, de fato, consistente a proposta do desamparo aprendido como equivalente animal da depressão.

Outro aspecto a ser abordado neste capítulo, pertinente à discussão do desamparo em humanos, concerne ao papel de contingências verbais na ocorrência do fenômeno. Em alguns experimentos com sujeitos humanos, durante a fase de tratamento, as instruções dadas ao grupo incontrolável e controlável são iguais, contendo a informação de que algo pode ser feito para interromper/controlar o estímulo aversivo apresentado (e.g.: Alloy & Abramson, 1982; Benson & Kennelly, 1976 [16]; Hiroto & Seligman, 1975 [15]). De acordo com alguns autores (c.f. Blaney, 1977 [19]; Miller & Norman, 1979 [30]), este tipo de procedimento interferiria nos resultados do grupo incontrolável, uma vez que os sujeitos poderiam atribuir seu desempenho “falho” a faculdades pessoais.

A idéia de que as atribuições formuladas pelos sujeitos sobre a causa de seu “insucesso” na resolução de tarefas – durante a fase de tratamento – constituem fator determinante para a ocorrência do desamparo aprendido em humanos, foi apresentada por Abramson e Seligman (1978 [20]) em uma reformulação da teoria do desamparo. Conforme os autores, características do efeito como cronicidade, duração e generalidade dependeriam do tipo de atribuição que o sujeito elaborasse para explicar sua aparente falta de êxito durante a fase de tratamento. Assim, quando desenvolvida uma atribuição interna pelo insucesso (ex: “não consegui resolver porque sou incapaz”), o déficit produzido pela exposição à incontrolabilidade seria crônico, estável e generalizável para outras situações. Por outro lado, no caso de atribuição a uma causa externa (ex.: “este problema é insolúvel”), a performance dos sujeitos, na fase de teste, tenderia a permanecer inalterada, não ocorrendo déficit de aprendizagem (Abramson & Seligman, 1978 [20]).

Abramson e Seligman (1987 [20]) assumem que a teoria reformulada careceria ainda de validação empírica. Ressaltam, porém, a utilidade do modelo em abordar aspectos não mencionados pela teoria original do desamparo aprendido, a exemplo da baixa auto-estima que caracterizaria indivíduos depressivos, bem como sua “tendência” em conferir a si mesmos

a responsabilidade por eventuais fracassos, além das variações observadas na generalidade, cronicidade e intensidade do fenômeno da depressão.

A idéia de atribuição como causa e a circularidade do argumento, subjacentes à elaboração de Abramson e Seligman (1987 [20]), compõem alguns dos aspectos que inviabilizariam considerar-se a proposta, como um todo, sob uma perspectiva analítico-comportamental. Não obstante, um paralelo com a análise do comportamento pode ser estabelecido, a partir de uma discussão incluindo o papel de contingências verbais, em relação à influência do que os autores classificam como “atribuições” sobre o desempenho dos sujeitos.

Mudanças nas funções de eventos, envolvendo processos verbais, e seus efeitos sobre padrões comportamentais associados a fenômenos como a depressão e a ansiedade, são pontuados por alguns autores (e.g.: Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Friman, Hayes & Wilson, 1998; Wilson & cols., 2001). Ao discutir a teoria dos quadros relacionais no contexto das chamadas “psicopatologias”, Wilson e cols. (2001) assinalam que, por meio de relações de estímulo derivadas, um estímulo verbal outrora neutro pode evocar um padrão de respostas associadas, originalmente, a outro estímulo, verbal ou não-verbal. É neste sentido, por exemplo, conforme Dougher e Hackbert (1994 [53]), que respostas verbais como “eu estou doente”, “eu estou deprimido” ou “as coisas nunca irão melhorar” passam a exercer controle sobre o repertório comportamental de um indivíduo reputado depressivo (Dougher & Hackbert, 1994 [53]).

Friman, Hayes & Wilson (1998) ressaltam que respostas verbais – sob a forma de relatos, por exemplo – não apenas descrevem comportamentos e circunstâncias como também podem alterar a função do comportamento ou evento descrito. Com relação ao papel de contingências verbais na ocorrência da depressão, Tourinho (2009) assinala:

Um indivíduo que se comporta de determinados modos em certos contextos e é sensível (ou não) a certas conseqüências pode ser considerado por outros “depressivo” ou não, independentemente de se autodescrever desse modo. Todavia, quando aprende a dizer-se um indivíduo depressivo, dependendo das contingências culturais a que tiver sido exposto, pode estar aprendendo mais do que isso. Pode aprender, também, que sujeitos deprimidos são um fracasso social, têm dificuldades para cumprir funções profissionais, não são bem sucedidos afetivamente etc.. Essas descrições entram no controle de uma ampla gama de outros comportamentos e muito mais relações (e muito mais complexas) passam a ser constitutivas de sua depressão. (p.125)

Friman, Hayes e Wilson (1998) exemplificam que, para humanos, é provável que um estímulo aversivo e o relato deste estímulo estejam bidirecionalmente relacionados e, portanto, compartilhem funções, de maneira que alguns dos efeitos da estimulação aversiva em si podem surgir quando da ocorrência de relatos ligados ao estímulo.

Dois dos aspectos da elaboração apresentada são particularmente úteis para uma abordagem analítico-comportamental do papel de contingências verbais – aludido por Abramson e Seligman (1987 [20]), sob outra perspectiva teórica, no modelo de atribuição – em experimentos com humanos. O primeiro, a nível amplo, refere-se à participação de respostas verbais no controle do repertório comportamental. O segundo, mais específico, diz respeito às relações de estímulo derivadas, por meio das quais diferentes estímulos – verbais ou não-verbais – compartilham funções.

No laboratório, a informação fornecida aos sujeitos do grupo incontrolável de que “há algo a ser feito” com relação ao estímulo apresentado (seja uma resposta para interromper um som ou para solucionar um problema), poderia – diante da independência entre respostas e estimulação apresentada – resultar em respostas verbais como “não tenho habilidade para



resolver esta tarefa” ou “sou incapaz de fazer isso certo”, entre outros. A ocorrência deste responder – por meio de relações envolvendo outros estímulos, verbais ( “nunca consigo fazer nada direito mesmo”) ou não (estímulos presentes durante a manipulação experimental: tipo de tarefa ou de estímulo utilizado) – influenciaria o desempenho dos participantes sob novas contingências, a despeito de nestas realmente haver uma relação de controlabilidade. Como previamente indicado, isto se aplicaria também à depressão, isto é, respostas verbais, a partir de sua participação em uma rede de relações envolvendo diversos outros estímulos, adquiririam funções de estímulo derivadas que participariam do controle de todo um padrão comportamental identificado como depressivo.

Alguns experimentos com desamparo em humanos empregam questionários de atribuição de controle (e.g.: Benson & Kennelly, 1976 [16]; Hiroto & Seligman, 1975 [15]). Nestes, os sujeitos indicam quais fatores reputam responsáveis por seu desempenho (dificuldade das tarefas, habilidades pessoais). Estas respostas verbais, porém, são tratadas apenas em termos de uma confirmação secundária dos procedimentos empregados – ou de reafirmar padrões previamente atribuídos a indivíduos classificados como depressivos –, sem uma atenção aos processos por meio dos quais estímulos verbais alterariam o padrão comportamental apresentado pelos participantes nas sessões de teste. Comparações são feitas entre os relatos fornecidos pelos sujeitos dos grupos experimentais e os efeitos comportamentais verificados. Interessantemente, os experimentos analisados relatam que os sujeitos dos grupos nos quais houve desamparo atribuíram seu insucesso a fatores externos (Benson & Kennelly, 1976 [16]; Hiroto & Seligman, 1975 [15]), conflitando com a suposição de Seligman (1975/1992) e também de Abramson e Seligman (1978 [20]).

Em que pesem as dificuldades e restrições ao se considerarem auto-relatos em manipulações experimentais com humanos, respostas verbais parecem influenciar a ocorrência do desamparo aprendido com estes sujeitos e participam, sobremaneira, das

relações comportamentais envolvidas na ocorrência da depressão. Sublinham-se tais características como suficientes para justificar seu estudo cuidadoso, sob uma perspectiva analítico-comportamental no contexto dos estudos com incontrolabilidade.

Sobre a investigação dos efeitos da incontrolabilidade em humanos destacam-se alguns tópicos. Delineamentos experimentais com humanos e não-humanos diferem, sobretudo com relação aos estímulos empregados e à introdução de variáveis verbais sob a forma de instruções. As manipulações experimentais dos estudos da área são conduzidas em acordo com restrições éticas inerentes a pesquisas com sujeitos humanos. Concomitantemente, buscam uma válida aproximação dos trabalhos com sujeitos não-humanos no que tange ao delineamento empregado e à análise dos resultados produzidos.

A ocorrência de desamparo em humanos não se confirma quando da experiência com reforçamento positivo incontrolável, o que pode constituir um reflexo da insuficiência de dados consistentes relatando desamparo com estimulação apetitiva incontrolável em não-humanos. Os dados obtidos por certos estudos indicam similaridades entre os efeitos da estimulação aversiva incontrolável com humanos e não-humanos. Contudo, fatores relacionados à utilização de reforçamento não-contingente; às limitações nos tipos de estímulos e tarefas; às medidas comportamentais empregadas para avaliação do efeito; e à própria intensidade dos efeitos observados, indicam a necessidade de refinamento dos procedimentos experimentais e replicação de experimentos. Isto caberia tanto no sentido de fornecer dados mais conclusivos quanto de fomentar com maior embasamento possibilidades de generalização, para contextos reais, do fenômeno observado em laboratório.

Com estímulos aversivos incontroláveis, os dados sugerem produção de desamparo. Estes resultados, contudo, podem ser atribuídos a um controle verbal só observado em humanos. Com respeito à relação entre contingências verbais e efeitos da incontrolabilidade em humanos, salienta-se a utilidade da proposta analítico-comportamental, acerca da

participação de estímulos verbais no controle de outras respostas, sobretudo para uma abordagem mais cuidadosa do responder verbal na ocorrência do desamparo aprendido, em laboratório, e de eventuais associações com o fenômeno da depressão.

No que concerne ao padrão de desamparo sob controle (parcial) de estímulos verbais, estes podem ser produzidos sob contingências variadas (a exemplo de contingências sociais) – não apenas sob a condição de incontrolabilidade – e podem decorrer da formação de relações entre estímulos (ou quadros relacionais).

Por fim, os dados produzidos com humanos não constituem evidência empírica suficiente e incontroversa sobre a generalidade do desamparo aprendido com humanos. As explicações nesse domínio são, fundamentalmente, inferenciais e demandam, ainda, investigação sistemática.

## **CAPÍTULO V. TRATAMENTO DA DEPRESSÃO: PONTOS DE CONTATO E DE DISTANCIAMENTO FRENTE À INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA.**

Neste capítulo, abordam-se aspectos ligados aos modos de tratamento da depressão referidos nos textos analisados<sup>17</sup>. A partir dos elementos encontrados, elencam-se as formas de intervenção em termos das relações que estabelecem com a investigação empírica, seja em contexto clínico ou experimental. Ao final, algumas considerações são pontuadas sobre o papel da incontrolabilidade e os procedimentos empregados contra a depressão.

Em grande parte dos estudos, encontra-se a referência ao aumento na taxa de reforçamento positivo como essencial no tratamento da depressão (Azrin & Besalel, 1981 [34]; Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Hersen, Eisler, Alford & Agras, 1973 [8]; Hopkinson & Neuringer, 2003 [61]; Hopko & cols., 2003 [62]; Hopko, Lejuez, & Hopko, 2004 [63]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2004 [64]; Kanter & cols., 2005 [67]; Kanter & cols., 2008 [74]; Lazarus, 1968 [1]; Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]; Leventhal, 2008 [73]; Lewinsohn & Amenson, 1978 [21]; Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Lewinsohn & Graf, 1973 [9]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; McLean & Taylor, 1992 [52]; O'Brien, 1978 [23]; Reisinger, 1972 [5]; Ruggiero & cols., 2007 [71]; Wanderer, 1972 [6]). Algumas diferenças são encontradas, porém, com relação aos procedimentos sugeridos para promover maior acesso a reforçadores.

Intervenções mais frequentemente mencionadas incluem treino de repertório<sup>18</sup> (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Azrin & Besalel, 1981 [34]; Kanter, Baruch &

---

<sup>17</sup>Embora alguns dos componentes pontuados não sejam referidos por estudos de perspectiva, estritamente, analítico-comportamental, sua menção se justifica por caracterizarem uma forma de intervenção baseada em relações comportamentais.

<sup>18</sup>Na classificação “treino de repertório” estão incluídas as especificações “treino de habilidades sociais”, “treino assertivo” e “treino de resolução de problemas”.

Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2004 [64]; Kanter & cols., 2005 [67]; Lazarus, 1968 [1]; Leventhal, 2008 [73]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; Mclean & Hakstian, 1979 [29]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; McLean & Taylor, 1992 [52]; Nezu, 1986 [44]; O'Brien, 1978 [23]; Reisinger, 1972 [5]; Shipley & Fazio, 1973 [12]; Wanderer, 1972 [6], Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]); identificação de variáveis mantenedoras de respostas depressivas e de respostas incompatíveis com a depressão (Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]; O'Brien, 1978 [23]); identificação de fontes alternativas de reforço (Lazarus, 1968 [1]; Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Kanter & cols., 2004 [64]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; Reisinger, 1972 [5]; Ruggiero & cols., 2007 [71]) e monitoração de engajamento em atividades potencialmente reforçadoras (Hopko & cols., 2003 [62]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2004 [64]; Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Lewinsohn & Graf, 1973 [9]; Lewinsohn & Libet, 1972 [4]; Mclean & Hakstian, 1979 [29]; McLean & Taylor, 1992 [52]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; Ruggiero & cols., 2007 [71]; Turner, Ward & Turner, 1979 [31]; Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]). O'Brien (1978 [23]) assinala a importância do treino assertivo da família e de amigos do cliente, com o objetivo de orientá-los a reforçarem positivamente respostas distintas das associadas ao padrão comportamental depressivo.

Nos casos em que o fenômeno da depressão ocorre em co-morbidade com a ansiedade, são indicadas técnicas de relaxamento (O'Brien, 1978 [23]) – também sugeridas em contexto apenas de depressão (Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]) – e dessensitização sistemática (Hopko, Lejuez, & Hopko, 2004 [63]; Nation & Massad, 1978 [22]; O'Brien, 1978 [23]; Wanderer, 1972 [6]).

A análise funcional é ressaltada por alguns estudos (Fester, 1973 [7]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2004 [64]; Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; Turner, Ward &

Turner, 1979 [31]). O emprego de análise funcional envolveria *feedback* do terapeuta sobre os padrões de resposta do cliente e suas consequências, além de incluir treino do cliente para elaborar suas próprias análises funcionais acerca das variáveis relacionadas à ocorrência e manutenção do repertório comportamental.

Trabalhos indicam a construção de listas com hierarquia de atividades potencialmente reforçadoras (Hopko & cols., 2003 [62]; Lewinsohn & Libet, 1972 [4]; O'Brien 1978 [23]; Ruggiero & cols., 2007 [71]; Turner, Ward & Turner, 1979 [31]; Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]), e de repertórios a serem adquiridos ao longo das intervenções (Azrin & Besalel, 1981 [34]; Nation & Massad, 1978 [22]), como um componente eficaz do tratamento da depressão. O uso do manejo de contingências para promover reforçamento positivo de respostas alternativas àquelas associadas à depressão é também referido por alguns estudos (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Jacobson & Gortner, 2000 [57]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11])

Azrin e Besalel (1981 [34]) sugerem que o cliente deve ser ensinado a enfatizar atributos pessoais positivos e eventos reforçadores a fim de reduzir a frequência de respostas verbais identificadas como preocupação. Segundo os autores, o terapeuta incentivaria a elaboração de enunciados relativos a fontes de reforço ainda disponíveis ao indivíduo, de maneira a salientar possibilidades atuais de reforçamento em detrimento de fontes perdidas de reforço. Neste procedimento, seriam utilizadas, por exemplo, listas com perguntas sobre eventos reforçadores passados, pessoas importantes para o cliente e sobre eventos reforçadores em cuja ocorrência o cliente atribuir-se-ia alguma participação (Azrin & Besalel, 1981 [34]). Para Azrin e Besalel (1981 [34]), uma característica válida deste tipo de intervenção residiria no foco sobre os reforçadores acessíveis ao indivíduo em seu contexto presente, sem necessariamente implicar a disponibilização de novos reforçadores.

Com respeito à intervenção para pacientes hospitalizados, o emprego da economia de

fichas é sugerido. Trabalhos apontam a distribuição de fichas – que, por sua vez, seriam trocadas por estímulos reforçadores (pequenos privilégios como, por exemplo, mais tempo para assistir TV) – de maneira contingente à emissão de respostas incompatíveis com a depressão, como um elemento útil do tratamento (Hersen & Eisler, 1973 [8]; Hopko & cols., 2003 [62]; Reisinger, 1972 [5]).

A redução na frequência de respostas de fuga e esquivas é assinalada por alguns autores (Hopko, Lejuez, & Hopko, 2004 [63]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Leventhal, 2008 [73]). O enfraquecimento do padrão comportamental mantido por reforçamento negativo decorreria, principalmente, da exposição do indivíduo a eventos por meio dos quais obtivesse reforçamento positivo.

Também uma intervenção dirigida a contingências verbais é referida. Em estudo comparativo, Kanter, Baruch e Gaynor (2006 [69]), abordam as formas de terapia denominadas Ativação Comportamental (BA – abreviação do inglês *Behavioral Activation*) e Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT – abreviação do inglês *Acceptance and Commitment Therapy*), especificamente com respeito ao fenômeno da depressão. De acordo com os autores, uma diferença relevante entre as duas propostas residiria no fato de a ACT enfatizar o papel de respostas verbais sobre a ocorrência e manutenção da depressão, enquanto para a BA o foco da intervenção recairia, imediatamente, sobre o engajamento do cliente em atividades potencialmente reforçadoras, proporcionando um contato direto com as contingências ambientais e enfraquecendo o padrão comportamental mantido por reforçamento negativo.

Para a ACT, contingências verbais responderiam, em grande parte, pela insensibilidade a contingências diretas observada em alguns indivíduos considerados depressivos, bem como pela predominância do repertório de fuga e esquivas apresentado por estes (Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]). Assim, enquanto a aquisição de repertórios

comportamentais incompatíveis com a depressão constituiria meta primeira para a BA, a ACT buscaria, à priori, estabelecer o que classifica como “desesperança criativa” – idéia focalizada na aceitação de sentimentos e pensamentos “perturbadores”. Diferentemente da esquiva experiencial, em que há um engajamento em tentativas de interromper ou eliminar a ocorrência de eventos privados com função aversiva, na desesperança criativa o cliente seria incentivado, precisamente, a comportar-se de forma oposta, isto é, observar a ocorrência destes eventos sem tentar controlá-los.

Na ACT, o terapeuta analista do comportamento procura explicitar ao cliente contradições entre auto-regras que favoreçam a ocorrência de esquiva experiencial e a ineficácia, a longo prazo, deste tipo de resposta<sup>19</sup> (Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]). Como previamente mencionado, a utilidade da esquiva experiencial é questionada em razão de processos verbais envolvendo funções de estímulo derivadas, por meio dos quais cada vez mais estímulos (outrora neutros) adquiririam função aversiva e passariam a exercer controle sobre as respostas do indivíduo, fortalecendo um padrão de fuga e esquiva e dificultando o contato direto com contingências potencialmente reforçadoras. Segundo Kanter, Baruch e Gaynor (2006 [69]), a escolha entre um tratamento da depressão orientado pela BA ou pela ACT deve ser feita em acordo com o papel exercido por respostas verbais na ocorrência do fenômeno.

Em contraposição ao indicado pela ACT, certos textos analisados incluem o exercício de tentativas de controle e/ou esquiva de eventos privados com função aversiva – esquiva experiencial – como parte dos procedimentos de intervenção utilizados (e.g.: Mclean & Hakstian, 1979 [29]; McLean & Taylor, 1992 [52]; Wanderer, 1972 [6]).

---

<sup>19</sup>Embora na ACT haja ênfase sobre a modificação de funções de estímulo derivadas, o terapeuta busca, na medida do possível, promover experimentalmente este confronto, ao invés de utilizar somente uma abordagem verbal. Isto se justifica pela preocupação em reduzir o controle de comportamento por regras e fortalecer a aprendizagem oriunda da exposição direta às contingências – no que se refere ao padrão mantido por reforçamento negativo – de modo que as novas regras formuladas sejam mais eficientes (Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]).



Mclean & Hakstian (1979 [29]) sublinham um tratamento que ressalte o fenômeno da depressão enquanto um padrão aprendido de respostas e não uma doença. Tal abordagem dar-se-ia em termos de associar, junto ao cliente, a idéia da depressão com um repertório comportamental passível de mudança, a partir da aquisição de novos repertórios e exposição a contingências reforçadoras. Conforme os autores, esta ênfase contribuiria para tornar o cliente menos passivo e mais apto a identificar relações de controle entre suas respostas e eventos positivamente reforçadores.

Alguns trabalhos sugerem a realização, pelos terapeutas, de observações nas residências dos clientes (Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]). Conforme Lewinsohn e Shaffer (1971 [3]), estas observações forneceriam um nível base de informação para definir metas de tratamento e avaliar mudança de repertório comportamental. A partir das observações conduzidas, o terapeuta identificaria padrões de relação interpessoal envolvidos na ocorrência da depressão, responsáveis por uma baixa taxa de reforçamento positivo.

A aquisição de um repertório comportamental variado, meta de uma parte significativa das intervenções voltadas à depressão, foi investigada por Hopkinson e Neuringer (2003 [61]), em experimento com estudantes identificados como depressivos e também com não-depressivos. Na primeira fase, para obter uma linha de base, a probabilidade de 0.5 de reforçamento positivo, foi estabelecida (por sequência pré-definida) para a resposta de digitar uma sequência composta pelos números 1 e/ou 2. Na fase 2, sem modificação experimental aparente, passou a vigorar uma contingência de CRF na qual apenas sequências variáveis de respostas à tarefa eram reforçadas. Conforme os resultados produzidos, estudantes caracterizados como depressivos apresentaram menor nível de variabilidade durante a linha de base, em comparação a estudantes identificados como não-depressivos. Observou-se ainda que a frequência de respostas variadas foi maior na segunda fase do experimento, quando o

padrão de variabilidade era reforçado<sup>20</sup>. Os dados também demonstraram que a contingência estabelecida na fase 2 tornou similares os níveis de variabilidade apresentados por participantes depressivos e não-depressivos. De acordo com Hopkinson e Neuringer (2003 [61]), a generalização destes resultados indicaria que o repertório comportamental pouco variado, característico de muitos indivíduos com depressão, poderia ser alterado por meio de reforçamento explícito da variabilidade. A afirmação careceria, contudo, de maior validação empírica (Hopkinson & Neuringer, 2003 [61]).

Com base em pesquisa realizada para testar os efeitos de reversão do desamparo aprendido, em humanos, pelo uso de reforçamento contínuo ou intermitente, Nation e Massad (1978 [22]) apontam o emprego de reforçamento intermitente como procedimento relevante no tratamento da depressão, especificamente no que concerne à manutenção de novos repertórios adquiridos. No experimento, sujeitos expostos a problemas discriminativos insolúveis e, em seguida, a uma contingência de reforçamento negativo intermitente, demonstraram, posteriormente, maior resistência à extinção da resposta de fuga, em comparação a sujeitos que haviam estado sob esquema de reforçamento negativo contínuo.

Conforme Nation e Massad (1978 [22]), o foco exclusivo sobre situações de êxito em muitos tipos de intervenção pode dificultar a manutenção dos novos repertórios adquiridos. Assim, os autores sugerem a utilização de reforçamento contínuo em uma primeira etapa, quando novos padrões de resposta estão sendo adquiridos pelo cliente. Uma vez estabelecidos estes repertórios, caberia o emprego do reforço intermitente para torná-los mais resistentes à extinção. A elaboração parece útil ao levar-se em conta que, em contextos reais, contingências

---

<sup>20</sup> Hopkinson & Neuringer (2003 [61]) salientam que este dado é consistente com a proposição da variabilidade como uma dimensão operante, sensível a contingências de reforçamento. Os autores indicam que a variabilidade é sensível ao reforçamento de forma similar à topografia e à taxa de resposta. Assim, o dado obtido seria especialmente relevante em âmbito aplicado, pois indicaria um modo por meio do qual a variabilidade de repertório poderia ser diretamente modificada (Hopkinson & Neuringer, 2003 [61]). Vale ressaltar que em experimento conduzido com ratos, Hunziker e cols. (2006 [68]) produziram um padrão comportamental de variabilidade ou repetição em grupos de sujeitos submetidos a contingências que reforçavam positivamente um ou dos dois repertórios.

envolvendo reforçamento intermitente são muito mais freqüentes.

A multiplicidade de componentes, relativos ao tratamento analítico-comportamental da depressão, verificada nas publicações selecionadas reflete a complexidade da depressão enquanto fenômeno do qual podem participar diversas variáveis, tanto no que se refere à sua instalação quanto à sua manutenção. A escolha entre os diversos conjuntos de procedimentos parece depender dos tipos de relações envolvidas em cada ocorrência. Por outro lado, à quantidade de medidas interventivas encontradas deveriam corresponder evidências experimentais respaldando sua aplicabilidade.

A utilização de treino de repertório foi verificada em trabalhos experimentais (Azrin & Besalel, 1981 [34]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; McLean & Taylor, 1992 [52]; Nezu, 1986 [44]; Reisinger, 1972 [5]; Shipley & Fazio, 1973 [12]; Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]) e também em estudos de caso (Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; O'Brien, 1978 [23]; Wanderer, 1972 [6]). A identificação de fontes alternativas de reforço também compôs parte da intervenção em contexto experimental (McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; Reisinger, 1972 [5]) e aplicado (Ruggiero & cols., 2007 [71]). Outro procedimento encontrado tanto em relatos de casos clínicos (Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Ruggiero & cols., 2007 [71]) quanto em investigações experimentais (Hopko & cols., 2003 [62]; Mclean & Hakstian, 1979 [29]; McLean & Taylor, 1992 [52]; Turner, Ward & Turner, 1979 [31]; Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]) constitui a monitoração de engajamento em atividades potencialmente reforçadoras.

O uso de dessensitização sistemática para depressão acompanhada de ansiedade foi observado, sobretudo, em relatos de caso (Hopko, Lejuez, & Hopko, 2004 [63]; O'Brien, 1978 [23]; Wanderer, 1972 [6]), tendo apenas um dos trabalhos experimentais examinados incluído esta técnica (Nation & Massad, 1978 [22]). Por outro lado, o foco sobre utilização de análise funcional foi mais frequente em experimentos (McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11];

Turner, Ward & Turner, 1979 [31]), aparecendo em somente um estudo de caso (Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]). De maneira similar, a economia de fichas foi empregada em um estudo de caso (Reisinger, 1972 [5]) e em dois experimentos (Hersen & Eisler, 1973 [8]; Hopko & cols., 2003 [62]). Já o manejo de contingências compôs a intervenção utilizada em um relato de caso (Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]) e um experimento (McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]).

A construção de listas com hierarquia de atividades potencialmente reforçadoras foi encontrada em mais trabalhos experimentais (Hopko & cols., 2003 [62]; Turner, Ward & Turner, 1979 [31]; Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]) que de caráter clínico (O'Brien 1978 [23]; Ruggiero & cols., 2007 [71]). Da mesma forma, o exercício de esquivas experenciais foi incluído em maior número de trabalhos experimentais (McLean & Hakstian, 1979 [29]; McLean & Taylor, 1992 [52]), tendo apenas um relato de caso utilizado este procedimento (Wanderer, 1972 [6]).

Alguns componentes sugeridos pelos estudos foram utilizados apenas em contexto experimental. Isto se aplica aos itens: técnicas de relaxamento (Zeiss, Lewinsohn & Muñoz, 1979 [33]); construção de listas com hierarquia de metas de repertórios comportamentais (Azrin & Besalel, 1981 [34]; Nation & Massad, 1978 [22]); ênfase em atributos pessoais positivos e eventos reforçadores, incentivo à elaboração de enunciados relativos a fontes de reforço ainda disponíveis, emprego de listas com perguntas sobre eventos reforçadores passados e pessoas significativas para o cliente e foco sobre reforçadores acessíveis no contexto presente (Azrin & Besalel, 1981 [34]); foco na depressão enquanto um padrão aprendido de respostas, passível de modificação a partir da aquisição de novos repertórios e exposição a contingências reforçadoras (McLean & Hakstian, 1979 [29]) e reforçamento de variabilidade comportamental (Hopkinson & Neuringer (2003 [61])).

A utilização de outros componentes foi observada apenas em estudos de caso. São

eles: identificação de variáveis mantenedoras de respostas depressivas e de respostas incompatíveis com a depressão (O'Brien, 1978 [23]); treino assertivo de pessoas de convívio próximo com o cliente (O'Brien, 1978 [23]); técnicas de relaxamento para depressão acompanhada de ansiedade (O'Brien, 1978 [23]); redução na frequência de respostas de fuga e esquiva (Hopko, Lejuez, & Hopko, 2004 [63]) e condução de observações nas residências dos clientes (Lewinsohn & Atwood, 1969 [2]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]).

Acerca das formas de tratamento comportamental elencadas e evidências empíricas correspondentes, destacam-se alguns aspectos. Em primeiro lugar, uma dificuldade inerente à avaliação específica de cada procedimento de intervenção consiste no fato de, em todos os trabalhos, o tratamento utilizado incluir todo um conjunto de componentes reputados como necessários para dar conta das diversas variáveis envolvidas na ocorrência da depressão. As mudanças de padrão comportamental em indivíduos depressivos relatadas por estes estudos são atribuídas à intervenção como um todo, não a uma técnica em particular. Desta forma, os efeitos decorrentes da utilização individual de cada técnica não são facilmente identificáveis. Em que pese a ressalva, referências a esta variedade de procedimentos não devem prescindir de embasamento empírico, tanto no nível experimental quanto de estudos de caso.

Além disso, boa parte dos procedimentos de intervenção referidos foi avaliada em experimentos e utilizada também em relatos de caso, uma evidência favorável ao emprego de tais elementos no tratamento da depressão. Todavia, quantidade expressiva de componentes foi observada apenas em um dos dois campos de estudo, e neste sentido, uma maior investigação pode fornecer bases empíricas mais consistentes.

No que concerne ao alcance da organização de informações apresentada sobre intervenções comportamentais para a depressão, é reconhecida a limitação imposta pelo material a que a presente análise foi circunscrita. Dentre as publicações examinadas, não foram encontradas, por exemplo, evidências empíricas da terapia de aceitação e compromisso

(ACT). Assim, embora tal dado possa indicar a necessidade de trabalhos aplicados oferecendo relatos de intervenções conduzidas com base na ACT, considera-se a existência de investigação neste sentido, ainda que, no objeto de análise delimitado, isto não se tenha evidenciado.

Por fim, cabem algumas considerações no tocante ao papel da incontrolabilidade nas formas de tratamento da depressão. A presença da incontrolabilidade não pode ser apontada como condição necessária para a ocorrência do fenômeno e tampouco parece constituir explicação exclusiva para manutenção deste em qualquer circunstância.

Quando se utiliza, por exemplo, como parte da intervenção, o treino assertivo de amigos e familiares do indivíduo depressivo, instruindo-os que reforcem positivamente outras respostas em detrimento daquelas associadas à depressão, busca-se além da aquisição e fortalecimento de um repertório alternativo, uma modificação nas relações de controle. O reforçamento social positivo na forma de atenção e simpatia, e/ou o reforçamento negativo por meio da esquiva de tarefas podem, dependendo da ocorrência, contribuir expressivamente para a manutenção do quadro depressivo. O indivíduo *controla* o ambiente ao apresentar determinadas respostas. Este controle pode surgir independentemente de o padrão comportamental depressivo ter sido instalado em uma condição de incontrolabilidade. Neste caso, a incontrolabilidade teria participado da aquisição daquele repertório comportamental, porém uma condição de controlabilidade responderia por sua manutenção.

Por outro lado, a suficiência do referido componente, em certos contextos, no que concerne à aquisição e manutenção de padrões de resposta classificados como depressivos indica sua relevância quando de uma elaboração abrangente da depressão, envolvendo os diversos elementos que podem constituí-la e tratá-la.

Neste sentido, intervenções que incluem, a título de exemplo: treino de repertório; manejo de contingências; ensino de análise funcional ao cliente; foco na depressão enquanto

um padrão aprendido de respostas suscetível a modificação; identificação de fontes alternativas de reforço e mesmo uma postura de aceitação de determinados eventos privados com função aversiva<sup>21</sup>; constituem, sob determinado aspecto, modos de viabilizar, com respeito ao cliente, algum controle sobre as contingências, de maneira que o indivíduo adquira ou reaprenda a habilidade de discriminar relações de dependência entre eventos à sua volta e esteja apto a manipular o ambiente para tornar mais provável a obtenção de reforçadores positivos.

Esta premissa é aplicável também ao uso da economia de fichas com pacientes hospitalizados. A distribuição imediata e contingente das fichas à emissão de respostas identificadas como “desejáveis”, aliada à equivalência dos objetos à concessão de estímulos com função reforçadora, evidencia, para os pacientes, uma relação de dependência entre eventos. O recebimento de fichas constitui a consequência imediata que indica um acesso posterior a estímulos reforçadores. O procedimento é eficaz porque há a aprendizagem de que se pode controlar a obtenção de reforçadores comportando-se de maneiras determinadas.

Com relação à BA e à ACT, formas de intervenção previamente referidas, observa-se uma diferença de enfoque nos modos como a questão da (in)controlabilidade é contemplada no tratamento da depressão. Para a BA, o foco recai sobre o engajamento em atividades potencialmente reforçadoras. Prioriza-se a aprendizagem de relações de controle por contato direto com as contingências. Já na ACT, a priori, a ênfase é conferida aos processos verbais na manutenção do repertório comportamental característico da depressão, e também à aprendizagem de aceitação da ocorrência de eventos privados com função aversiva (desesperança criativa). Para a ACT, parece fundamental – além de evitar a ampla gama de relações de estímulo derivadas que podem surgir a partir da esQUIVA EXPERENCIAL –, primeiramente, reduzir a eventual condição de incontrolabilidade experienciada pelo indivíduo

---

<sup>21</sup> A idéia de controle no que se refere a padrões de resposta incompatíveis com a esQUIVA EXPERENCIAL é válida ao se considerar que, na esQUIVA EXPERENCIAL, tentativas sem êxito de exercer controle sobre eventos privados com função aversiva acentuam a falta de controle sobre a ocorrência destes eventos.

quando do engajamento na esQUIVA EXPERENCIAL. O incentivo ao contato direto com as contingências e a aprendizagem daí decorrente são também uma etapa relevante deste tipo de intervenção, todavia, o foco inicial é direcionado ao estabelecimento da denominada desesperança criativa em detrimento da identificação, engajamento e monitoramento de atividades, primordialmente ressaltados pela BA.

Quanto à esQUIVA EXPERENCIAL, há dissidências acerca de seus efeitos sobre a depressão. Enquanto, de acordo com a ACT, a esQUIVA EXPERENCIAL promove a formação de um vasto leque de relações de estímulo derivadas – por meio das quais estímulos verbais, anteriormente neutros e não relacionados aos estímulos verbais originalmente aversivos, adquirem, por sua vez, função aversiva, evocando os mesmos padrões de respostas que os estímulos verbais aos quais foram associados – alguns autores (McLean & Hakstian, 1979 [29]; McLean & Taylor, 1992 [52]; Wanderer, 1972 [6]) indicam a tentativa de controle de pensamentos e sentimentos aversivos como procedimento contra a depressão.

As argumentações são basicamente opostas. O argumento contrário à prática da esQUIVA EXPERENCIAL aponta que a ineficácia da mesma reside em acentuar a incontrolabilidade experienciada quando da tentativa de controle sobre a ocorrência de eventos privados. Segundo a proposta favorável ao procedimento, tentativas de controlar ou interromper eventos privados com função aversiva efetivamente resultam na redução destes eventos e contribuem para o término da depressão. No exame dos textos, não foram localizadas especificações experimentais dos contextos nos quais a condição de incontrolabilidade pode ser mitigada ou acentuada pelo exercício da esQUIVA EXPERENCIAL, de forma que uma investigação cuidadosa do tema carece ser realizada.

Um último ponto sublinhado refere-se ao papel da incontrolabilidade na manutenção de novos repertórios, alternativos aos associados à depressão. Com base em experimento conduzido, Nation e Massad (1978 [22]) defendem a importância do reforçamento



intermitente em fase posterior da terapia, uma vez que os padrões comportamentais incompatíveis com a depressão já foram adquiridos. Este tipo de reforçamento, conforme os autores, tornaria mais resistentes à extinção os novos repertórios. Assim, ocasiões nas quais responder (em ambiente de intervenção) não trouxesse reforço ensaiariam uma condição real de incontrolabilidade. Contudo, a sucessão de ocasiões em que respostas (de mesma classe da que não fora conseqüenciada) recebessem conseqüência positiva, fortaleceria a aprendizagem de que eventos reforçadores podem seguir períodos de extinção. Neste sentido, ainda que a condição temporária de incontrolabilidade não responda, por si só, pelo fortalecimento do repertório adquirido, o efeito é produzido pela alternância entre as duas condições (controle e não-controle). À incontrolabilidade, pois, seria atribuída relevância na reversão, ao invés de, exclusivamente, na instalação ou manutenção, do padrão comportamental depressivo.

A partir das formulações apresentadas neste capítulo, a relação entre incontrolabilidade e depressão poderia ser caracterizada por um ou mais dos seguintes aspectos: 1) Suficiência, porém não necessidade, da incontrolabilidade enquanto condição responsável pelo surgimento e manutenção do padrão comportamental depressivo; 2) Ênfase, de boa parte dos procedimentos empregados no tratamento comportamental da depressão, sobre o ensino da discriminação de relações de controle entre respostas e eventos ambientais, bem como a aquisição de repertórios por meio dos quais seja possível a manipulação de contingências para disponibilizar reforçadores positivos, consolidando a aprendizagem de que responder – mais que isto, responder de modo incompatível com a depressão – dá acesso aos reforçadores; 3) Escassez de dados demonstrando a validade dos argumentos de acordo com os quais o exercício de esquiva experiencial acentuaria a experiência de incontrolabilidade ou resultaria no controle efetivo de sentimentos e pensamentos; 4) Participação da incontrolabilidade no fortalecimento de novos repertórios adquiridos pelo cliente e incompatíveis com a depressão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do conceito de incontrolabilidade a partir dos textos selecionados, observaram-se usos distintos do termo. Constatou-se que a mesma topografia verbal é emitida pelos diversos autores sob controle de diferentes eventos, sintetizados da seguinte forma: 1) não responsividade a um ambiente experimental onde haveria a liberação de uma (classe de) estimulação aversiva específica de forma sucessiva e não contingente a uma (classe de) resposta específica; 2) não responsividade a um ambiente experimental onde uma estimulação qualquer (aversiva ou apetitiva) seria apresentada de modo sucessivo e não contingente a uma (classe de) resposta específica; 3) probabilidades iguais ou aproximadas de produção de um (a classe de) estímulo pela emissão ou não emissão de uma (classe de) resposta, contingente ou não a outras respostas; e 4) não responsividade a um ambiente real após contato com estimulação aversiva única à qual se associa a indisponibilidade de reforço positivo antes contingente.

Foi assinalada a necessidade de maior clareza conceitual com relação à incontrolabilidade referida pelos estudos experimentais examinados e à condição efetivamente empregada nestes trabalhos, não somente para avaliar de modo mais preciso os resultados produzidos em laboratório e a generalização destes dados como também para viabilizar um diálogo coerente com experiências reais de incontrolabilidade envolvendo a instalação de padrões de resposta identificados com a depressão.

Não foram encontradas definições do conceito de incontrolabilidade nos textos voltados à área clínica, apenas referências indiretas (ex.: “o desamparo aprendido seria resultado da exposição a eventos aversivos incontroláveis”) em menções ao desamparo aprendido como modelo animal de depressão. Esta ausência de definição pode denotar tanto um distanciamento entre os dados obtidos por experimentos e o que é produzido em âmbito

aplicado, quanto uma apropriação de conceitos oriundos do campo experimental – a exemplo do modelo de desamparo aprendido – pela área aplicada sem uma discussão crítica da pertinência destes conceitos na generalização para contextos mais amplos. Neste sentido, um maior integração entre as duas linhas de investigação – aplicada e empírica – deve ser desenvolvido.

Acerca dos efeitos da incontrolabilidade de estímulos aversivos e apetitivos, indica-se que a escassez de uniformidade nos procedimentos experimentais, empregados por estudos conduzidos com estímulos incontroláveis de natureza distinta, e de replicações destes estudos, constitui empecilho para a comparação entre os diversos dados produzidos na área. A divergência entre resultados relatados, especialmente com emprego de estimulação apetitiva incontrolável, além de dissentir da proposição original do desamparo aprendido – segundo a qual ocorreria déficit de aprendizagem quando da experiência com estímulos incontroláveis aversivos e apetitivos (Seligman, 1975/1992) – enfraquece a consistência do desamparo aprendido em contexto experimental e dificulta uma generalização válida do fenômeno para contextos reais relacionados à depressão, sobretudo no que tange a eventos apetitivos incontroláveis.

Em termos específicos, no exame de experimentos com diferentes tipos de estimulação incontrolável verificou-se: 1) Heterogeneidade nos procedimentos de estudos que obtiveram desamparo aprendido com estímulos apetitivos nas fases de tratamento e de teste; 2) Heterogeneidade nos arranjos experimentais de estudos que não produziram desamparo com estimulação apetitiva nas duas fases; 3) Homogeneidade de arranjos experimentais em estudos empregando estímulos aversivos no tratamento e apetitivos no teste com produção de desamparo; 4) Heterogeneidade de respostas utilizadas na fase de teste por estudos que produziram ou não desamparo com estimulação aversiva no tratamento e apetitiva no teste; 5) Heterogeneidade de respostas utilizadas na fase de teste por estudos com estimulação

apetitiva no tratamento e aversiva no teste; 6) Heterogeneidade de respostas utilizadas na fase de teste por estudos que produziram ou não desamparo com estimulação apetitiva em ambas as fases; 7) Relato de efeito mais sutil por estudos que produziram desamparo com estimulação apetitiva incontrolável no tratamento, em comparação ao obtido após exposição à incontrolabilidade aversiva; 8) Falta de consistência em dados produzidos com estimulação apetitiva incontrolável e incompatibilidade em relação à proposição original do desamparo aprendido; 9) Imprecisão teórica e experimental acerca das condições nas quais a exposição a eventos apetitivos incontroláveis produziria desamparo.

Sublinha-se que o alcance da associação entre os efeitos da incontrolabilidade em ambiente experimental (desamparo aprendido) e em situação real (depressão) deve ser respaldado por um conjunto consistente de resultados. Observou-se algum consenso, entre os vários experimentos examinados (e.g.: Jackson, Alexander & Maier, 1980; Hunziker & Santos, 2007, experimento 2; Kelsey, 1977, experimento 1; Maier, Albin & Testa, 1973 [10], experimentos 5 e 6; Overmier & Seligman, 1967, experimento 1; Yano & Hunziker, 2000, experimento 1), apenas no tocante à produção de desamparo por meio da exposição a estímulos incontroláveis aversivos. Isto sugere que as relações possíveis de serem estabelecidas entre incontrolabilidade e depressão, até o momento, restringem-se à incontrolabilidade aversiva, não havendo ainda uma quantidade robusta de dados embasando a ocorrência de efeitos comportamentais em alguma medida comparáveis à depressão humana, quando da exposição a eventos reforçadores incontroláveis.

A indicação é válida também no que se refere à área clínica de tratamento analítico-comportamental da depressão. Nos estudos analisados, as variáveis instaladoras de padrões comportamentais depressivos, quando relacionadas a uma condição de incontrolabilidade, como no caso da extinção (Dougher & Hackbert 1994 [53]; Fester, 1973 [7]), referem-se somente à incontrolabilidade aversiva. Este predomínio de referência a eventos aversivos

incontroláveis, nos trabalhos da área clínica examinados, talvez reflita a própria divergência de dados com estimulação apetitiva em âmbito experimental ou, por si só, pode constituir um dado relevante acerca da insuficiência deste componente para o surgimento da depressão. Em todo caso, o papel de eventos reforçadores incontroláveis na ocorrência do desamparo aprendido e na instalação de repertórios comportamentais identificados como depressivos ainda requer investigação.

Com respeito às variáveis envolvidas no surgimento e manutenção da depressão, ressaltam-se os seguintes aspectos: 1) Multiplicidade de variáveis instaladoras da depressão; 2) Variabilidade comportamental como fator crítico para (não) instalação de respostas associadas ao fenômeno; 3) A manutenção do padrão comportamental depressivo pode envolver um ou mais – e daí dependerá a complexidade de cada ocorrência – desses componentes: reforçamento positivo, reforçamento negativo, variáveis culturais, engajamento em esquivas experenciais e processos verbais; 4) Possível insuficiência da remoção de variáveis instaladoras para reverter a depressão.

A diversidade de componentes relativos à instalação e à manutenção dos padrões comportamentais depressivos sugere que a escassez de um modelo estruturado sobre a depressão – referida no início do presente trabalho – pode estar ligada à sua característica de fenômeno multifacetado e complexo. Diferentes autores focalizam aspectos distintos que podem compor o mesmo evento em diferentes ocorrências. Com base nisso, a elaboração de um modelo comportamental único para a depressão pode ser útil na medida em que contemple este leque de variáveis. O modelo elaborado por Tourinho (2006b) oferece contribuições neste sentido ao propor uma abordagem de fenômenos comportamentais – inclusive aqueles aos quais se atribui relação com o componente da privacidade, como no caso da depressão – a partir de um continuum de complexidade.

De acordo com o modelo de complexidade (Tourinho, 2006b), eventos

comportamentais seriam mais ou menos complexos dependendo do conjunto de relações envolvidos em sua ocorrência. Comportamentos mais complexos envolveriam relações entrelaçadas determinadas por variáveis dos três níveis referidos por Skinner<sup>22</sup> (1981): filogenético, ontogenético e cultural; enquanto fenômenos menos complexos incluiriam relações compostas por variáveis somente do primeiro e do segundo níveis. A partir desta análise, a instalação e manutenção de padrões comportamentais considerados depressivos seriam compreendidas como eventos de maior ou menor complexidade, conforme as relações entrelaçadas existentes.

Na depressão, pode haver um conjunto de relações envolvendo respostas fisiológicas condicionadas eliciadas quando da exposição de indivíduos a determinados esquemas, como punição (Dougher & Hackbert, 1994 [53]) e extinção (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Fester, 1973 [7]). Estas relações confeririam ao evento um grau de complexidade menor, quando comparado a ocorrências incluindo o predomínio de variáveis ontogenéticas, a exemplo de contingências de reforçamento negativo respondendo pelo repertório comportamental identificado com a depressão (Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Fester, 1973 [7]; Hopko, Lejuez & Hopko, 2004 [63]; Kanter & cols., 2005 [67]; Lejuez, Hopko, & Hopko, 2001 [59]; Leventhal, 2008 [73]). A participação de contingências verbais na instalação e manutenção do fenômeno (cf.: Dougher & Hackbert, 1994 [53]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2008 [74]; Hayes & cols., 2006; Wilson & cols., 2001), por sua vez, indicaria um grau de complexidade ainda maior, por incluir relações indiretas envolvendo processos verbais e determinadas pelo nível cultural de variação e seleção.

A análise da depressão sob o enfoque do modelo de complexidade (Tourinho, 2006b) é também relevante em contexto clínico de intervenção. A identificação dos tipos de relações

---

<sup>22</sup> *Complexidade* indicaria uma noção de *inclusividade*, pois fenômenos comportamentais mais complexos *incluiriam* entrelaçados de relações formadas por variáveis dos níveis anteriores (Tourinho, 2006b). Deste modo, um comportamento seria considerado mais complexo por incluir contingências dos três níveis, e não apenas relações produzidas por variáveis culturais, por exemplo.

que participam da aquisição e fortalecimento do repertório comportamental depressivo instrumentaliza a escolha de medidas direcionadas àquelas relações. Isto se mostra especialmente útil dada a diversidade de procedimentos indicados na literatura.

Deste modo, por exemplo, o emprego de técnicas de relaxamento (O'Brien, 1978 [23]) e dessensitização sistemática (Hopko, Lejuez, & Hopko, 2004 [63]; Nation & Massad, 1978 [22]; O'Brien, 1978 [23]; Wanderer, 1972 [6]) para reduzir reações emocionais, em casos de depressão acompanhada de ansiedade, pode ser eficaz se as relações constitutivas da depressão definem-se primordialmente em termos daqueles respondentes condicionados. Já o manejo de contingências (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Jacobson & Gortner, 2000 [57]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; McLean, Ogston & Grauer, 1973 [11]) e o treino de repertório (e.g.: Azrin & Besalel, 1981 [34]; Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]; Kanter & cols., 2004 [64]; Kanter & cols., 2005 [67]; Leventhal, 2008 [73]; Lewinsohn & Shaffer, 1971 [3]; MacPhillamy & Lewinsohn, 1974 [14]; Mclean & Hakstian, 1979 [29]; McLean, Ogston, & Grauer, 1973 [11]; McLean & Taylor, 1992 [52]) caracterizariam tratamento mais eficaz para indivíduos com alta frequência de respostas de fuga e esquiva. A intervenção com foco sobre contingências verbais (Kanter, Baruch & Gaynor, 2006 [69]), por outro lado, seria aplicável a contextos em que relações verbais, culturalmente originadas, constituiriam uma parte significativa do fenômeno.

A complexidade do que se reconhece como depressão e a variedade dos elementos referidos como relevantes para sua ocorrência, manutenção e tratamento dependeria, portanto, dos tipos de relações incluídas. Assim, uma leitura analítico-comportamental do evento requereria a análise funcional de todas as relações entrelaçadas – diretas e indiretas – envolvidas em cada ocorrência do fenômeno.

Sobre a relação entre incontrollabilidade, ansiedade e depressão, sublinham-se os seguintes fatores: 1) Esquiva experiencial como elemento que acentua a função aversiva da

incontrolabilidade na ansiedade e na depressão; 2) Diferentes efeitos atribuídos à estimulação pré-aversiva, na ansiedade – que conferiria previsibilidade ao fenômeno, mas passaria a evocar as mesmas respostas eliciadas pelo estímulo aversivo, em razão de tê-lo antecedido no passado – e em alguns experimentos na área do desamparo aprendido empregando estimulação sinalizadora, nos quais a apresentação do estímulo sinalizador também permitiria um certo nível de previsão, porém, contrariamente ao efeito atribuído à estimulação pré-aversiva, inibiria respostas caracterizadas como medo/ansiedade – ao indicar um período livre de estimulação aversiva.

No que concerne à incontrolabilidade associada à ansiedade e à depressão, não é possível afirmar se o mesmo conceito está sendo empregado nos diferentes trabalhos. Enquanto a incontrolabilidade é definida por autores (Abramson, Seligman & Teasdale, 1978 [20]; Alloy & Bersh, 1979 [27]; Caspy & Lubow, 1981 [35]; Job, 1989 [49]; Hunziker, 1982 [37]; Hunziker, 1997 [56]; Hunziker, 2001 [58]; Hunziker, 2005 [66]; Hunziker, Yamada, Manfré & Azevedo, 2006 [68]; Levis, 1976 [17]; Maier, Albin & Testa, 1973 [10]; Maier, & Seligman, 1976 [18]; Prindaville & Stein, 1978 [24]; Rossellini, 1978 [25]; Rossellini & DeCola, 1981 [36]; Winefield & Tiggemann, 1978 [26]) em contexto de investigação do desamparo aprendido, nos trabalhos abordando a ansiedade (Eifert & Heffner, 2003 [60]; Forsyth & Eifert, 1996; Kashdan & cols., 2006 [70]; Zvolensky, Lejuez & Eifert, 1998) não são apresentadas definições, somente referências, de modo que os eventos sob controle dos quais se utilizam o termo não são identificáveis.

Quanto à relação entre incontrolabilidade e sinalização pré-aversiva, destacam-se alguns pontos. A presença do estímulo com função pré-aversiva constitui um dos elementos definidores da ansiedade (Queiroz & Guilhardi, 2001; Skinner, 1953/1965). Na investigação do desamparo aprendido, à apresentação de estímulos sinalizadores é atribuído o efeito de interferência sobre o déficit de aprendizagem, produzido pela experiência com estimulação



aversiva incontrolável. A sinalização de um período livre de choques reduziria respostas de medo/ansiedade, impedindo o efeito do desamparo aprendido quando da exposição a uma nova contingência.

Além dos diferentes efeitos conferidos à estimulação pré-aversiva – eliciação de respondentes após história de pareamento com o estímulo aversivo, no caso da ansiedade; e inibição do medo, nos estudos com desamparo aprendido – cabe outra questão: se a presença de estimulação pré-aversiva caracteriza o fenômeno da ansiedade, como tratar a relação entre desamparo aprendido e depressão nos estudos com estímulos incontroláveis sinalizados, que fenômeno estaria sendo efetivamente investigado? O esclarecimento destes tópicos requer manipulações experimentais e reformulações conceituais que fogem ao escopo do presente trabalho, constituindo, porém, questões relevantes para uma agenda futura de investigação.

Com relação aos efeitos da incontrolabilidade em humanos, a análise efetuada reafirma a necessidade de cautela, assinalada por Hunziker (2005), em generalizações do modelo do desamparo aprendido para situações reais envolvendo depressão. Fatores ligados à insuficiência de dados confirmando ocorrência de desamparo com humanos após experiência com estimulação apetitiva incontrolável; às características dos procedimentos experimentais utilizados; às medidas comportamentais empregadas para avaliação do efeito e ao controle verbal, revelam a necessidade de refinamento dos procedimentos experimentais e replicação de trabalhos para a obtenção de evidências incontrovertidas sobre a generalidade do desamparo com humanos.

Por fim, acerca da pertinência do conceito de incontrolabilidade na análise comportamental da depressão e seu lugar em um sistema abrangente de intervenção clínica analítico-comportamental, sublinham-se alguns aspectos críticos. Primeiro, a incontrolabilidade constitui fator suficiente, embora não obrigatório, para a aquisição e manutenção do repertório comportamental identificado com a depressão. Segundo, grande

parte dos procedimentos, incluídos no tratamento comportamental da depressão, focaliza o ensino da discriminação de relações de controle entre respostas e eventos ambientais, além da aquisição de repertórios para manipular contingências e disponibilizar reforçadores positivos. A finalidade da intervenção parece ser consolidar a aprendizagem de que responder (de modo incompatível com a depressão) dá acesso aos reforçadores. A ênfase reside na obtenção de fontes alternativas de reforço, buscando-se enfraquecer o padrão comportamental mantido por reforçamento negativo. Deste modo, o controle sobre eventos aversivos é abordado de maneira indireta, por meio da aquisição de controle sobre os reforçadores. Os efeitos comportamentais resultantes de cada tipo de aprendizagem – controle de reforçadores positivos e controle de eventos aversivos – merecem ainda ser especificados. Além disto, cabe assinalar o papel da condição de incontrolabilidade no fortalecimento de novos padrões de resposta, incompatíveis com a depressão (Nation & Massad, 1978 [22]). A condição de incontrolabilidade, pois, constitui um componente relevante para o surgimento, manutenção e também tratamento da depressão.

Neste trabalho, buscou-se identificar e demarcar relações entre o conceito de incontrolabilidade e o fenômeno da depressão. Em decorrência da associação entre incontrolabilidade e o modelo do desamparo aprendido, vários aspectos relacionados a este último foram abordados, na medida em que constituíssem elementos relevantes para avaliar-se a generalização entre desamparo e depressão.

Enquanto a análise conduzida esclareceu algumas das questões propostas, também suscitou outras, ligadas a fatores como: a correspondência entre o conceito de incontrolabilidade e a condição experimentalmente estabelecida no laboratório; os efeitos de diferentes tipos de estimulação incontrolável; a produção de desamparo aprendido em humanos e a participação de processos verbais; os diferentes efeitos da sinalização pré-aversiva de estímulos incontroláveis. A investigação destes aspectos poderá complementar o

panorama delineado e oferecer embasamento mais sólido para argumentos contrários ou favor do desamparo aprendido como um modelo animal de depressão.

Sublinha-se, por fim, a relevância do conceito de incontrolabilidade para uma compreensão abrangente da depressão, refletida nos conjuntos de variáveis apontados como possíveis componentes do fenômeno e também nas medidas de intervenção. Assinala-se, contudo, que a análise da relação incontrolabilidade-depressão carece ainda de estudos empíricos, aplicados e conceituais orientados por objetivos que priorizem aspectos como: especificação dos efeitos comportamentais da condição de incontrolabilidade e dos contextos onde tais efeitos se dão; correspondência mais cuidadosa entre os conhecimentos obtidos em âmbito de intervenção e os resultados experimentalmente produzidos; além de maior clareza conceitual entre as definições de incontrolabilidade utilizadas pelos diversos autores e a condição efetivamente estabelecida em nas manipulações experimentais.

## REFERÊNCIAS

- Abramson, L. Y., Seligman, M. E. P. & Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*, 87(1), 49-74.
- Alloy, L. B. & Abramson, L. Y. (1982). Learned Helplessness, Depression, and the Illusion of Control. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42(6), 1114-1126.
- Alloy, L. B. & Bersh, P. J. (1979). Partial control and learned helplessness in rats: Control over shock intensity prevents interference with subsequent escape. *Animal Learning and Behavior*, 7(2), 157-164.
- Altenor, A., Volpicelli, J. R. & Seligman, M. E. P. (1979). Debilitated shock escape is produced by short- and long-duration inescapable shock: Learned helplessness vs. learned inactivity. *Bulletin of Psychonomic Society*, 14(3), 337-339.
- American Psychological Association. (2001). *Publication manual of the American Psychological Association* (5<sup>a</sup> ed.). Washington, D.C.: Autor.
- Anisman, H.; deCatanzaro, D.; Remington, G. (1978). Escape performance following exposure to inescapable shock: Deficits in motor response maintenance. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 4(3), 197-218.
- Azrin, N. H. & Besalel, V. A. (1981). An operant reinforcement method of treating depression. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 12(2), 145-151.
- Azrin, N. H. & Holz, W. C. (1975). Castigo. Em W. K. Honig. (Org.), *Conducta operante: investigación y aplicaciones*. (pp. 455-531) (F. López, E. Galindo e E. R. Iñesta, Trads.). México: Trillas. Publicado originalmente em 1966.
- Balleine, B. & Job, R. S. (1991). Reconsideration of the role of competing responses in demonstrations of the interference effect (learned helplessness). *Journal of*

*Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*. 17(3), 270-280.

- Barbosa, C. (2004). Ansiedade: Possíveis intervenções na análise do comportamento. Em M.Z.S. Brandão; F. C. S Conte; F. C. Brandão; Y. K. Ingberman; V. M. Silva; S. O. Oliane (Orgs.). *Sobre comportamento e cognição*, Vol 13. pp. 163-167. Santo André, SP. ESEtec.
- Barnes-Holmes, D., Hayes, S. C., Dymond, S. & O'Hara, D. (2001). Multiple Stimulus Relations and the Transformation of Stimulus Functions. Em S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 51-71). New York: Kluwer/Plenum.
- Beatty, W. W. & Maki, W. S. (1979). Acquisition of instrumental responding following non-contingent reinforcement: failure to observe "learned laziness" in rats. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 13(4), 268-271.
- Benson, J. S. & Kennelly, K. J. (1976). Learned helplessness: The result of uncontrollable reinforcements or uncontrollable aversive stimuli? *Journal of Personality and Social Psychology*, 34(1), 138-145.
- Bersh, P. J., Whitehouse, W. G., Blustein, J. E. & Alloy, L. B. (1986). Interaction of Pavlovian conditioning with a zero operant contingency: Chronic exposure to signaled inescapable shock maintains learned helplessness effects. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*. 12(3). 277-290.
- Blaney, P. H. (1977). Contemporary theories of depression: Critique and comparison. *Journal of Abnormal Psychology*. 86(3), 203-223.
- Bracewell, R. J. & Black, H. T. (1974). The effects of restraint and noncontingent pre-shock on subsequent escape learning in rat. *Learning and Motivation*, 5, 53-69.
- Calef, R. S., Metz, R. A., Atkinson, T. L., Pellerzi, R. C., Taylor, K. S. & Geller, E. S. (1984). Acquisition of running in straight alley following experience with response-

- independent food. *Bulletin of the Psychonomic Society*, 22(11), 67-69.
- Capelari, A. & Hunziker, M. H. L. (2005). Aprendizagem de Fuga após Estímulos Apetitivos Incontroláveis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(1), 99-107.
- Carvalho Neto, M. B.; Ferreira, D. C. (2009). O Desamparo aprendido como um Modelo Animal de Depressão, o quê estamos medindo? *Resumos do XVIII Encontro Brasileiro de Psicoterapia e Medicina Comportamental*. Campinas: SP.
- Carvalho Neto, M. B.; Maestri, T. C. & Menezes, E. S. R. (2007). O Jato de Ar Quente como Estímulo Aversivo: Efeitos Supressivos da Exposição Prolongada em *Rattus norvegicus*. *Acta Comportamentalia*, 15(2), 171 - 190.
- Carvalho Neto, M. B.; Maestri, T. C.; Tobias, G. K. S.; Ribeiro, T. C.; Coutinho, E. C.; Moraes; Oliveira, R. C. V.; Ferreira, F.; Farias, D. Chaves ; Gomes, D. M. (2005). O jato de ar quente como estímulo punidor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(3), 335-339.
- Caspy, T. & Lubow, R. E. (1981). Generality of US pre-exposure effects: transfer from food to shock or shock to food with and without the same response requirements. *Animal Learning and Behavior*, 9(4), 524-532.
- Catania, A. C. (1999). *Aprendizagem: Comportamento, Linguagem e Cognição*. Trad. Deisy das Graças de Souza (et al.). (4a. ed). Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1998).
- Cavalcante, S. N. & Tourinho, E. Z. (2001). Prescrição de drogas psicoativas na intervenção clínica: Considerações de uma perspectiva analítico-comportamental. Em: Guilhardi, H. J. (org). *Sobre Comportamento e Cognição* (vol.8, pp.420-433) Santo André: ESETec.
- Coelho, N. L. (2006). *O conceito de ansiedade na análise do Comportamento*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém.

- Coêlho, N. L. & Tourinho, E. Z. (2008). O Conceito de Ansiedade na Análise do Comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 171-178.
- Dougher, M. J. & Hackbert, L. (1994). A behavior-analytic account of depression and a case report using acceptance-based procedures. *The Behavior Analyst*, 17, 321-334.
- DSM-IV-TR (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed.
- Eifert, G. H. & Heffner, M. (2003). The effects of acceptance versus control contexts on avoidance of panic-related symptoms. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 34(3-4), 293-312.
- Elias, N. (1994). A sociedade de indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Tradução de V. Ribeiro. Publicado originalmente em 1987.
- Erbetta, K. C. H. S. (2004). Efeito do tratamento com reforço positivo sobre o desamparo aprendido em ratos. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Estes, W. K. & Skinner, B. F. (1961). Some quantitative properties of anxiety. Em B. F. Skinner (Ed.), *Cumulative record. Enlarged Edition*. 2ª Edição (pp. 393-404).
- Ferrándiz, P. & Vincent, F. (1997). The conditioned attention theory and bifactorial theory on the learned helplessness syndrome in appetitive contexts. *International Journal of Psychology*, 32(6), 399-408.
- Fester, C. B. (1973). A functional analysis of depression. *American Psychologist*, 28, 857-870.
- Fester, C. B., Culbertson, S., & Perrot-Boren, M. C. (1979). Depressão Clínica. Em: Fester, C. B., *Princípios do comportamento*. (pp. 699-725). São Paulo: Hucitec.
- Foa, E. B., Zinbarg, R. & Rothbaum, B. O. (1992). Uncontrollability and unpredictability in post-traumatic stress: an animal model. *Psychological Bulletin*, 112(2), 218-238.
- Forsyth, J. P.; Eifert, G. H. (1996). Systematic alarms in fear conditioning I: A reappraisal of

- what is being conditioned. *Behavior Therapy*, 27, 441-462.
- Friman, P. C., Hayes, S. C. & Wilson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 31, 137-156.
- Glazer, H. I. & Weiss, J. M. (1976a). Long term and transitory interference effects. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 2, 191-201.
- Glazer, H. I. & Weiss, J. M. (1976). Long- Term Interference effect: an alternative to “Learned Helplessness”. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 2, 202 – 213.
- Gronli, J. (2006). *Chronic Mild Stress – An animal model of depression*. PhD. Thesis. Department of Biomedicine, Section of Physiology, University of Bergen, Norway. 55 pp.
- Hayes, S. C. (2004). Acceptance and commitment therapy, relational frame theory, and the third wave of behavioral and cognitive therapies. *Behavior Therapy*, 35, 639–665.
- Hayes, S. C.; Fox, E.; Wilson, K. G.; Barnes-Holmes, D. & Healy, O. (2001). Derived Relational Responding as Learned Behavior. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 21-49). New York: Kluwer/Plenum.
- Hayes, S. C., & Gifford, E. V. (1997). The trouble with language: Experiential avoidance, rules, and the nature of verbal events. *Psychological Science*, 8, 170–173.
- Hayes, S. C., Luoma, J. B., Bond, F. W., Masuda, A., & Lillis, J. (2006). Acceptance and commitment therapy: Model, processes and outcomes. *Behavior Research and Therapy*, 44, 1–25.
- Hersen, M., Eisler R. M., Alford, G. S. & Agras, W. S. (1973). Effects of token economy on neurotic depression: An experimental analysis, *Behavior Therapy*, 4, 392-397.



- Hiroto, D. S. (1974). Locus of control and learned helplessness. *Journal of Experimental Psychology*, 102(2), 187-193.
- Hiroto, D. S. & Seligman, M. E. P. (1975). Generality of learned helplessness in man. *Journal of Personality and Social Psychology*, 31(2), 311-327.
- Hopkinson, J. & Neuringer, A. (2003). Modifying Behavioral Variability in Moderately Depressed Students. *Behavior Modification*, 27, 251 - 264.
- Hopko, D. R., Lejuez, C. W., & Hopko, S. D. (2004). Behavioral activation as an Intervention for Coexistent Depressive and Anxiety Symptoms. *Clinical Case Studies*, 3, 37-48.
- Hopko, D. R., Lejuez, C. W., Le Page, J. P., Hopko, S. D., & McNeil, D. W. (2003). A brief behavioral activation treatment for depression: A randomized trial within an inpatient psychiatric hospital. *Behavior modification*, 27, 458-469.
- Hunziker, M. H. L. (1982). Considerações metodológicas sobre o estudo da incontrolabilidade. *Psicologia* 8(3), 61-77.
- Hunziker, M. H. L. (1997). Um olhar crítico sobre o estudo do desamparo aprendido. *Estudos de Psicologia*, 14(3), 17-26.
- Hunziker, M. H. L. (2001a). O desamparo aprendido e a análise funcional da depressão. Em Zamignani, D. R. (org.). *Sobre comportamento e cognição: a aplicação da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental no hospital geral e nos transtornos psiquiátricos* (vol. 3, pp. 143-151) Santo André: ESETec.
- Hunziker, M. H. L. (2001b). O estudo do desamparo aprendido como estratégia de uma ciência histórica. In: Guilhardi, H. J. (org). *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade* (vol. 7, pp. 227-233) Santo André: ESETec.
- Hunziker, M. H. L. (2003). *Desamparo Aprendido*. Tese de Livre-Docência, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hunziker, M. H. L. (2005). O desamparo aprendido revisitado: estudos com animais.

- Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21, 131-139.
- Hunziker, M. H. L. (2008). O desamparo aprendido como modelo animal de depressão: promessas e dados. Comunicação oral, Universidade Federal do Pará, Pará.
- Hunziker, M. H. L. & Santos, C. V. (2007). Learned helplessness: Effects of response requirement and interval between treatment and testing. *Behavioural Processes*, 76(3), 183–191.
- Hunziker, M. H. L.; Yamada, M. T.; Manfré, F. N. & Azevedo, E. F. (2006). Variabilidade e repetição operantes aprendidas após estímulos aversivos incontroláveis. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(3), 347-354.
- Jackson, R. L.; Alexander, J. H. & Maier, S. F. (1980). Learned helplessness, inactivity, and associative deficits: Effects of inescapable shock on response choice escape learning. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 6(1), 1-20.
- Jackson, R. L., Maier, S. F. & Coon, D. J. (1979). Long-term analgesic effects of inescapable shock and learned helplessness. *Science*, 206, 91-94.
- Jackson, R. L., & Minor, T. R. (1988). Effects of signaling inescapable shock on subsequent escape learning: Implications for theories of coping and “learned helplessness”. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 14(4), 390–400.
- Jacobson, N. & Gortner, E. (2000). Can depression be de-medicalized in the 21st century: Scientific revolutions, counter-revolutions and the magnetic field of normal science. *Behavior Research and Therapy*, 38, 103-11.
- Job, R. F. S. (1987). Learned helplessness in an appetitive discrete trial T-maze discrimination test. *Animal Learning and Behavior*, 15(3), 342-346.
- Job, R. F. S. (1988). Interference and facilitation produced by noncontingent reinforcement in appetitive situation. *Animal Learning and Behavior*, 16(4), 451-460.

- Job, R. F. S. (1989). A test of proposed mechanism underlying the interference effect produced by non-contingent food presentations. *Learning and Motivation*, 20, 153-177.
- Kanter, J. W., Baruch, D. E., and Gaynor, S. T. (2006). Acceptance and Commitment Therapy and Behavioral Activation for the Treatment of Depression: Description and Comparison. *The Behavior Analyst*, 29(2), 161-185.
- Kanter, J. W., Busch, A. M., Weeks, C. E. & Landes, S. J. (2008). The nature of clinical depression: Symptoms, syndromes, and behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 31(1), 1-21.
- Kanter, J. W., Callaghan, G. M., Landes, S. J, Busch, A. M., & Brown, K. R. (2004). Behavior Analytic Conceptualization and Treatment of Depression: Traditional Models and Recent Advances. *The Behavior Analyst Today*, 3, 255-273.
- Kanter, J.; Cautilli, J.; Busch, A. M. & Baruch, D. E. (2005). Toward a comprehensive functional analysis of depressive behavior: Five environmental Factors and a possible sixth and seventh. *The Behavior Analyst Today*, 6(1). 65-81.
- Kashdan, T. B.; Barrios, V.; Forsyth, J. P. & Steger, M. F. (2006). Experiential avoidance as a generalized psychological vulnerability: Comparisons with coping and emotion regulation strategies. *Behaviour Research and Therapy*, 44, 1301 –1320.
- Kelsey, J. E. Escape acquisition following inescapable shock in the rat. (1977). *Animal Learning and Behavior*, 5(1), 83-92.
- Kohlenberg, R. J., Bolling, M. Y., Kanter, J. W., & Parker, C. R. (2002). Clinical behavior analysis: Where it went wrong, how it was made good again, and why its future is so bright. *The Behavior Analyst Today*, 3(3), 248-254.
- Kohlenberg, R. & Tsai, M. (2001) *FAP: Psicoterapia Analítico Comportamental*. (Edição original: 1991; Trad. Organizada por R. Kerbauy). Santo André: Esetec.

- Lam, K., Marra, C., & Salzinger, K. (2005). Social reinforcement of somatic versus psychological description of depressive events. *Behaviour Research Therapy*, 43, 1203-1218.
- Lawry, J. A.; Lupo, V.; Overmier, J. J.; Kochevar, J.; Hollis, K. L. & Anderson, D. C. (1978). Interference with avoidance behavior as a function of qualitative properties of inescapable shocks. *Animal Learning and Behavior*, 6, 147-154.
- Lazarus, A. A. (1968). Learning theory and the treatment of depression. *Behaviour Research and Therapy*, 6(1), 83-89.
- Lejuez, C. W., Hopko, D. R., & Hopko, S. D. (2001). A brief behavioral activation treatment for depression: *Treatment manual*. *Behavior Modification*, 25, 255-286.
- Leventhal, A. M. (2008). Sadness, Depression, and Avoidance Behavior. *Behavior Modification*, 32(6), 759-779.
- Levis, D. J. (1976). Learned helplessness: A reply and an alternative S-R interpretation. *Journal of Experimental Psychology: General*, 105(1), 47-65.
- Lewinsohn, P. M. & Amenson, C. S. (1978). Some relations between pleasant and unpleasant mood-related events and depression. *Journal of Abnormal Psychology*, 87(6), 644-654.
- Lewinsohn, P. M., & Atwood, G. E. (1969). Depression: A clinical-research approach. *Psychotherapy: Theory, Research and Practice*, 6(3), 166-171.
- Lewinsohn, P. M., & Graf, M. (1973). Pleasant Activities and Depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 41(2), 261-268.
- Lewinsohn, P. M. & Libet, J. (1972). Pleasant events, activity schedules, and depressions. *Journal of Abnormal Psychology*. 79(3), 291-295.
- Lewinsohn, P. M., & Shaffer, M. (1971). Use of home observations as an integral part of the treatment of depression: Preliminary report and case studies. *Journal of Consulting*

- and Clinical Psychology*, 37(1), 87-94.
- MacPhillamy, D. J. & Lewinsohn, P. M. (1974). Depression as a function of levels of desired and obtained pleasure. *Journal of Abnormal Psychology*, 83(6), 651-657.
- Maestri, T.C. (2008). O Estudo do Desamparo Aprendido em Função de Dois Estímulos Aversivos: Jato de Ar Quente e Choque Elétrico. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, SP.
- Maier, S. F., Albin, R. W. & Testa, T. J. (1973). Failure to learn to escape in rats previously exposed to inescapable shock depends on nature of escape response. *Journal of Comparative and Physiological Psychology*, 85(3), 581-592.
- Maier, S. F. & Seligman, M. E. P. (1976). Learned helplessness: Theory and evidence. *Journal of Experimental Psychology: General*, 105(1), 3-46.
- Maier, S. F. & Warren, D. A. (1988). Controllability and safety signals exert dissimilar proactive effects on nociception and escape performance. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 14(1), 18-25.
- McLean, P. D. & Hakstian, A. R. (1979). Clinical depression: Comparative efficacy of outpatient treatments, *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47(5), 818-836.
- McLean, P. D.; Ogston, K. & Grauer, L. (1973). A behavioral approach to the treatment of depression. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 4(4), 323-330.
- McLean, P. & Taylor, S. (1992). Severity of unipolar depression and choice of treatment. *Behaviour Research and Therapy*, 30(5), 443-451.
- Michael, J. (1982). Distinguishing between discriminative and motivational functions of stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 149-155.
- Miller, I. W. & Norman, W. H. (1979). Learned helplessness in humans. *Psychological Bulletin*. 86(1), 93-118.
- Minor, T. R., Trauner, M. A., Lee, C. & Dess, N. K. (1990). Modeling signal features of

- escape response: Effects of cessation conditioning in "learned helplessness" paradigm. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 16(2), 123-136.
- Nation, J. R. & Massad, P. (1978). Persistence training: A partial reinforcement procedure for reversing learned helplessness and depression. *Journal of Experimental Psychology: General*, 107(4), 436-451.
- Nezu, A. M. (1986). Efficacy of social problem solving therapy approach for unipolar depression. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(2), 196-202.
- Oakes, W. F.; Rosenblum J. L. & Fox, P. E. (1982). "Manna from heaven": The effect of noncontingent appetitive reinforces on learning in rats *Bulletin of the Psychonomic Society*, 19(2), 123 – 126.
- O'Brien, J. S. (1978). The behavioral treatment of acute reactive depression involving psychotic manifestations. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 9(3), 259-264.
- Overmier, J. B. & Leaf, R. C. (1965). Effects of discriminative Pavlovian fear conditioning upon previously or subsequently acquired avoidance responding. *Journal of Comparative and Physiological Psychology*, 60, 213 – 218.
- Overmier, J. B.; Murison, R.; Skoglund, E. J. & Ursin, H. (1985). Safety signals can mimic responses in reducing the ulcerogenic effects of shock. *Physiological Psychology*, 13, 243-247.
- Overmier J. B. & Seligman, M. E. P. (1967). Effects of inescapable shock upon subsequent escape and avoidance learning. *Journal of Comparative and Physiological Psychology*, 63, 23- 33.
- Pessotti, I. (2001). Depressão: tradição e Moda. In: Guilhardi, H. J. (org). *Sobre Comportamento e Cognição: expondo a variabilidade*. (vol. 7, pp. 47-55). Santo André: ESETec.

- Prindaville, P. & Stein, N. (1978). Predictability, controllability, and inoculation against learned helplessness. *Behaviour Research and Therapy*, 16(4), 263-271.
- Queiroz, P. P. & Guilhardi, H. J. (2001). Identificação e análise de contingências geradoras de ansiedade: Caso clínico. Em: H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição*, Volume 07, (pp. 257-268). Santo André: ESETec.
- Reisinger, J. J. (1972). The treatment of anxiety-depression via positive reinforcement and response cost. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 5, 125-130.
- Rosellini, R. A. (1978). Inescapable shock interferes with acquisition of an appetitive operant. *Animal Learning and Behavior*, 6(2), 155-159.
- Rosellini, R. A. & DeCola, J. P. (1981). Inescapable shock interferes with the acquisition of a low-activity response in a appetitive context. *Animal Learning and Behavior*, 9(4), 487-490.
- Rosellini, R., Warren, D. & DeCola, J. P. (1987). Predictability and controllability: Differential effects upon contextual fear. *Learning and motivation*, 18, 392-420.
- Ruggiero, K. J.; Morris, T. L.; Hopko, D. R. & Lejuez, C. W. (2007). With a history of child maltreatment application of behavioral activation treatment for depression to an adolescent. *Clinical Case Studies*, 6(1), 64-78.
- Rush, D. K.; Mineka, S. & Suomi, S. J. (1983). Therapy for helpless monkeys. *Behaviour Research and Therapy*, 21(3), 297-301.
- Salzer, M. S. & Berenbaum, H. (1994). Somatic sensations, anxiety, and control in panic disorder. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 25(1), 75-80.
- Seligman, M. E. P. (1992). *On development, depression and death*. New York: Freeman. Publicado originalmente em 1975.
- Seligman, M. E. P. & Maier, S. F. (1967). Failure to escape traumatic shock. *Journal of*

- Experimental Psychology*, 74, 1-9.
- Shiple, C. R. & Fazio, A. F. (1973). Pilot study of a treatment for psychological depression. *Journal of Abnormal Psychology*, 82(2), 372-376.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior*. New York/London: Free Press/Collier MacMillan. Publicado originalmente em 1953.
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270- 277/291-294.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo: Paradigma.
- Tourinho, E. Z. (2007). Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal. *Interação em Psicologia*, 11(1), 1-9.
- Tourinho, E. Z. (2006a). Subjetividade e relações comportamentais. Tese (Professor Titular). Departamento de Psicologia Experimental. Universidade Federal do Pará. Belém, Pará.
- Tourinho, E. Z. (2006b). Private stimuli, covert responses and private events: Conceptual remarks. *The Behavior Analyst*, 29(1), 13-31.
- Tourinho, E. Z. (1999). Eventos privados: o que, como e porque estudar. Em: Kerbauy, R. R., Wielenska, R. C. (Org.). *Sobre Comportamento e Cognição: psicologia comportamental e cognitiva - da reflexão teórica à diversidade da aplicação*. (vol. 4, pp. 13-25) Santo André: ARBytes.
- Tourinho, E. Z. (1997a). Eventos privados em uma ciência do comportamento. Em: Banaco, R. A. (Org.). *Sobre comportamento e cognição*. (vol. 1, pp. 174-187) São Paulo: ARBytes.
- Tourinho, E. Z. Teixeira, E. R. & Maciel, J. M. (2000). Fronteiras entre análise do



- comportamento e fisiologia: Skinner e a temática dos eventos privados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 13, 425-434.
- Turner, R. W., Ward, M. F. & Turner, D. J. (1979). Behavioral treatment for depression: An evaluation of therapeutic components. *Journal of Clinical Psychology*, 35(1), 166-175.
- Vasconcelos Neto, A. B. (2007). *Uma discussão dos usos do termo eventos privados na Análise do Comportamento à luz de proposições do Pragmatismo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Volpicelli, J. R., Ulm, R. R. & Altenor, A. (1984). Feedback during exposure to inescapable shocks and subsequent shock-escape performance. *Learning and Motivation*, 15, 279-286.
- Wanderer, W. Z. (1972). Existential depression treated by desensitization of phobia: strategy and transcript. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry*, 3, 111-116.
- Warren, D. A., Rosellini, R. A. & Maier, S. F. (1989). Fear, stimulus feedback, and stressor controllability. *The psychology of learning and motivation*, 24, 167-205.
- Williams, J. L. & Maier, S. F. (1977). Transituational Immunization and Therapy of Learned Helplessness in the Rat. *Journal of Experimental Psychology: Animal Behavior Processes*, 3(3), 240-252.
- Willner, P. (1997). Chronic mild stress (CMS) revisited: consistency and behavioural-neurobiological concordance in the effects of CMS. *Psychopharmacology*, 134, 319-329.
- Wilson, K. G., Hayes, S. C., Gregg, J. & Zettle, R. D. (2001). Psychopathology and Psychotherapy. In S. C. Hayes, D. Barnes-Holmes, & B. Roche (Eds.), *Relational Frame Theory: A Post-Skinnerian account of human language and cognition* (pp. 211-237). New York: Kluwer/Plenum.

- Winefield, A. H. & Tiggemann, M. (1978). The effects of uncontrollable unpredictable events on anagram solving. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 30, 717-724.
- Wolpe, J. (1979). The experimental model and treatment of neurotic depression. *Behaviour Research and Therapy*, 17(6), 555-565.
- Yano, Y. & Hunziker, M. H. L. (2000). Desamparo Aprendido e Imunização com diferentes respostas de fuga. *Acta Comportamentalia*, 8, 143-166.
- Zeiss, A. M., Lewinsohn, P. M. & Muñoz, R. F. (1979). Nonspecific improvement effects in depression using interpersonal skills training, pleasant activity schedules, or cognitive training. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 47(3), 427-439.
- Zvolensky, M. J.; Lejuez, C. W. & Eifert, G. H. (1998). The role of offset control in anxious responding: an experimental test using repeated administrations of 20% carbon dioxide-enriched air. *Behavior Therapy*, 29, 193-209.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)